

FABIANE APARECIDA SILVA BORTONE

**DA ANTIGA À NOVA SOBERBO: CONTRADIÇÕES DA MODERNIDADE NO
PROCESSO DE DESLOCAMENTO/REASSENTAMENTO DAS FAMÍLIAS
ATINGIDAS PELA UHE CANDONGA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2008

FABIANE APARECIDA SILVA BORTONE

**DA ANTIGA À NOVA SOBERBO: CONTRADIÇÕES DA MODERNIDADE NO
PROCESSO DE DESLOCAMENTO/REASSENTAMENTO DAS FAMÍLIAS
ATINGIDAS PELA UHE CANDONGA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 1º de julho de 2008.

Prof^ª Neide Maria de Almeida Pinto
(Co-orientadora)

Prof^º Franklin Daniel Rothman
(Co-Orientador)

Prof^ª Maria Carmem Aires Gomes

Prof^ª Karla Maria Damiano Teixeira

Prof^ª Márcia Pinheiro Ludwig
(Orientadora)

SOBRADINHO
(Sá e Guarabira)

O homem chega e já desfaz a natureza
Tira a gente põe represa, diz que tudo vai mudar
O São Francisco lá prá cima da Bahia
Diz que dia menos dia vai subir bem devagar
E passo a passo vai cumprindo a profecia
Do beato que dizia que o sertão ia alagar

O sertão vai virar mar
Dá no coração
O medo que algum dia
O mar também vire sertão
Vai virar mar
Dá no coração
O medo que algum dia
O mar também vire sertão

Adeus Remanso, Casa Nova, Santo-Sé
Adeus Pilão Arcado vem o rio te engolir
Debaixo d'água lá se vai a vida inteira
Por cima da cachoeira o Gaiola vai sumir
Vai ter barragem no salto do Sobradinho
E o povo vai se embora com medo de se afogar

O sertão vai virar mar
Dá no coração
O medo que algum dia
O mar também vire sertão
Vai virar mar
Dá no coração
O medo que algum dia
O mar também vire sertão

AGRADECIMENTOS

Grande é a minha lista de agradecimentos, e isso faz de mim uma pessoa de sorte. Primeiramente agradeço a Deus, pelas dificuldades posta no caminho e pela força necessária para superá-las.

Aos meus pais, Agenor e Virgínia, por me conduzirem sempre no caminho da verdade; por me ensinarem a ser perseverante e a superar os momentos difíceis, pelas vezes que precisei ser ouvida; pelo apoio, carinho e paciência nos momentos em que pensei fraquejar - se estou aqui hoje, é por vocês!

A toda a minha família, imensa e solidária, irmão, avó, tios, primos, sogra, sogro e cunhadas, pelo incentivo e carinho incondicional.

À minha orientadora, Márcia, pela disposição e empenho em me orientar, pelo carinho, atenção e ensinamentos prestados ao longo dessa trajetória. Certamente não poderei retribuir toda a dedicação despendida em me ensinar a fazer pesquisa científica.

Ao Franklin, que me abriu portas e caminhos até então não percorridos, que me apresentou o mundo dos atingidos e me ensinou a ser militante e pesquisadora. A ele também sou imensamente grata, por ter confiado no meu trabalho e por ter me dedicado tantos compromissos.

À Neide, que me orientou e apresentou sugestões valiosas, levantou questões e me ajudou a desvencilhar da militância enquanto pesquisadora.

À Ana Louise, que acompanhou as incursões iniciais deste trabalho, manifestando interesse e disposição em compartilhar e discutir as idéias iniciais.

Às professoras Maria Carmem e Karla Damiano, que muito enriqueceram este trabalho.

A todo o Departamento de Economia Doméstica, que, na pessoa do seu corpo docente e funcionários, vem ao longo desses anos acompanhando minha trajetória acadêmica. Obrigado pelas oportunidades e pelo carinho.

À Professora Aurora R. de Goicochea, sempre tão presente e importante em minha vida

A Professora Ana Lídia, pelos caminhos apresentados.

À CAPES, que, através da bolsa de estudo, propiciou-me o desenvolvimento desta pesquisa.

A Universidade Federal de Viçosa, presente em minha vida desde 2001.

Aos amigos de quem direta e indiretamente recebi ajudas valiosas. Aos amigos de Coimbra, que sempre estiveram por perto, especialmente o Wiler e a Ana Paula. Às amigas de graduação e hoje de mestrado, Simone e Celina, pela importância de amizades sinceras. Aos amigos de mestrado: Cristiane, Samuel, Elisson, Maria, Maria Cristina, Karine, Gilberto, Juliana, Patrícia, Vicentina e Igléias, pelas discussões em sala de aula – sentirei saudades! Aos amigos do PACAB, NACAB e MAB, com quem tive a oportunidade de conviver e que me mostraram de perto a realidade das famílias atingidas por barragens.

Ao meu grande amor, Marinho: tudo seria muito mais difícil sem o seu carinho e sua compreensão.

Às famílias atingidas pela UHE Candonga, que abriram as portas de suas casas e, mesmo diante da desconfiança, aceitaram falar do passado, das lembranças daquele *lugar* vivido e que hoje faz parte apenas da memória de cada um.

A todos que souberam compreender a minha ausência, pois não seria possível a conclusão desta pesquisa sem a ajuda daqueles que me cercam e me querem bem.

BIOGRAFIA

FABIANE APARECIDA SILVA BORTONE, filha de Agenor Guilherme Martins Bortone e Virgínia Francisca da Silva Bortone, nasceu em 16 de setembro de 1981, em Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro.

Em 2001, ingressou na Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, onde obteve o grau de Bacharel em Economia Doméstica, em julho de 2005.

Em maio de 2006, ingressou no Programa de Pós-Graduação no Departamento de Economia Doméstica na Universidade Federal de Viçosa, em nível de Mestrado, com a proposta de pesquisa em Nova Soberbo, comunidade atingida pela construção da UHE Candonga, submetendo-se à defesa em 1º de julho de 2008.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE QUADROS.....	viii
LISTA DE FIGURAS.....	ix
LISTA DE SIGLAS.....	xi
RESUMO.....	xii
ABSTRACT.....	xiv
APRESENTAÇÃO.....	xvi
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Construção e problematização do objeto de estudo.....	1
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO ESTUDO.....	8
2.1 Modernidade e desenvolvimento: o discurso que legitima os projetos de barragens.....	8
2.2 Um breve histórico sobre o setor elétrico brasileiro.....	12
2.3 Hidrelétricas: desenvolvimento e desterritorialização.....	16
3 MÉTODOS, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ...	24
3.1 Do método e dos procedimentos de construção de dados.....	24
3.2 Da área de estudo.....	28
3.2.1 São Sebastião do Soberbo no contexto do município e região.....	28
3.2.2 A Antiga Soberbo.....	36
4 DO DESLOCAMENTO A UMA NOVA REALIDADE.....	49
4.1 É HORA DE PARTIR: o contexto em que se deu o deslocamento	49
4.2 A Nova Soberbo.....	59
5 DA ANTIGA À NOVA SOBERBO.....	74
5.1 Das promessas à realidade.....	74
5.2 E AGORA? Realidades e perspectivas.....	89

	Página
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS.....	99
ANEXOS	104
ANEXO A	105
ANEXO B.....	113
ANEXO C.....	114
ANEXO D	117

LISTA DE QUADROS

	Página
1	Distribuição da população residente por ano, nas áreas urbanas e rurais do município de Santa Cruz do Escalvado-MG 34
2	Principais produtos agrícolas, por área plantada, produção e rendimento médio em Santa Cruz do Escalvado-MG 35
3	Produção pecuária em Santa Cruz do Escalvado no ano de 2005 . 36
4	População residente por faixa etária e distribuição nas áreas rurais e urbanas em São Sebastião do Soberbo/Santa Cruz do Escalvado. 37

LISTA DE FIGURAS

	Página
1 Mapa de localização geográfica da área de estudo: Santa Cruz do Escalvado no contexto do país e da microrregião de Ponte Nova/Zona da Mata-MG.	29
2 Mapa do povoamento da Zona da Mata-MG.	30
3 Mapa da localização geográfica do município de Santa Cruz do Escalvado e municípios limítrofes.	33
4 Mapa da bacia hidrográfica do Rio Doce e seus afluentes. Destaque para o eixo da UHE Candonga.	34
5 São Sebastião do Soberbo, espacialidade e mapeamento local.	39
6 Fachadas das igrejas Presbiteriana e Assembléia de Deus no distrito de São Sebastião do Soberbo.	40
7 Vista parcial da praça central e da Igreja Católica do distrito de São Sebastião do Soberbo.	40
8 Rua principal, que atravessava todo o distrito. Destaque para as estradas de chão.	41
9 Rua principal, que atravessava todo o distrito. Destaque para as estradas de chão.	41

	Página
10 Fachada da escola do distrito de São Sebastião do Soberbo.....	42
11 Casas da antiga São Sebastião do Soberbo.....	43
12 Placa de sinalização do distrito de Nova Soberbo.	59
13 Vistas da área de lazer, localizada na rodovia que chega ao distrito de Nova Soberbo.	60
14 Nova Soberbo: espacialidade e mapeamento local. Destaque para os equipamentos urbanos	62
15 Casas da Nova Soberbo.	65
16 Horta cultivada em uma das casas da Nova Soberbo.	65
17 Fachada da escola do distrito de Nova Soberbo. Foto tirada à frente da área comercial	68
18 Fachada da Associação de Moradores do Distrito de Nova Soberbo.	69
19 Fachada da Igreja Presbiteriana, localizada na rua principal do distrito de Nova Soberbo.....	69
20 Vista das igrejas Assembléia de Deus e Católica.	70
21 Igreja Católica vista da entrada do distrito (à direita) e da parte baixa do distrito (à esquerda).	71
22 Vista da praça do distrito de Nova Soberbo. Foto tirada à frente da igreja católica.	72
23 Vista da área comercial do distrito de Nova Soberbo. Foto tirada à frente da escola.....	73
24 Cartaz do Programa de Reativação Econômica encontrado na Associação Comunitária do distrito de Nova Soberbo.....	78
25 Produtos confeccionados pelas mulheres da Associação Comunitária do distrito de Nova Soberbo.....	79

LISTA DE SIGLAS

ALCAN - Alumínios Canadenses

COPAM - Conselho de Política Ambiental

CPT - Comissão Pastoral da Terra

EPP - Companhia de Energia Elétrica Promoção e Participação

ELETROBRÁS - Eletricidade Brasileira

SEMAD - Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

MAB/ARD - Movimento dos Atingidos por Barragens/Alto do Rio Doce

DRPE - Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador

EIA/RIMA - Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto ambiental

FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

ONG - Organização Não-Governamental

PCH - Pequena Central Hidrelétrica

UHE - Hidrelétrica

GPI - Grandes Projetos de Desenvolvimento

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUFRAMA - Superintendência de Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus

SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

SUDESUL - Superintendência do Desenvolvimento do Sul

RESUMO

BORTONE, Fabiane Aparecida Silva. M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2007. **Da Antiga à Nova Soberbo: contradições da modernidade no processo de deslocamento/reassentamento das famílias atingidas pela UHE Candonga.** Orientadora: Márcia Pinheiro Ludwig. Co-Orientadores: Neide Maria de Almeida Pinto e Franklin Daniel Rothman.

Este trabalho analisou um caso específico de deslocamento/reassentamento de famílias atingidas por construção de barragem. A implantação da UHE Candonga, no distrito de Santa Cruz do Escalvado, impôs o deslocamento das famílias, antigas moradoras do distrito de São Sebastião do Soberbo, para Nova Soberbo, assentamento construído “artificialmente” para abrigar os atingidos. Nesse contexto, o trabalho parte de uma análise qualitativa, na qual se buscou analisar, a partir das perspectivas das famílias atingidas, a antiga São Sebastião do Soberbo e a Nova Soberbo, por meio das mudanças espaciais, econômicas, sociais e culturais. A tese apóia-se em referenciais teóricos que chamam a atenção para as contradições decorrentes do processo de modernização. Entende-se que a construção de barragem evidencia a lógica da racionalidade capitalista, pautada na busca do “desenvolvimento e progresso”, e da necessidade cada vez maior de energia para manter e acelerar o crescimento do país. Assim como em todo processo de implantação de projetos de barragens, o processo de deslocamento é sempre permeado por conflitos, representados pelos interesses antagônicos entre os empreendedores do projeto e os atingidos, que, acreditando nas promessas feitas, inicialmente desejaram a barragem. O deslocamento, embora mascarado pela possibilidade de uma

vida melhor, não foi capaz de reproduzir os modos e as condições de vida das famílias, anteriormente ribeirinhas. Assim, a migração, que em algum momento pode ter representado a possibilidade de novas oportunidades para aqueles que se deslocaram do distrito, posteriormente passou a se apresentar como a única opção para as famílias, obrigadas a saírem de suas terras para dar lugar ao lago da barragem. Neste contexto, é a racionalidade da ordem global que impõe a todos uma forma única de viver e que, diante disso, é desterritorializadora. O resultado desta pesquisa torna visível que a implantação de um projeto hidrelétrico gera conseqüências muito maiores do que aquelas previstas nos seus estudos de impactos. Esses projetos rompem com costumes, práticas sociais e modos de vida em função do uso e da apropriação do espaço para fins particulares.

ABSTRACT

BORTONE, Fabiane Aparecida Silva. M.Sc. Universidade Federal de Viçosa, July, 2007. **From Old to New Soberbo: contradictions of modernity in the displacement/resettlement process involving families hurt by the UHE Candonga.** Adviser: Márcia Pinheiro Ludwig. Co-Advisers: Neide Maria de Almeida Pinto and Franklin Daniel Rothman.

This work analyzed a specific case of displacement/resettlement of families hurt by dam building. Implantation of the UHE Candonga in the district of Santa Cruz do Escalvado has forced the displacement of families from the district of São Sebastião do Soberbo to New Soberbo, a settlement “artificially” built to shelter the displaced families. Within this context, this work is based on a qualitative analysis from the perspectives of the families involved, of the transition from old São Sebastião do Soberbo to New Soberbo by means of spatial, economic, social and cultural changes. The thesis is based on theoretical references stressing the contradictions resulting from the process of modernization. Dam building is understood as a reflection of the logic of capitalistic rationality, based on the search for “development and progress” and on the increasing need of energy to maintain and accelerate the country’s growth. As in every process of dam implantation projects, displacing is always permeated by conflicts represented by antagonistic interests of the project’s entrepreneurs and the displaced families, who, believing in the promises made, initially desired the dam. Although masked by the possibility of a better life, displacement failed to reproduce the living conditions of the previously riverine families. Thus, migration, which, at a given

moment, may have represented possibilities of new opportunities for those that moved from the district, later turned out to be the only option for the families, forced to leave their lands to give room to the dam lake. Within this context, global order rationality imposes a sole way of living to all, being thus, uprooting. The result obtained clearly shows that implantation of a hydroelectric project generates much greater consequences than those predicted in its impact studies. Such projects break with customs, social practices and ways of living by taking over the space and using it for private purposes.

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação problematiza a construção de empreendimentos hidrelétricos, considerados “projetos de desenvolvimento e progresso”, que ao serem implantados causam impactos ambientais e sociais. Nesse contexto, analisou-se um caso específico de deslocamento/reassentamento de famílias atingidas por construções hidrelétricas, especificamente o caso da Hidrelétrica (UHE) Candonga, Zona da Mata de Minas Gerais, onde a partir das perspectivas das famílias atingidas, buscou-se descrever as mudanças espaciais, econômicas, sociais e culturais ocorridas após a sua implantação.

A delimitação do problema de pesquisa começou ainda na graduação quando a autora, integrada em um trabalho de campo na região do Alto do Rio Doce/Zona da Mata, teve sua primeira aproximação com famílias atingidas por barragens, especificamente com aquelas diretamente afetadas pela UHE Candonga. O contato, mesmo que superficial, despertou-lhe interesses, os quais, posteriormente, iriam se configurar em um projeto de pesquisa de mestrado.

Inicialmente, a proposta seria realizar uma pesquisa que pudesse analisar o destino das indenizações recebidas pelas famílias atingidas. Posteriormente, ao iniciar a busca por fontes documentais sobre o projeto, uma outra realidade chamou a atenção: a do processo de deslocamento/reassentamento das famílias que foram deslocadas do antigo distrito de São Sebastião do Soberbo e reassentadas na chamada “Nova Soberbo”, espaço projetado e construído com o objetivo de (re) territorializar parte dos desterritorializados pela UHE Candonga.

Foi a partir desse contexto que o presente trabalho foi desenvolvido, o qual está apresentado em seis capítulos. No primeiro capítulo, busca contextualizar a construção e a delimitação do problema de pesquisa, identificando o objeto de estudo e os objetivos da pesquisa.

No segundo capítulo, apresenta-se o referencial teórico que fundamenta o estudo, com reflexões sobre a modernidade e o desenvolvimento, enfatizando a ideologia que propaga os grandes projetos como propulsores do progresso. Nesse debate, constituíram referências para o trabalho: Berman (1986), Touraine (1994), Giddens (1995, 2000, 2003) e Martins (2000). Ainda como parte da fundamentação teórica, procura-se na seqüência situar o setor elétrico, traçando um breve histórico sobre o contexto das políticas por ele desenvolvidas, focalizando a construção dos empreendimentos hidrelétricos a partir da ótica “para construir é preciso destruir” (BERMAN, 1986), destacando os interesses envolvidos na sua implantação e seus impactos ambientais e sociais, sobretudo para as comunidades ribeirinhas.

No terceiro capítulo é apresentada a abordagem qualitativa da pesquisa, identificando os procedimentos e as técnicas utilizadas em diferentes momentos, com vistas à construção e análise dos dados. Para delimitar a área de estudo, fez-se uma breve reconstrução histórica da ocupação e formação da microrregião de Ponte Nova, e respectivamente, do município de Santa Cruz do Escalvado, onde se insere a área de estudo. Nesse contexto, busca-se apresentar a Antiga Soberbo, procurando revelá-la enquanto espaço físico e socialmente construído.

O quarto capítulo apresenta o processo de deslocamento/assentamento vivido pelos atingidos, suas percepções, seus anseios e conflitos vividos. A partir de um subcapítulo, apresenta-se a Nova Soberbo em termos de sua espacialidade, assim como de suas particularidades e vivências cotidianas. Essas reflexões encaminham para o quinto capítulo, no qual são identificadas e problematizadas as mudanças entre a Antiga e a Nova Soberbo, em relação à reprodução econômica, social e cultural dos atingidos, para então descrever as perspectivas de futuro daquelas famílias, três anos após o reassentamento. As considerações finais fecham um trabalho que não tem a pretensão de ser conclusivo. As mudanças ocorridas na vida das famílias atingidas pela implantação do projeto hidrelétrico repercutiram em contradições que, nesta pesquisa, foram vistas como contradições da modernidade. A partir desta pesquisa, entende-se que se impõe um estilo de vida, propaga-se o moderno, mas não se realiza o prometido, não se vive a modernidade (MARTINS, 2000).

1 INTRODUÇÃO

1.1 Construção e problematização do objeto de estudo

Este estudo se insere nas discussões acerca da implantação de usinas hidrelétricas no contexto da modernização capitalista. O modelo econômico vigente, diante do crescente processo de produção e consumo, tem como pressuposto a demanda cada vez maior de energia. No caso do Brasil, a construção de hidrelétricas tem-se apresentado como a alternativa, historicamente, mais utilizada para a produção de energia elétrica. Contudo, são inquestionáveis os impactos ambientais e sociais resultantes de tais empreendimentos, o que faz com que pesquisadores do Brasil e de diferentes países venham a se dedicar a essa temática. Dentro dessa perspectiva, que este trabalho buscou descrever e comparar situações vivenciadas antes e após a implantação de um empreendimento específico, no sentido de mostrar as transformações ocorridas nas vidas das famílias que foram obrigadas a se deslocar em função da construção de uma usina hidrelétrica.

O estudo focaliza, especificamente, o caso da Hidrelétrica Dona Risoleta Neves¹ ou UHE Candonga, localizada na bacia do Alto do Rio Doce, Zona da Mata de Minas

¹ Nome dado em homenagem à avó do atual governador do Estado de Minas Gerais, Aécio Neves.

Gerais. Esse empreendimento foi construído pelo consórcio² formado pelas empresas Vale do Rio Doce³ e Alumínios Canadenses (ALCAN)⁴.

A aproximação com o objeto de estudo se deu ainda na graduação, quando no ano de 2004, em atividade de estágio extracurricular nos municípios de Barra Longa e Rio Doce, tive meu primeiro contato com populações afetadas por empreendimentos hidrelétricos, particularmente com as famílias atingidas pela Hidrelétrica Candonga. Naquele primeiro momento, tomei conhecimento da realidade da comunidade de São Sebastião do Soberbo, deslocada e reassentada no distrito de Nova Soberbo, construído para abrigar parte das famílias atingidas pela UHE Candonga. Anteriormente ao empreendimento, o distrito de São Sebastião do Soberbo se situava próximo a um caminho religioso localizado entre aqueles dois municípios, às margens do rio e próximo ao distrito de Santana do Deserto, local assim denominado em razão de uma santa padroeira de mesmo nome. De acordo com os relatos ouvidos na ocasião, o caminho que levava até o distrito de Santana do Deserto era percorrido por muitos fiéis, que, no mês de julho, o faziam a pé e descalços, em nome da fé à referida santa. Com a implantação do empreendimento, todo o caminho foi inundado, as casas foram encobertas e os trajetos alterados; em decorrência disso, o distrito foi deslocado e o percurso dos fiéis mudado. Atualmente, o novo distrito está planejado às margens do lago da barragem, nas proximidades do município de Rio Doce.

Naquela época, poucos meses haviam se passado do deslocamento das famílias da antiga comunidade de São Sebastião do Soberbo para o distrito de Nova Soberbo. Segundo o relatório elaborado pela Organização Não-Governamental Centro de Justiça

² O consórcio para construção deste empreendimento hidrelétrico foi inicialmente formado pelas empresas Companhia Vale do Rio Doce e EPP – Energia Elétrica Promoção e Participações Ltda. Em 2001, a EPP vende metade de sua participação para a empresa ALCAN, Alumínios Canadenses, hoje denominada Novelis, formando oficialmente o Consórcio Candonga.

³ A Companhia Vale do Rio Doce é a principal empresa de mineração do Brasil e consome cerca de 5% do total de energia produzida no País, fato que justifica o seu interesse em investimentos hidrelétricos. Possui várias instalações industriais nos estados da região Sudeste, dentre as quais as unidades de Minas Gerais e Espírito Santo, subsidiadas pela cota de energia gerada pela UHE Candonga (www.cvr.com.br, acesso em 20/04/2008).

⁴ A empresa ALCAN- Alumínios Canadenses se instalou no Brasil no ano de 1940. No ano de 2005, a partir de um desmembramento de praticamente todos os negócios de laminados da Alcan, a empresa passa a se chamar NOVELIS. Em termos de produção, esta pode ser considerada uma das maiores do mundo, motivo pelo qual realiza investimentos em energia para autoprodução. No Brasil, possui duas importantes indústrias: uma localizada na cidade de Ouro Preto-MG e a outra em Aratu/BA. A indústria localizada em Ouro Preto tem sua manutenção energética feita por quatro usinas hidrelétricas construídas na bacia do Vale do Rio Doce, *Candonga*, *Fumaça*, *Prazeres* e *Furquim*. Em fevereiro de 2007, a empresa Hindalco Industries Limited compra as ações desta empresa que passa a fazer parte do Grupo Aditya Birla, com sede em Mumbai, na Índia (www.novelis.com.br, acesso em: 20/04/2008).

Global – “Atingidos e Barrados: as violações dos direitos humanos na UHE Candonga”, o antigo povoado de São Sebastião do Soberbo revelava um retrato do interior do país, uma área considerada urbana, mas com características tipicamente rurais⁵. Vivendo no entorno do rio, as famílias desenvolviam atividades agropecuárias e muitas trabalhavam com a pesca e a extração de ouro, atividades a partir das quais garantiam a subsistência familiar. A dinâmica evidenciada no povoado de São Sebastião do Soberbo revela características que se assemelham com o rural do que com uma dinâmica urbana.

Conforme tomei conhecimento na ocasião, após o assentamento as famílias encontravam-se desorganizadas e buscando soluções para se adaptarem às novas condições de vida oferecidas pelo novo local, construído às margens da rodovia MG 123 e próximo ao lago da barragem. Presenciei discussões, onde pairavam dúvidas quanto à postura das empresas construtoras e dos órgãos ambientais envolvidos com o Licenciamento Ambiental⁶: a FEAM (Fundação Estadual do Meio Ambiente) e o COPAM (Conselho de Política Ambiental). Essas discussões diziam respeito a algumas etapas do processo: os acordos indenizatórios, as desapropriações e o reassentamento.

Embora a situação experienciada tivesse despertado o meu interesse pela temática das barragens, acabei distanciando-me daquela situação sem ter tido maior envolvimento. A aproximação com questões relacionadas à construção de hidrelétricas aconteceu em um segundo momento, quando estagiei em uma empresa distribuidora de energia elétrica no estado de São Paulo, no ano de 2005. À época, visitei as usinas hidrelétrica de Ilha Solteira, Porto Primavera, Jupia e Três Irmãos. Destas, algumas haviam construído reassentamentos urbanos para abrigar trabalhadores envolvidos na construção da barragem, bem como os atingidos pelo empreendimento. Ainda naquela ocasião, ficou evidenciado que, com a finalização da obra e o passar do tempo, houve impactos sociais para as populações envolvidas, não apenas aos diretamente atingidos,

⁵ Segundo os estudos de Veiga (2002), o fato de não existir uma tipologia que classifica as cidades conforme suas especificidades faz com que se caracterize “como urbano toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características” (2002:31). É com base nesse critério que o Brasil é considerado 80% urbano.

⁶ Para construir e operar uma usina hidrelétrica, os empreendedores precisam cumprir algumas exigências ambientais: licença prévia, licença de instalação e licença de operação. Sem o cumprimento de uma etapa não se pode efetuar a outra. Os empreendimentos que afetam o Estado de Minas Gerais são encaminhados à FEAM – Fundação Estadual de Meio Ambiente - e as licenças expedidas pelo COPAM – Conselho de Política Ambiental, após estudos do EIA/RIMA apresentados pelo empreendedor.

mas também aos trabalhadores da obra, os quais, com a sua conclusão, ficaram sem os postos de trabalho.

Foi a partir das experiências vivenciadas nesses dois diferentes momentos que pude perceber a complexidade que envolve a construção de uma barragem, em que diferentes atores se encontram envolvidos. De fato, vários autores enfatizam os impactos que as hidrelétricas trazem consigo, sejam os de caráter ambiental e/ou social. Conforme Vainer e Araújo (1990), a construção de empreendimentos de grande envergadura, como as hidrelétricas, atingem diretamente as populações ribeirinhas. Há ainda aquelas populações indiretamente atingidas que, muitas vezes, não são consideradas pelas empresas, e que se vêem iludidas pela idéia de crescimento e progresso, entendidos como geração de empregos e novos investimentos. Os estudos reforçam ainda que esses empreendimentos vêm sempre acompanhados pelo empobrecimento das populações, pela desestruturação de seus modos e condições de vida, bem como pelo desenraizamento cultural⁷.

Tendo sido despertada pela tensão que normalmente ocorre com a implantação de UHEs, elegi essa temática para o desenvolvimento desta pesquisa de mestrado. A intenção do trabalho foi focalizar famílias que são deslocadas e reassentadas a partir da implantação de projetos hidrelétricos. Especificamente, optei por trabalhar com as famílias atingidas pela hidrelétrica de Candonga, localizada na bacia do Alto Rio Doce, empreendimento a partir do qual tive a primeira aproximação com a temática. Neste sentido, a definição da área de estudo, se justificou pela situação por mim vivenciada na ocasião em que ocorreria o deslocamento das famílias, anteriormente ribeirinhas. À época emergiram questionamentos sobre a implantação daquele empreendimento e, especificamente, sobre o processo de deslocamento/assentamento das famílias e os impactos ocasionados. Um outro fator relevante para essa escolha se deve à repercussão desse caso, que chamou a atenção de órgãos internacionais, como a ONG Internacional Centro de Justiça Global.

De acordo com Barros e Sylvestre (2004), autores do relatório realizado pela ONG Justiça Global, as famílias diretamente atingidas pelo projeto em questão haviam passado por momentos difíceis durante o processo de negociação, quando a construtora se preparava para a implantação do empreendimento. Esses mesmos autores observaram que as dificuldades permaneceram mesmo depois da realocação no assentamento Nova

⁷ Ver também Cernea, 1991.

Soberbo. Havia reclamações em relação às questões de infra-estrutura, como altas concentrações de ferro e manganês na água, como também defeitos na construção das casas, como fissuras nas paredes, infiltração, falta de água quente, problemas com o telhado e impermeabilização. Ainda conforme esses mesmos autores, as famílias também reclamavam da falta de espaço nas moradias e dos pequenos quintais, que dificultavam o plantio e a criação de animais.

De posse das informações já obtidas a respeito do empreendimento, UHE Candonga, visitei o assentamento Nova Soberbo três anos após a sua construção. Lá pude conhecer de perto a realidade daquele assentamento, suas ruas asfaltadas, de onde se distribuíam casas padronizadas, cercadas por muros e com a presença de grades de segurança. Se comparada com a descrição do antigo distrito de São Sebastião do Soberbo, a Nova Soberbo revelava uma configuração espacial muito diferente. Nas fotos arquivadas no MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) e que serão apresentadas posteriormente neste trabalho, pode-se perceber a presença de construções antigas e ruas não-pavimentadas - uma configuração de paisagem mais próxima do rural. As mudanças espaciais reveladas pela melhoria das ruas e do espaço físico do distrito, num primeiro momento, poderiam trazer o pressuposto dos possíveis benefícios da barragem para a vida das famílias atingidas; contudo essa seria uma questão a ser investigada com mais cuidado numa pesquisa.

Como parte de uma maior aproximação com a situação estudada, busquei através de uma pesquisa documental, feita nos arquivos da FEAM, maiores esclarecimentos acerca da UHE Candonga. Nesses documentos, tive a oportunidade de entrar em contato com cartas de atingidos direcionadas àquele órgão estadual. Na leitura de uma das cartas, pude perceber o descontentamento e a insegurança em relação ao processo de implantação da barragem. As cartas me mostraram uma população numa situação-limite, buscando apoio, frente ao processo de construção da barragem que já se encontrava em fase de operação, como se pode averiguar na carta de uma atingida:

Eu peço a FEAM mais uma vez que me ajude, porque eu não posso deixar que o consórcio Candonga tire os recursos de minha sobrevivência. Eu sempre sobrevivi da terra, e a proposta do consórcio diminuirá minha renda, que demorei uma vida para construir (M. J. M., 64 anos, casada, 30/04/2003).

Como pude constatar, a exemplo do segmento de carta aqui apresentado, questões como a preocupação com a reprodução econômica e social e a importância da terra e do trabalho investido ao longo dos anos se faziam presentes nos textos

analisados. Aquela aproximação com textos produzidos pelos atingidos colocou-me em contato, ainda que indiretamente, com aqueles que tiveram de se deslocar da antiga São Sebastião do Soberbo e que foram reassentados num espaço artificialmente construído⁸, além de conhecer aqueles outros atingidos que, anteriormente à barragem, viviam nas áreas rurais próximas a São Sebastião do Soberbo e foram reassentados às margens do lago da barragem⁹. Para aquelas famílias, reassentadas em Nova Soberbo, dirigi o meu olhar, entendendo o processo de deslocamento/assentamento como inerente ao desenvolvimento e à modernização capitalista. Nesse contexto, construí a problemática do estudo, partindo da pressuposição de que a construção da UHE Candonga exemplifica as contradições da modernidade. Como observa Ludwig (2003), trata-se da busca pela eficiência tecnológica e pela maximização do lucro que regem a economia globalizada e aceleram os processos de uniformização da paisagem, de uso e de apropriação do território para fins particulares.

É o macroprocesso da modernização que se impõe sobre a valorização da natureza e da vida, subjugando os potenciais ecológicos, destruindo formas de organização social, desterritorializando identidades, enterrando saberes práticos e desarraigando a cultura de seus referentes locais (LUDWIG, 2008: 237).

O caso Candonga se assemelha a tantos outros em que o embate entre o lugar vivido e dotado de sentidos e significados se contrapõe à “necessidade” de seu uso e apropriação em prol do desenvolvimento da economia capitalista. O conflito que se agrava pelo uso do espaço é entendido por Milton Santos como “um conflito que se agrava entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador que chega a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los” (SANTOS, 1994, p. 18). É esse embate que impõe o deslocamento de milhares de famílias que, obrigadas a sair de seus territórios, muitas vezes são iludidas com promessas de ganhos e melhores condições de vida.

⁸ Utiliza-se aqui a expressão “artificialmente construído”, por entender que um espaço verdadeiramente se constrói pelas relações sociais que nele se estabelecem, ou seja, espaço vivido, lugar; dotado de sentido e identidade.

⁹ Na oportunidade tomei conhecimento de outros atingidos pela hidrelétrica de Candonga, além daqueles que moravam na antiga São Sebastião do Soberbo. Tratavam-se dos moradores da área rural, propriamente dita, constituída por fazendeiros e colonos, segmentos não contemplados por esta pesquisa, por não terem sido reassentados no assentamento Nova Soberbo. Segundo informações obtidas durante a pesquisa, os colonos ribeirinhos foram indenizados e reassentados às margens do reservatório. Algumas fazendas foram parcialmente atingidas; seus proprietários foram indenizados com relação à área alagada, porém, parte destes proprietários ainda se encontra com pendências em relação à insatisfação com as indenizações recebidas.

Diante dessas questões, definiu-se como objeto de estudo para esta pesquisa a análise do processo de deslocamento/assentamento vivido pelas famílias atingidas e seus efeitos sobre a reprodução econômica, social e cultural destas.

Para analisar esse caso específico, algumas questões foram norteadas: Como era a vida das famílias que viviam na Antiga Soberbo, antes da construção da barragem? Como a barragem teria se apresentado para as famílias atingidas durante o processo de negociação e construção do empreendimento? Como as famílias reassentadas em Nova Soberbo se reproduzem econômica, social e culturalmente, três anos após o reassentamento? Será que aconteceram mudanças significativas na vida dessas famílias? Se aconteceram, quais foram? E quais as suas perspectivas de futuro?

No contexto das questões eleitas, este estudo procurou descrever e analisar, a partir da perspectiva das famílias atingidas, a Antiga e a Nova Soberbo, procurando destacar as mudanças espaciais, econômicas, sociais e culturais ocorridas após a implantação da UHE Candonga. Especificamente, buscou-se:

- Historicizar o processo de formação espacial do distrito de São Sebastião do Soberbo no contexto do município e região.
- Descrever a Antiga Soberbo, procurando revelar aspectos de sua espacialidade, assim como a realidade socioeconômica e cultural vivida por aqueles que de lá foram deslocados.
- Analisar a trajetória de deslocamento e reassentamento das famílias atingidas no contexto do processo de construção da UHE Candonga.
- Descrever a Nova Soberbo, buscando destacar os seus aspectos espaciais e a realidade socioeconômica e cultural das famílias que ali vivem.
- Comparar a antiga e a Nova Soberbo, no sentido de evidenciar as mudanças ocorridas após a construção da UHE Candonga.
- Identificar, diante da nova realidade, as perspectivas e possibilidades de futuro para essas famílias.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO ESTUDO

Para obter melhor entendimento da realidade estudada neste trabalho, buscou-se estabelecer neste capítulo uma fundamentação teórica baseada em reflexões acerca da modernidade, a fim de melhor compreender os efeitos causados pelos empreendimentos hidrelétricos, considerados como símbolos de modernidade e progresso. Em seguida, foi feita uma breve análise histórica do setor elétrico brasileiro, contextualizando as mudanças ocorridas, para, numa última parte, refletir sobre os efeitos destes sobre as populações atingidas e região, procurando enfatizar autores que possuem trabalhos consolidados sobre essa temática.

2.1 Modernidade e desenvolvimento: o discurso que legitima os projetos de barragens

A idéia de modernidade está inteiramente relacionada com o uso da razão, responsável por estabelecer uma estreita relação entre a ação humana e a ordem do mundo moderno. Segundo Touraine (1994, p. 9), um crítico das questões relacionadas à modernidade, “é a razão que anima a ciência e suas aplicações; é ela também que comanda a adaptação da vida social às necessidades individuais ou coletivas”. De acordo com seus pensamentos, a razão conduz a humanidade a agir segundo suas próprias leis, em direção à abundância, felicidade e liberdade.

Essa afirmação foi e é muito discutida e, às vezes, rejeitada pelos críticos da modernidade. A razão, como colocada na afirmação, não se mostra suficientemente

capaz de garantir a felicidade através da libertação dos controles tradicionais, da forma como proposta. Ela apenas promove a libertação do tradicionalismo. A afirmação de que o progresso interliga e proporciona esses três objetivos nada mais é do que a ideologia¹⁰ utilizada para naturalizá-lo como um fenômeno capaz de trazer melhores condições de vida a todos.

De acordo com Martins (2000), a idéia de modernidade está diretamente relacionada ao progresso, aqui entendido como sinônimo de modernização ou, segundo Berman (1986), um processo socioeconômico que vai construindo a modernidade. Modernidade é uma característica associada aos países ricos, que disseminam suas idéias, fazendo com que o resto do mundo trave uma verdadeira “busca” pelo *status*, alcançado por poucos, de ser considerado um país desenvolvido.

Ainda segundo Martins (2000), na América Latina o termo modernidade é inteiramente confundido como oposição ao tradicional, ao que supostamente não faria parte do moderno, dos novos tempos. A modernidade é retratada pelas possíveis transformações que o capitalismo é capaz de criar e pelas possibilidades oferecidas. Ao mesmo tempo, este autor faz críticas ao residual desse processo, de como ele se apresenta, pois “mais se fala de modernidade do que efetivamente ela o é”. Assim, a modernidade só é quando pode ser ao mesmo tempo, o moderno e a consciência crítica do moderno. Em países subdesenvolvidos, ela instaura-se pela busca do novo, do moderno, pelo encontro dos ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social, pelo avanço tecnológico, pela acelerada e desproporcional acumulação de capital, pela imensa e crescente miséria globalizante, parte integrante da modernidade (MARTINS, 2000), anunciando o possível, as possibilidades que apresentam para todos, mas que se realizam apenas para alguns.

A modernidade não pode ser entendida como uma simples mudança ou sucessão de acontecimentos; ela nada mais é do que a produção de atividades racionais, científicas, tecnológicas e administrativas (TOURAINÉ, 1994). O mundo hoje, conforme Giddens (1995) é muito mais complexo e sofisticado se comparado ao passado.

¹⁰ Desde o século XIX, devido ao crescente ritmo de integração do sistema mundial, se passou a requerer e a utilizar uma ideologia que poderia dar sentido às posições desiguais do sistema, como também fosse capaz de promover aos povos situados em condições de nível inferior um “entendimento” sobre sua situação e fazê-los acreditar que existia uma saída para sua situação de “atraso”. Segundo Lins Ribeiro (1992), “a terminologia desenvolvimento envolve o uso de metáforas que se referem ao espaço ou a ordem de maneira hierárquica: desenvolvimento/ subdesenvolvimento, avançado/ atrasado, Primeiro Mundo/ Terceiro Mundo, etc.”

As mudanças dizem respeito à interseção entre a globalização e a transformação da vida cotidiana, de modo que o que nela se faz tem conseqüências globais, e o que acontece globalmente tem conseqüências pessoais.

A globalização é primordialmente a transformação do tempo, do espaço, da experiência local, não uma coisa só, mas um complicado conjunto de transformações das condições básicas da vida social. Ela não produz necessariamente um mundo mais unificado, ela produz a fragmentação. Esses dois elementos acham-se imbricados um no outro (GIDDENS, 1995, p. 300).

Conforme esse mesmo autor, “modernidade refere-se a um estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII, e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”. Ser moderno consiste, segundo Berman (1986), em viver em um mundo de experiências compartilhadas por todos, “é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos”. Enfim, ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como diz Marx, “tudo que é sólido se desmancha no ar” (LUDWIG, 2008).

O dinamismo da modernidade deriva da “separação do tempo e do espaço e de sua recombinação em formas de zoneamento tempo-espacial preciso da vida social” (GIDDENS, 1991, p. 25). Um dos fenômenos envolvidos na separação tempo-espaço é o desencaixe dos sistemas sociais e a ordenação e reordenação reflexiva das relações sociais à luz das contínuas entradas de conhecimento, afetando as ações de indivíduos e grupo. O desencaixe é o “deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço” (GIDDENS, 1991, p. 29). Nesse contexto, pode-se entender que as organizações modernas são capazes de conectarem-se com o local e com o global de diferentes formas, impensáveis em sociedades mais tradicionais.

Em condições de modernidade, o distanciamento tempo-espaço é muito maior, mesmo nas mais desenvolvidas civilizações. Os modos e condições de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social; as mudanças e transformações proporcionadas são mais profundas que qualquer mudança característica dos outros períodos.

Giddens (1991), no livro “Contradições da Modernidade”, apresenta dois tipos de mecanismos de desencaixe: as fichas simbólicas, que “significam meios de

intercâmbio que podem ser ‘circulados’ sem ter em vista as características específicas que os indivíduos ou grupos que lidam com eles” ou são apenas “meios de troca que têm um valor padrão” - um exemplo disso é o dinheiro; e os sistemas peritos, que são “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes materiais e social em que vivemos hoje”. Ambos os mecanismos de desençaixe pressupõem, embora também promovam, a separação entre tempo e espaço como condição de distanciamento tempo-espaço que eles realizam, e ambos implicam a necessidade de atitude de confiança, ou seja, na crença ou no crédito.

A confiança diz respeito à vinculação de tempo e espaço, uma vez que significa comprometer-se futuramente com uma pessoa, grupo ou sistema. A noção de confiança também tende a ser uma noção moderna. É claro que nas culturas tradicionais existem diferentes formas daquilo que se entende por confiança, porém a maioria dessas culturas não tem o conceito de confiança vinculado ao de risco. O risco envolve determinado nível de consciência sobre a ameaça de determinada situação, sendo o perigo a ausência dessa ameaça.

A vinculação entre esses dois conceitos surge com o próprio processo de constituição das sociedades modernas e está associada às suas transformações sociais e culturais. O homem, frente à nova ordem social, através de ações racionais que objetivam ordenar o mundo em que vive, deve determinar o seu próprio futuro, transformando-o em um território a ser conquistado ou colonizado e que lhe possibilitará alcançar a liberdade, a felicidade ou a satisfação de suas necessidades (GIDDENS, 2000; TOURAINE, 1994). Com a modernidade, a sociedade se volta para o futuro e o conceito de risco se torna mais presente, visto os acontecimentos não-naturais ou não-tradicionais existentes. Junto com o conceito de risco tem-se o de segurança, que “baseia-se num equilíbrio de confiança e risco aceitável” (GIDDENS, 1991).

No final do século XX, muito se falou de uma nova era; uns referem-se à pós-modernidade, outros ao pós-modernismo, à sociedade pós-industrial, outros referem-se à sociedade de informação ou apenas de consumo. Giddens (1991), discordando desses termos, denomina esse momento como pós-tradicional, afirmando que, “se estamos nos encaminhando para uma fase de pós-modernidade, significa que a trajetória do desenvolvimento social está nos tirando as instituições da modernidade rumo a um novo e diferente tipo de ordem social”, (GIDDENS, 1991, p. 35), sendo, portanto, necessário, desconstruir este enredo, pois desta forma a tarefa de analisar a modernidade fica mais visível.

Neste momento em que vivemos, assistimos ao triunfo de uma sociedade industrial e capitalista, em que as preferências individuais e escolhas sociais reproduzem, em maior ou menor grau, uma ordem instrumentalmente racional, que tem como referência o mercado. Hoje, somos forçados a reconhecer a imprevisibilidade das ameaças provocadas pelo desenvolvimento técnico-industrial e a procurar modos diferentes de relação com as incertezas (GIDDENS, 2000). Essas ameaças são movidas pelo desejo de mudança, de autotransformação e de transformação do mundo em redor. Para Berman (1986), ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição. É sentir-se fortalecido pelas imensas organizações burocráticas, que detêm o poder de controlar e frequentemente destruir comunidades, valores, vidas.

É pautado nesses conceitos de modernidade que os grandes projetos de infraestrutura são chamados projetos de desenvolvimento, pois caracterizam o progresso almejado pela modernidade, associado ao desenvolvimento e à busca do *status* na sociedade global.

As construções de usinas hidrelétricas representam empreendimentos que podem ser explicados pelo contexto da modernização capitalista. A busca pela maximização do lucro e por melhorias tecnológicas acarreta investimentos cada vez maiores nesse tipo de empreendimento. Apesar da argumentação em favor da produção de energia elétrica a partir da sua construção, são inquestionáveis os efeitos sobre o meio ambiente e a população afetada. É esse o contexto a partir do qual se fundamenta o presente estudo, utilizando perspectivas teóricas de autores que trabalham essa temática.

2.2 Um breve histórico sobre o setor elétrico brasileiro

Para melhor reflexão sobre as construções hidrelétricas, faz-se necessária a discussão detalhada sobre o setor elétrico brasileiro e o modelo de geração de energia, a partir dos projetos hidrelétricos. A primeira experiência pública com a lâmpada elétrica no Brasil ocorreu no ano de 1879. Nessa época, a geração de energia estava basicamente nas mãos de duas empresas estrangeiras: a Light e a AMFORP. O Estado não intervinha na produção e distribuição de energia, apenas conferia autorizações para o funcionamento das companhias. Não havia também nenhuma legislação sobre a energia elétrica e sobre os recursos hídricos. Era o chamado “paraíso das grandes empresas privadas estrangeiras” (BERMANN, 1990).

A segunda fase deu-se com a criação do Código das Águas, aprovado em 1934, com o objetivo de regular as companhias privadas estrangeiras, estabelecendo regras para o uso da água e o fornecimento de energia elétrica. A criação do código foi possível com a subida de Getúlio Vargas ao poder. O então presidente conseguiu aprovar o projeto mesmo contra a vontade das empresas estrangeiras. Estas, desde 1907, pressionavam para que o código ficasse engavetado. Entre as mais importantes modificações introduzidas estavam: 1) a propriedade dos rios, que deixa de ser do proprietário e passa a ser de propriedade do município, do Estado ou da União, sendo mais importante o uso da água para o abastecimento humano do que para outros fins; e 2) a propriedade das quedas d'água e do potencial hidrelétrico também deixava de ser do proprietário e passava a ser patrimônio da nação, e o aproveitamento do potencial hidrelétrico passava a depender de autorização ou concessão do Estado (por prazo máximo de 30 a 50 anos) (BERMANN, 1990).

A última fase foi a do Modelo Estatal das Grandes Hidrelétricas. A primeira intervenção direta do governo federal na produção de eletricidade aconteceu em 1945, com a criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), que construiu a Usina de Paulo Afonso, inaugurada em 1955. A crise resultante da falência dos modelos privados de geração de energia, na década de 1950, levou os governos estaduais a intervirem no setor.

A intervenção do Estado se fez por meio de um planejamento regional pautado na criação de superintendências, ou seja, instituições que se justificavam por aumentarem o emprego de mão-de-obra e reduzirem as desigualdades regionais mediante políticas de incentivos fiscais e financeiros oferecidos às atividades implantadas nas regiões. Assim, iniciou-se no Nordeste com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, tendo continuidade nas demais regiões: Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Superintendência de Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e Superintendência do Desenvolvimento do Sul (SUDESUL) (BORTOLETO, 2001).

Nessa época, os cortes de energia eram freqüentes nas grandes cidades. Em 1960, foi criado o Ministério de Minas e Energia e, dois anos depois, a ELETROBRÁS. Estavam criadas as condições para a estatização do setor. Segundo Mielnik e Neves (1988), o setor público, por meio da ELETROBRÁS, assume as funções de planejamento, financiamento e coordenação da estrutura de produção e distribuição de energia

elétrica, garantindo seu poder de decisão e controle. O modelo estatal almejado teve como fundamento o levantamento do potencial hidrelétrico realizado na segunda metade da década de 1960, com apoio do Banco Mundial e do Consórcio Canadense Canambra. O planejamento regional baseado nas superintendências abriu espaço para um planejamento com base nos pólos de desenvolvimento, ou seja, abriu espaço para uma política mais centralizada.

Segundo Bortoleto (2001), nos anos 70 as superintendências regionais perderam seu poder de atuação, tendo como função apenas acompanhar os projetos de caráter nacional. Especificamente no ano de 1973, a crise do petróleo mudou a situação energética em todo o mundo. Com a alta nos preços, os países centrais transferiram uma série de indústrias que consomem muita energia para os países periféricos, dependentes e ricos em potencial energético, como o Brasil. É nessa etapa do planejamento e desenvolvimento do país que o Estado, objetivando preencher as lacunas deixadas pelas superintendências e buscando oferecer maior apoio às novas inserções internacionais no país, implanta um novo padrão de desenvolvimento: os Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPI)¹¹; que, por suas dimensões técnicas e financeiras, se revelaram muito superiores aos até então existentes.

As usinas hidrelétricas foram construídas em todo o país com o objetivo de gerar energia para as indústrias, visando ao crescimento da economia nacional. A partir de então, o Brasil investe em uma política de crescimento desse setor. Com o intuito de expandir a capacidade de geração de energia, o país faz empréstimos externos, que resultam na dívida externa que o acompanhará por muitos anos (BERMANN, 1995).

O interesse pelas hidrelétricas, na década de 1970, em detrimento das outras fontes de geração de energia, como a biomassa e a energia eólica, ocorria em função da tecnologia predominantemente nacional e da experiência dos engenheiros nas numerosas barragens de grande porte que vinham sendo implantadas em todo o território nacional. Mielnik e Neves (1988) ressaltam que a integração econômica entre as empresas de estudo e projetos no setor da construção civil e as empresas fabricantes de equipamentos pesados forma uma rede de interesses ligados a um processo de busca pela evolução do setor elétrico, obscurecendo seus impactos negativos e possíveis problemas.

¹¹ Vainer e Araújo (1992) também usam o conceito de GPI - Grandes Projetos de Investimento.

Scherer-Warren (1988 *apud* VAINER; ARAÚJO, 1992), afirma que o GPIs buscavam atender, simultaneamente, à produção e à reprodução das condições gerais da acumulação e do ordenamento territorial. Por serem elaborados em nome da industrialização brasileira e implantados sob o discurso do desenvolvimento econômico, os projetos hidrelétricos apresentavam um caráter fechado quanto às decisões relativas à sua implantação, aos incentivos e às alterações socioeconômicas, culturais e ambientais causadas às regiões de implantação. Assim, Sigaud (1994) destaca que as decisões tomadas a respeito da geração de energia, através da hidroeletricidade, sempre implicam na inundação de grandes áreas e deslocamento de milhares de pessoas, principalmente índios e camponeses; essas decisões parecem ter sido sempre tomadas a partir de estimativas de demanda, calculadas, por sua vez, por meio de critérios pouco transparentes, pautados nos interesses das grandes empresas envolvidas.

Se tais critérios estritamente técnicos e as possibilidades de recursos têm sido elementos-chave na decisão de levar adiante projetos de hidroeletricidade, não se deve subestimar o papel de grupos empresariais que exercem forte pressão sobre o governo no sentido da realização dos empreendimentos. Integram este 'lobby' empresas consultoras encarregadas do planejamento do setor, algumas das maiores empresas da construção civil do país, empresas que produzem equipamentos elétricos e empresas que necessitam de muita energia para se implantar, como é o caso, por exemplo, da indústria de alumínio da região norte (SIGAUD, 1994, p. 2).

Segundo o relatório da Comissão Mundial de Barragens, publicado em novembro de 2000, World Commission on Dams, mais de 800.000 barragens já foram construídas no planeta; dentre ela, 45 mil são de grande porte. Além disso, cerca de 1.600 barragens estão, atualmente, em construção em todo o mundo, em um negócio que movimenta US\$ 50 bilhões anuais. Esses empreendimentos provocam o deslocamento de 4 milhões de pessoas a cada ano, além de causarem grande impacto na biodiversidade.

O Brasil é um dos 20 países para os quais as hidrelétricas representam a parte mais importante da matriz energética, visto que elas respondem pela geração de 93% da energia consumida no país. Da energia produzida no país, grande parte vai para as indústrias chamadas eletrointensivas, que têm como característica serem grandes consumidoras de energia, como, por exemplo, alumínio, celulose, cimento, mineração entre outras. Em consequência do aumento da demanda por energia, tem-se o aumento da construção de usinas hidrelétricas. Em virtude de sua construção, "as barragens já desalojaram mais de um milhão de pessoas ao inundarem 3,4 milhões de hectares de florestas e terras produtivas" (ZHOURI et al., 2005), especificamente em Minas Gerais,

considerada a caixa d'água do país. Até dezembro de 2004, 112 PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) e 22 projetos de UHEs estavam em operação ou em avaliação, tramitando pelos departamentos de órgão ambiental do Estado (ZHOURI et al., 2005). Essas PCHs, mesmo sendo consideradas de pequeno porte, causam impactos socioambientais significativos, além de provocarem o deslocamento de famílias, pois não deixam de alagar áreas ocupadas. Some-se a isso o fato de que os efeitos negativos cumulativos de um grande número de “pequenas” e médias barragens implicam a continuação de grandes impactos sociais e ambientais.

2.3 Hidrelétricas: desenvolvimento e desterritorialização

A construção de projetos hidrelétricos no Brasil teve seu ápice a partir dos anos 70, com a criação da ELETROBRÁS (Eletricidade Brasileira). Seu objetivo era propiciar a instalação de tais empreendimentos, vistos como estratégias de desenvolvimento para o processo de industrialização e desenvolvimento do país. Acreditava-se, segundo Sigaud (1988), que os benefícios gerados iriam sobrepor-se aos malefícios. Ou seja, ao longo do tempo, os efeitos negativos estariam subordinados a um fator predominante: a questão energética. Para tanto, o discurso ideológico utilizado para legitimar a implantação desses empreendimentos pautava-se não somente na promoção da expansão da economia do país, mas também na sua contribuição para a redução das desigualdades inter-regionais.

Projetos inovadores, que subsidiavam a modernidade do país, como as construções hidrelétricas, tornaram-se então, o meio de expansão de novas técnicas e tecnologias de apoio ao crescimento da produção nacional. Embalados pelo discurso ideológico do “desenvolvimento e progresso” (SIGAUD, 1994; VAINER, 2000; ROTHMAN, 2002), esses projetos se apresentam como essenciais à nação, à região de instalação e às populações ribeirinhas, pois os “redimiriam do atraso”. Essa “ideologia de redenção” faz parte do processo de legitimação do projeto e manifesta-se por meio dos constantes discursos dos organismos governamentais e das empresas envolvidas (LINS RIBEIRO, 1985).

Esse discurso ideológico em prol do desenvolvimento da nação e da região de instalação e seus benefícios para as populações são questionados por Martins (1993):

Aqui não se trata de introduzir nada na vida de ninguém. Aqui se trata de projetos econômicos de envergadura, como hidrelétricas, rodovias, planos de colonização, de grande impacto social e ambiental, mas que não têm por destinatárias as populações locais. Seu pressuposto é o da remoção dessas populações (MARTINS, 1993, p. 61-62).

Catullo (1985, p. 22 *apud* LUDWIG, 2003) enfatiza que, tendo em vista esse processo legitimador de discurso positivista, não é difícil entender o pouco compromisso com as populações locais afetadas. Essa posição traz embutida a idéia de que o progresso tem seus custos e que alguém deve pagar por eles, ou seja, os prejuízos existirão e representarão a cota necessária ao desenvolvimento: “um Estado capitalista e moderno pode respeitar as diferenças culturais na medida em que não sejam obstáculos ao desenvolvimento, à modernidade”.

Conforme a literatura, a construção de UHE se dá em detrimento de segmentos sociais vulneráveis, como as populações ribeirinhas e as comunidades étnicas (SIGAUD, 1994; WCD, 2000; ZHOURI; OLIVEIRA, 2005). Ao falarem das vítimas das políticas econômicas que estipulam grandes projetos, Scherer-Warren (*apud* REZENDE, 2002) afirma que, no Brasil, os prejuízos decorrentes desses empreendimentos recaem sobre os atingidos expropriados urbanos e rurais, sobre os camponeses e as etnias nativas.

Conforme Martins (1993), os atingidos vêem a construção da UHE como a “chegada do estranho”, ou seja, como algo que assusta e, ao mesmo tempo instiga. Assusta por ser algo “novo”, por gerar rupturas em estruturas já estabelecidas, bem como instiga por vir embalado pelo discurso do desenvolvimento, que pode transformar estruturas já estabelecidas e criar oportunidade antes inimaginadas. As mudanças percebidas com a chegada do “novo” podem ser caracterizadas pelas alterações no cotidiano das populações; alterações que geram momentos de instabilidade, de “redefinição do seu espaço social, dos usos e apropriações destes”.

Assim, é em função dessa visão hegemônica de desenvolvimento - que tem orientado o processo de modernização do país e a sua inserção no mundo contemporâneo de globalização econômica, que tais empreendimentos “simbolizam o progresso da humanidade” (McCULLY, 2001, p. 284), tornando-se a alternativa mais utilizada, apesar da existência de outras formas de prover energia. Entretanto, como a hegemonia permanece sempre nas mãos de quem detém o poder, Estado e grupos de interesses, os projetos hidrelétricos são impostos às populações locais sem que se pense o que isso pode significar, positiva ou negativamente, para elas. As construções de projetos

hidrelétricos, segundo esse mesmo autor, beneficiam poderosos interesses políticos e econômicos, sendo muitas vezes realizadas de forma secreta e obscura, sem um consentimento democrático. Essas obras brindam a capacidade humana de controlar o poder dos rios para seu próprio benefício, privando os seus anteriores usuários, mesmo que parcialmente, dos recursos por eles oferecido. Thayer Scudder, do Instituto de Tecnologia da Califórnia, assessor em vários projetos de represas em todo o mundo, afirma a recorrência desse tipo de projeto para a manutenção de interesses, sejam eles políticos ou econômicos.

Desgraciadamente es cada vez más evidente el modo sistemático en que las elites gubernamentales pueden utilizar las cuenda hídricas para diseñar proyectos de desarrollo no sólo con el propósito de obtener recursos para ellos mismos y quienes los respaldan, sino también para conseguir objetivos políticos propios, a expensas de las comunidades ribereñas, de las minorías étnicas y religiosas y de los grupos de oposición a nivel regional y nacional (*apud* Mc CULLY, 2001, p. 289)¹².

A confrontação de interesses entre os atores envolvidos nesse processo é evidente. Para os empreendedores, o projeto representa lucro e investimento; para o governo, representa incentivos e insumos às atividades produtivas e assim ao desenvolvimento; enquanto para as comunidades atingidas os interesses são outros. É fato que o meio ambiente não é apenas um objeto ameaçado pelo seu esgotamento. Acselrad (2005) afirma que ele é atravessado por diversos sentidos socioculturais e interesses diversificados que compõem o antagonismo anteriormente mencionado. As águas dos rios muitas vezes têm-se apresentado como objeto de uso e apropriação pelas empresas, que vêem nesse recurso hídrico fonte geradora de energia, ao mesmo tempo que estas águas representam meio de subsistência para diversas famílias que vivem às suas margens.

Segundo Zhouri et al. (2005), as comunidades atingidas, muitas vezes, não possuem conhecimento real do projeto e dos seus impactos, sendo colocadas no processo como sujeitos passíveis de adaptação e de negociação. Os interesses antagonísticos que permeiam o processo acabam por colocar as comunidades atingidas como meras expectadoras do processo, que por meio de um processo “democrático”,

¹² “Infelizmente, é cada vez mais evidente o modo sistemático que as elites governamentais utilizam as bacias hídricas para desenhar projetos de desenvolvimento com o propósito de obter recursos próprios àqueles que lhes dão respaldo, como também para conseguirem alcançar objetivos políticos, às custas das comunidades ribeirinhas, das minorias étnicas e religiosas e dos grupos de oposição a nível regional e nacional.”

busca estabelecer tal empreendimento como essencial ao progresso e à modernidade do país.

Com a privatização do setor elétrico e com o estabelecimento de novas relações de poder nesse setor, aumentam ainda mais as divergências de interesses. Bermann (1995) enfatiza em seus estudos a existência de antagonismos entre as partes, ou seja, de um lado as empresas fomentadoras dos projetos interessadas na possibilidade de autoconsumo ou de venda das suas ações, e de outro as populações ribeirinhas atingidas, preocupadas em assegurar seus bens materiais e culturais, bem como seus modos e condições de vida¹³.

Em torno dos impactos causados, tanto ambiental quanto social, estão os interesses econômicos, que são camuflados pela terminologia “viabilidade ambiental”. Assim, o projeto ideal é o que tem o menor custo e o maior benefício (lucro) para quem o realiza (REZENDE, 2002).

Segundo Vainer (2004), o dilema dos atingidos por barragens se inicia no próprio relatório de estudos de viabilidade dos projetos. Esses estudos oferecem como solução, para os problemas advindos com a obra, apenas ações mitigadoras de reparação das perdas ocorridas, sem a preocupação de que essas reparações podem não corresponder àquelas esperadas pelas famílias atingidas.

Diferentes pesquisadores que trabalham com questões relacionadas às barragens têm considerado que, a implantação de projetos hidrelétricos acarreta para a região de instalação a desestruturação de atividades preexistentes, desordenado crescimento populacional, desemprego, marginalização social e degradação ambiental, em vez de contribuir, segundo os discursos utilizados, para redução das disparidades regionais, por meio da desconcentração industrial e abertura de frentes de trabalho nas regiões instaladas. Santos (1999) evidencia ainda mais o discurso de desenvolvimento que acompanha a implantação das grandes hidrelétricas:

Quando nos dizem que as hidrelétricas vêm trazer, para um país ou para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração no mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, ao contrário, pode exatamente vir destruir a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais (SANTOS, 1999, p. 173).

¹³ Vale destacar que, com a privatização do setor elétrico, o Governo estabelece concessões de uso às empresas que “compram” os projetos em leilões.

Estudos etnográficos (SCHERER-WARREN et al., 1988) destacam as consequências negativas desses empreendimentos sobre os atingidos. Eles perdem o investimento feito por uma ou várias gerações na propriedade, a segurança representada pelo espaço construído ou vivido, o sentido de lugar, ou seja, além das perdas materiais, são inquestionáveis as perdas sociais e simbólicas. Ruptura das relações de vizinhança, de parentesco, de comunidade e perdas de bens culturais constituem exemplos do processo de desenraizamento das populações que são obrigadas a sair de seus territórios.

No que se refere aos impactos das construções hidrelétricas sobre as populações atingidas, a migração forçada, o reassentamento e a destruição socioeconômica representam as questões que mais têm chamado a atenção dos cientistas sociais nesses últimos anos (GLODSMITH; HILDYARD, 1984; CERNEA, 1991; WILLIAMS, 1991 *apud* ROTHMAN, 1996).

Nesse sentido, a migração forçada aparece como uma saída para viabilizar a reprodução da força do capital. A palavra “migrar” vem constituir-se como “fuga”, não apenas no sentido de mudança de um espaço físico para outro, mas com sentidos múltiplos, baseados em ruptura de representações simbólicas e do espaço como apropriado e construído socialmente (SCHERER-WARREN et al., 1990).

Vistos os antagonismos anteriormente citados, o espaço aqui em questão ganha diferentes significados. Para os investidores que constroem as UHEs, o espaço é percebido enquanto de uso, validado pelo grau de materialização que os conduz, pelo lucro que ele pode trazer; contudo, para os sujeitos, os quais dependem dos recursos oferecidos para sobreviverem, como água e terra, o espaço é visto como essencial e vital. Migrar significa recomeçar, refazer, não no sentido de busca de renovação das possibilidades de manutenção (MARTINS, 1993), mas no sentido de reconstruir a vida num processo permeado de incertezas e inseguranças.

Dessa forma, Martins (1986), ao falar daqueles que são obrigados a sair compulsoriamente de suas terras, afirma que:

Sua expulsão da terra, embora muitas vezes mascarada por decisão legal, aparece-lhe como ato iníquo, por que é sempre violento e compromete a sua sobrevivência. Por que priva-o do que é seu – o seu trabalho, meio e instrumento de sua dignidade e de sua condição de pessoa (MARTINS, 1986, p. 56)

A questão da migração remete à desterritorialização que, conforme Souza (1995) supõe a exclusão do grupo que anteriormente se apropriava daquele espaço. Já como assinala Haesbaert (2004), seria fruto do enfraquecimento do controle exercido sobre o espaço, resultando na mobilidade de pessoas, bens materiais, capitais ou informações. Este enfraquecimento aqui se deve à retirada de pessoas pela força do capital, as quais acreditando nas propostas de melhoria de condições de vida, vêem no empreendimento oportunidades mascaradas sob o real significado de implantação de usinas.

À desterritorialização segue-se o processo de reterritorialização, que sugere a incorporação de novos territórios, ou seja, a construção de nova territorialidade por parte do grupo desterritorializado. No caso das construções hidrelétricas, como a da UHE Candonga, a desterritorialização dos moradores locais de São Sebastião do Soberbo deu lugar ao empreendimento em questão. Dessa forma, territorializam-se UHEs e ao mesmo tempo, desterritorializam-se populações. As famílias desterritorializadas necessitam construir novos territórios, reconstruindo-se a si mesmas no espaço, seja sob sua vontade ou não. Este processo de desterritorialização/reterritorialização das famílias faz parte da racionalidade econômica do modelo capitalista, que faz do solo mercadoria inserida no processo de reprodução do capital, conforme anteriormente apresentado (LUDWIG, 2008).

De modo geral, o território é entendido como resultado de um espaço histórico de construção do espaço por agentes sociais, que lhe imprimem suas características socioculturais. Ainda assim, o território é o resultado da interação entre as relações sociais e de poder (SOUZA, 1995) estabelecidas em determinado espaço e o controle deste. Essas relações abarcam tanto as relações de dominação quanto as de apropriação, pois, conforme Haesbaert (2004), o território tem a ver com o poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”; ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto quanto ao poder no sentido simbólico, de apropriação. Lefebvre (1996, *apud* HAESBAERT, 2004) distingue apropriação de dominação: o primeiro sendo um processo mais simbólico, carregado do vivido, do valor do uso, e o segundo, mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca.

O uso aparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e “não propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, simbólicos de uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam, tornando-o unifuncional, menos ele se presta a apropriação. Por que? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo (LEFEBVRE, 1986, p. 411-412 *apud* HAESBAERT, 2005, p. 6774-6792).

Como acontece nos projetos de usinas hidrelétricas, o que se vê é uma clara confrontação de interesses, que divergem segundo as óticas dos atores sociais envolvidos. Nesse processo, o espaço ganha importância na luta pelo seu uso e apropriação. Anteriormente à chegada do empreendimento, aquele espaço era habitado e tinha sentido de lugar, ou seja, um espaço construído e vivido, local de moradia e fundamentado na sociabilidade, que garantia a construção de uma rede de relações humanas com significados e sentidos: um espaço/ lugar (LUDWIG, 2008).

Em se tratando de desapropriação do espaço/lugar, Cavalcanti (2002) enfatiza o desenraizamento causado pelo desencontro do ser naquilo que lhe é dado tradicionalmente como substancial para pertencer a um grupo social. Por outro lado, a necessidade de territorializar leva ao enraizamento, considerado por esse mesmo autor, uma das mais difíceis necessidades do ser humano a ser definida; é, ao mesmo tempo, a mais importante e a mais desconhecida. Cada “indivíduo tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro” (WEIL, 1979 *apud* MEDEIROS, 2007). Além disso, os indivíduos encontram também dentro de sua própria cultura espaços diferenciados, aos quais se articulam, constroem e reconstróem referências de uma forma permanente, tanto para si como para o outro.

O processo de desterritorialização marca a perda da identidade territorial existente naquele espaço/lugar. Parte-se do pressuposto que “toda a identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território”, ou seja, dentro de uma noção de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto no da realidade concreta (HAESBAERT, 1999, p. 172).

A apropriação relacionada ao espaço é o mecanismo que permite ao sujeito sentir que tem o domínio de um lugar, que pode arrumá-lo, reestruturá-lo, construindo ali algo com o qual se identifique, o seu lugar (FISCHER, 1981 *apud* MOURÃO et al., 2006). A apropriação pode, portanto, ser entendida como uma necessidade humana de enraizamento (MOLES; ROHMER, 1998), que ocorre quando uma pessoa se insere num lugar geográfico e, a partir daí, aquele espaço indefinido passa a ser importante para o sujeito que o vivencia. Pol (1996 *apud* MOURÃO et al., 2006) afirma que:

As pessoas individualmente ou de forma coletiva, necessitam identificar territórios como próprios, para construir sua personalidade, estruturar suas cognições e suas relações sociais, e ao nosso tempo suprir suas necessidades de pertença e de identificação (p. 30).

Ainda segundo Fischer (1981 *apud* MOURÃO et al., 2006) é a familiaridade com o espaço que faz surgir a apropriação, e esta é construída ao longo do tempo, como resultado de um processo dialético de interação sujeito-meio, de formação do espaço/lugar. Segundo Santos (2002), a reterritorialização se configura como algo muito além das alterações das formas; mudam-se as funções e, conseqüentemente, o homem:

O novo meio ambiente opera como uma espécie de detonador. Sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura, e mudando o homem. Quando esta síntese é percebida, o processo de alienação vai cedendo ao processo de interação e de entendimento, e o indivíduo recupera a parte de seu ser que parecia perdida (SANTOS, 2002, p. 329).

Para Haesbaert (2004), reterritorialização refere-se à resistência ao processo de desterritorialização imposto pela territorialização comandada por outros, ou seja,

Pode-se “delimitar” o território, simplesmente através da delimitação do território do outro. Neste sentido, mesmo com uma “territorialização” (física) aparentemente bem definida, o outro está de fato desterritorializado, pois não exerce efetivo domínio e apropriação sobre seu território (2004, p. 236).

Observa-se que, nos casos onde o espaço/lugar se torna alvo de projetos hidrelétricos, este vira palco de luta pelo seu uso. A implantação do empreendimento leva à desterritorialização/reterritorialização das famílias que transferidas territorialmente são, muitas vezes, impostas a um novo estilo de vida. O espaço ora apropriado por essas famílias vira palco da dominação capitalista, do uso e poder desta, ao passo que os desterritorializados são levados a se apropriar de novos espaços e de dotá-los de sentido. Assim, ao discutir e analisar essas mudanças, não se tem a pretensão de anular a importância, já consolidada, dessas obras contextualizadas no modelo de desenvolvimento adotado pelo país. Procura-se sim, mostrar como a modernidade espelha contradições, apresentando um caso concreto de empreendimento, símbolo de modernidade. Por meio desse exemplo, busca-se entender criticamente os efeitos dessas obras e discutir sua implantação a partir das percepções dos sujeitos diretamente atingidos, escolhidos como amostra para esta pesquisa.

3 MÉTODOS, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Do método e dos procedimentos de construção de dados

Para realização deste estudo, optou-se por uma abordagem qualitativa, ou seja, aquela que “aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas, isto é, trabalha com o universo de significados das ações e relações humanas, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (MINAYO, 2003, p. 22). A abordagem qualitativa foi escolhida como perspectiva metodológica, por ser uma forma de estudo que se baseia em descrições de dados obtidos a partir da realidade social produzida em um determinado momento histórico. Essa modalidade se mostra relevante no presente trabalho, pois consiste num estudo profundo e detalhado sobre determinado objeto, realidade ou população, em que se tem a finalidade de proporcionar “uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados” (GIL, 2002, p. 55).

A cientificidade deste estudo para as ciências sociais é resultado de uma experiência em que os fatos não podem ser registrados por meio de perguntas ou de documentos quantitativos, mas da “sensibilidade e habilidade de compreender a memória dos homens vivos” (ZALUAR, 1980, p. 50). Segundo Dias (1999), esse tipo de pesquisa busca estabelecer uma aproximação mais segura dos objetivos pretendidos, permitindo que se estabeleça um relacionamento mais longo e flexível entre o pesquisador e pesquisados, proporcionando o alcance de informações mais subjetivas,

amplas e com maior riqueza de detalhes. Logo, o interesse do pesquisador é verificar como esse objeto se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas ações cotidianas.

Tendo em vista responder às perguntas colocadas pelo problema de pesquisa, este estudo foi direcionado por meio de um delineamento descritivo, que é aquele em que se procura ter “uma visão global do problema ou identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados” (GIL, 2002), por meio do qual foram combinados diferentes procedimentos de construção de dados. Sobre isso, Marconi e Lakatos (1999) afirmam que, nas investigações em geral, não se utiliza apenas uma técnica, mas todas as que forem necessárias ou apropriadas para determinada pesquisa. Na maioria das vezes, há uma combinação de duas ou mais delas, usadas concomitantemente.

No caso do presente estudo, cuja unidade de análise foram os atingidos de Candonga, reassentados no distrito de Nova Soberbo, buscou-se desvendar as contradições que emergiram na vida dessas famílias após a construção da UHE, procurando comparar seus modos de vida e atuais condições de existência com aqueles vividos antes do empreendimento. A realização de uma pesquisa que enfocasse as contradições que emergiram na vida dessas famílias após a implantação do empreendimento levou a pensar nas conseqüências da modernidade imposta à sociedade, ou seja, a busca do desenvolvimento e progresso, que impõe novas formas de vida às comunidades, as quais por muito tempo, viveram à margem de todo o processo de modernização.

Inicialmente, numa fase exploratória buscou-se extrair informações de documentos e Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) sobre o empreendimento, a partir de estudos publicados sobre a UHE Candonga, como o livro da ONG Justiça Global: “Atingidos e Barrados: as violações dos direitos humanos”, de 2004, além do Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador, realizado pelos estudantes e professores da Universidade Federal de Viçosa na localidade de estudo, também no ano de 2004, e os documentos sobre os processos de licenciamento para construção e operação da UHE, arquivados na FEAM. No conjunto desses documentos, chamaram-nos a atenção cartas escritas pelos atingidos e arquivadas na FEAM. Estas retratavam fatos que estavam ocorrendo no momento em que ocorria o processo de negociações, onde, muitas vezes, o remetente reivindicava “ajuda” frente às incertezas quanto ao futuro. A partir dessas cartas, foi possível uma aproximação com a população atingida antes mesmo do trabalho de campo. Nesse sentido, as cartas se apresentaram como fonte original e de grande valia para a construção da pesquisa, diferenciando-a das demais já

publicadas, por apresentar dados até então não utilizados sobre a população de São Sebastião do Soberbo¹⁴.

Primeiramente, foram selecionadas, entre as cartas encontradas, aquelas que chamaram a atenção pelo caráter apelativo utilizado. Pelas cartas selecionadas (Anexo A) foi possível identificar tanto os atores sociais envolvidos quanto as principais questões que caminharam junto com o processo de construção do empreendimento. Essas informações subsidiaram uma segunda etapa da pesquisa, em que foram utilizadas outras técnicas de construção de dados. Nesta etapa, utilizei a observação direta, as entrevistas semi-estruturadas e a produção de imagens.

De início, o trabalho de campo se orientou por idas e vindas quando se procurava identificar os atores que haviam escrito as cartas, bem como estabelecer contato com outros moradores. A relativa proximidade entre o município no qual se insere a área de estudos e aquele do qual a pesquisadora se origina facilitou o trabalho de campo. Assim, em vez de permanecer no campo durante todo o trabalho de construção dos dados, como normalmente ocorre em pesquisas etnográficas, percorreu-se os 180 km, em dias seqüenciados, durante seis semanas. Apenas no período das entrevistas considerou-se necessária a hospedagem no distrito, especificamente na casa de uma moradora proprietária de um restaurante, onde normalmente tomavam-se as refeições.

Inicialmente, as entrevistas foram direcionadas aos atingidos que haviam escrito cartas à FEAM, por considerar que estas constituiriam um modo de facilitar a aproximação pesquisadora/informante. Contudo, a coleta de dados não se restringiu àqueles. No total, foram entrevistadas 23 pessoas, entre homens, mulheres, adultos, idosos e jovens, de 17 casas diferentes, escolhidas aleatoriamente conforme disponibilidade de horário e interesse da pesquisa. A diferença de idade dos entrevistados foi um fator interessante, por permitir a visualização das diferentes visões sobre as questões levantadas. É importante registrar que o número de entrevistados não foi delimitado *a priori*, mas a partir do processo de saturação. Esse critério consiste em realizar as entrevistas até o ponto em que se percebe a repetição das informações, ou seja, que não estão sendo obtidos dados novos. Segundo Bertaux (1980 *apud* COSTA, 2002) o fenômeno da saturação aparece quando os elementos de conhecimento das relações socioestruturais trazidas por cada 'história de vida' permitem uma totalização da proposta inicial da pesquisa.

¹⁴ Ver: Barros e Silvestre (2004), DRPE (2004), Rothman (2005), Pinto (2005) e Penido (2007).

Nas entrevistas, procurou-se obter informações sobre como era espacial e socialmente o distrito de “São Sebastião do Soberbo” e como se apresenta nos dias atuais a “Nova Soberbo”. Buscou-se conhecer o cotidiano e os modos e condições de vida das famílias, antes e após a construção da barragem, assim como o significado desta para elas. Por meio das entrevistas, procurou-se aproximar aquilo que se desejava conhecer e estudar com a realidade do campo pesquisado. Ainda que a maioria dos moradores resida hoje no assentamento de Nova Soberbo, foi possível perceber que nem todos os moradores do antigo distrito estão hoje no assentamento. Alguns, de posse da indenização recebida pelo consórcio, acabaram migrando para outros lugares da região ou estado.

No trabalho de campo, foram realizadas entrevistas norteadas por questões abertas, a partir das quais os entrevistados ficavam livres para falar sobre o reassentamento, sobre seus sentimentos e para relembrar o antigo lugar. Ao iniciar o trabalho de campo, o receio era de que aquelas pessoas não estivessem dispostas a responder às perguntas, em virtude da exaustão causada por trabalhos acadêmicos anteriormente realizados no local, o que acabou se confirmando durante o trabalho no campo. Diante dessa questão, optou-se por utilizar algumas informações oriundas de trabalhos já desenvolvidos, centrando, posteriormente, a atenção nas questões específicas do estudo pretendido.

Para melhor compreensão e fidedignidade dos dados, as entrevistas foram gravadas, com exceção de seis, cujos entrevistados alegaram não se sentirem à vontade diante do gravador. A construção do texto, a partir das informações obtidas e citadas, foi realizada de modo a resguardar a identidade dos entrevistados, utilizando para tal, apenas as iniciais dos nomes, seguidas por idade e estado civil, conforme mostra o quadro apresentado em anexo (Anexo B).

A reconstrução de São Sebastião do Soberbo, já submerso, foi feita a partir dos relatos dos moradores, como também por meio de fotografias e vídeos cedidos pelos mesmos durante o trabalho de campo¹⁵. O uso desses documentos ajudou a revelar São Sebastião do Soberbo e o processo de mudança para o reassentamento Nova Soberbo. Por meio das imagens, os atingidos relembavam o antigo lugar e evidenciavam pontos importantes de suas vidas.

¹⁵ Com a ajuda de um técnico em filmagem, foram recuperadas informações de vídeos domésticos sobre São Sebastião e incluídas imagens de Nova Soberbo, desde a sua construção até os dias de hoje.

Após as entrevistas, fez-se uma visita à Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Escalvado, com o intuito de obter informações mais precisas sobre a população residente em Nova Soberbo. Diante da ausência de informações sobre a localidade, foi aplicado um questionário (Anexo C) com questões abertas e fechadas, a fim de identificar a composição social das famílias e sua realidade socioeconômica, buscando melhor compreender o contexto no qual estão inseridas as famílias nos dias de hoje. A ordem dos procedimentos metodológicos foi determinada pelo campo, que inicialmente se fez com o propósito de conhecer a comunidade e as famílias dos atingidos que haviam escrito cartas à FEAM. Nesse sentido, optou-se por primeiramente realizar todas as entrevistas, para que num segundo momento pudessem ser aplicados os questionários. Estes foram respondidos por moradores de 72 casas, entre as 120 existentes. Embora a idéia inicial fosse a realização de um tipo de censo com os moradores de todas as casas, muitas se encontravam fechadas ou até com placas de anúncio de aluguel.

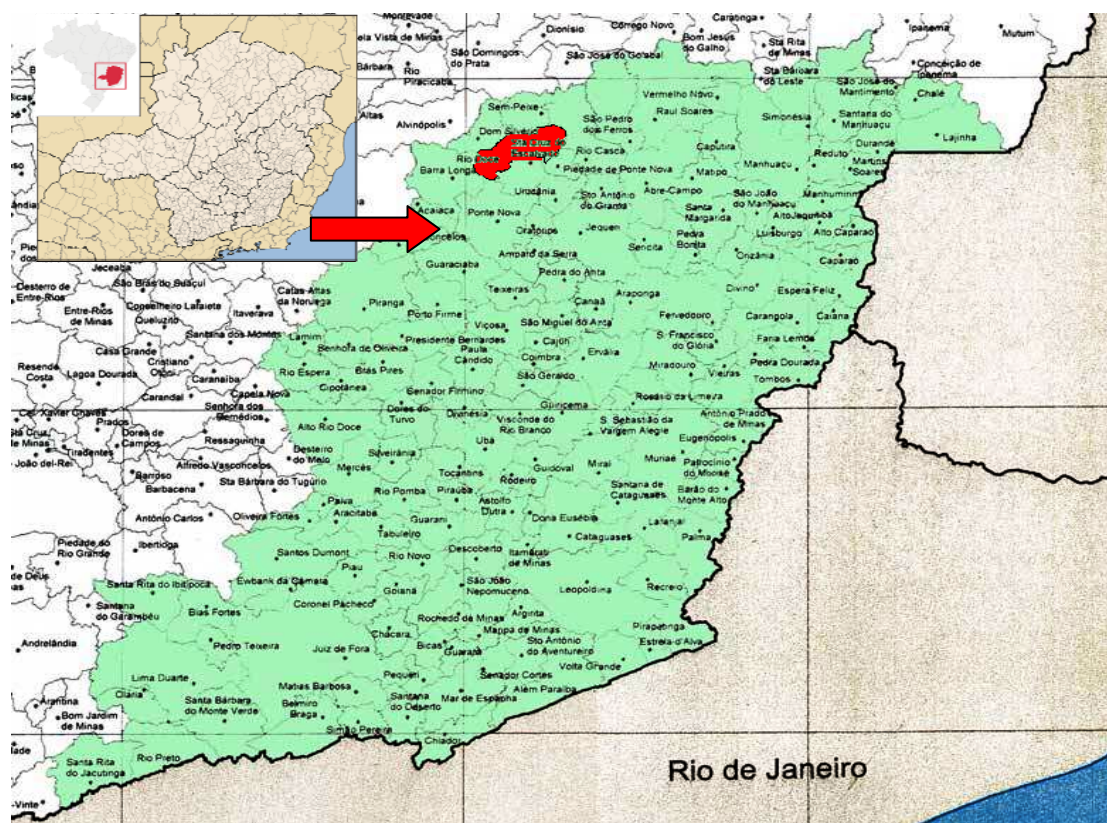
No final, os dados oriundos das gravações foram transcritos e, posteriormente, cruzados com os demais, a partir dos quais foram feitas as análises, segundo os objetivos da pesquisa.

3.2 Da área de estudo

3.2.1 São Sebastião do Soberbo no contexto do município e região

O município de Santa Cruz do Escalvado, no qual se insere a área de estudo, está localizado na microrregião de Ponte Nova/Zona da Mata Mineira¹⁶ (Mapa 1). Essa região está localizada no sudeste de Minas Gerais e abrange uma área de 36.058 km², o que corresponde a 6,2% da superfície do estado. Possui atualmente 143 municípios, agrupados em sete microrregiões geográficas: Ponte Nova, Manhuaçu, Muriaé, Cataguases, Juiz de Fora, Ubá e Viçosa. Limita-se com o sul/sudoeste de Minas, Campo das Vertentes, Metropolitana ou Metalúrgica e Rio Doce e com os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

¹⁶ Segundo Valverde (1958), foi a fisionomia da vegetação que deu a essa região o nome tradicional, que ela ainda conserva. Em suas condições originais, a formação vegetal que sugeriu o nome, formava um todo contínuo com a floresta do médio Paraíba, ao Sul, e a do Vale do Rio Doce, ao Norte. Hoje, a devastação ocorrida ao longo do tempo não permite mais a distinção da região por suas características originais.



Fonte: <www.asminasgerais.com.br>. Acesso: 10/2/2008.

Figura 1 - Mapa de localização geográfica da área de estudo: Santa Cruz do Escalvado no contexto do país e da microrregião de Ponte Nova/Zona da Mata-MG.

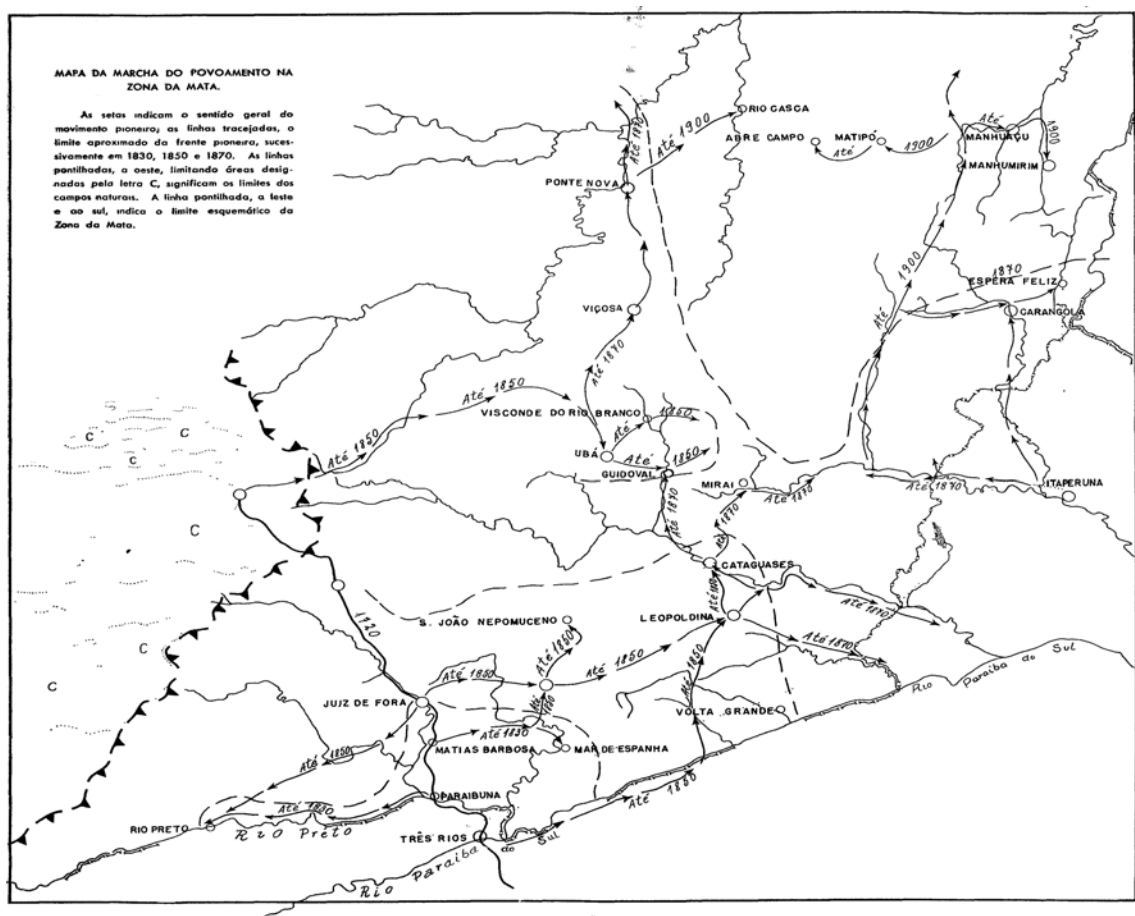
Segundo historiadores, a ocupação da Zona da Mata se deu em meio a dificuldades. Primeiramente, devido aos habitantes originais, os índios¹⁷, e, segundo, pelo relevo ondulado e bastante acidentado - fatos que dificultaram o processo de ocupação e formação socioeconômica da região. A formação dos povoados se fez ao longo dos vales, deixando os altos das encostas recobertas de mata; todavia, é com o descobrimento de suas riquezas e com a introdução das culturas que o desmatamento da região foi mais intenso.

Até meados do século XIX, a coroa portuguesa não permitiu a ocupação da região. Assim, todo um sistema de vigilância era mantido para proteger as minas e garantir a permanência do caminho original. Com o declínio da mineração e o aumento da busca pelo ouro, novos caminhos tiveram de ser abertos. Primeiramente, teve-se a

¹⁷ A historiografia consultada, embora importante pelos dados apresentados, segue com a visão etnocêntrica, em que não se relativiza “o perigo dos índios”, originais habitantes, que acabariam sendo dizimados, em sua grande maioria.

abertura do “Caminho Novo”, como era chamado ou o “Caminho do Ouro”, como ficou conhecido na história e, posteriormente, pela necessidade da abertura de outros caminhos fora do caminho original.

O desencanto com a mineração levou à procura por terras para a lavoura, iniciando assim o povoamento da região. A população, incentivada pelas concessões de sesmarias concedidas pela coroa portuguesa, povoava a região e desmatava as matas para o cultivo de culturas, que posteriormente seriam comercializadas. Em toda a região concessões de sesmarias foram solicitadas e, à medida que eram concedidas, muitas fazendas iam sendo instaladas (Figura 2).



Fonte: VALVERDE, Orlando. Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais. Jan/ Mar 1958. p. 26

Figura 2 - Mapa do povoamento da Zona da Mata-MG.

A microrregião de Ponte Nova tem sua história ligada à produção de cana-de-açúcar, que, desde meados do século XIX, se desenvolvia nas grandes fazendas, conquistadas em regime de sesmaria e sob o produto da escravidão. A maioria das grandes propriedades possuía engenhos e, em vastas extensões de terra, haviam se formado as

grandes lavouras. Os produtos derivados dessa matéria-prima eram o açúcar mascavo, o açúcar-de-forma e a aguardente.

Com a expansão do café na região da Zona da Mata, vindo do Vale do Paraíba, essa cultura chega a Ponte Nova no ano de 1870, transformando-a em um principal município no processo de desenvolvimento socioeconômico da região. Contudo, essas não eram as únicas culturas nas fazendas da microrregião, onde a produção era diversificada. Cultivavam-se cereais para consumo doméstico, como milho, feijão e mandioca, bem como, criavam-se animais, como suínos, aves e bovinos.

No final do século XIX, com a modernização da Zona da Mata, tem-se a evolução nos moinhos de cana-de-açúcar e, posteriormente, a chegada das estradas de ferro, que facilitariam o transporte dos produtos comercializados e estimulariam a indústria açucareira e cafeeira.

A produção açucareira e o cultivo do café trouxeram prosperidade para a microrregião até meados do século XX, conferindo ao município de Ponte Nova o título de *princesinha da Zona da Mata, a rainha do açúcar e do café* (CARVALHO, 1954 *apud* DIAS, 2007). A cidade se transformou. A modernidade e o progresso fizeram circular uma riqueza que girava em torno das fazendas de café e do açúcar até os anos de 1930, quando ocorre a crise nacional deste produto. Essa crise exigiu que todos os olhares fossem direcionados para as usinas de açúcar, aumentando assim o número de fazendas açucareiras no município e microrregião. A prosperidade de Ponte Nova influenciava os diferentes municípios desta microrregião, sobretudo o município de Santa Cruz do Escalvado.

Segundo relatos antigos, a ocupação de Santa Cruz do Escalvado pode ter sua origem na migração de muitas pessoas provenientes de Santana do Deserto¹⁸, que, fugindo de uma epidemia de febre amarela, se instalaram nas proximidades de uma grande fazenda situada às margens do rio Doce. Santana do Deserto é um distrito do município de Rio Doce, vizinho de Santa Cruz do Escalvado. Devido à proximidade geográfica, a origem e a formação dos dois municípios se assemelham e se influenciam. Existe uma outra visão, em relação à constituição de Santa Cruz do Escalvado, que está relacionada ao processo de formação dos municípios da Zona da Mata Mineira como um todo. Ou seja, diz respeito à formação de um povoado em torno de uma capela, que,

¹⁸ Atualmente, o lago da Usina Hidrelétrica da Candonga faz o limite dos municípios de Santa Cruz do Escalvado com o município de Rio Doce. Às águas do reservatório margeiam o caminho que conduz à Santana do Deserto, de onde se podia se avistar o distrito de São Sebastião do Soberbo.

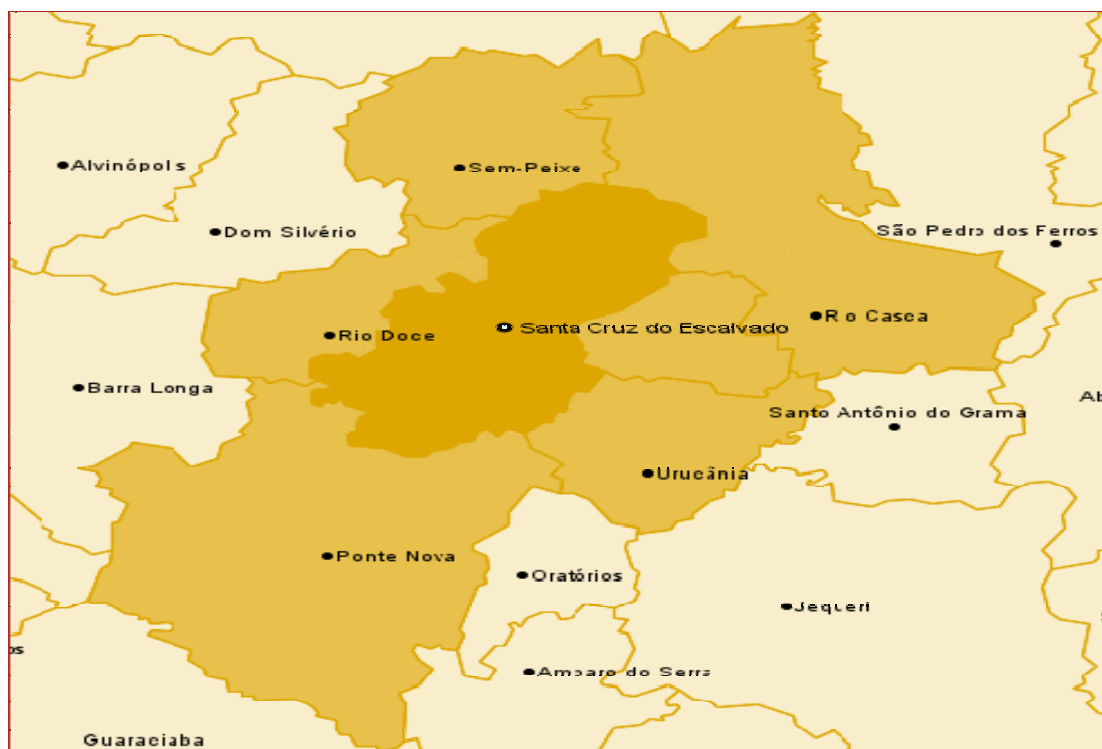
neste caso, foi em honra à Santa Cruz, erigida pelo Padre Bernardino José da Silva, que obteve provisão em 1823. Seu primeiro nome foi Santa Cruz do Chamercão, em referência ao local onde estava situada a fazenda Chamercão, que naquela época pertencia ao atual município de Barra Longa.

Em 1846, Santa Cruz se torna distrito de Ponte Nova e, em 1948, de acordo com a lei estadual, eleva-se a município, com território desmembrado de Ponte Nova. A origem do nome atual, Santa Cruz do Escalvado, pode ser atribuída a alguns fatores. Primeiramente, devido à existência, no lugar, de uma curiosa elevação formada por uma pedra - a Pedra do Escalvado - situada a quatro quilômetros da sua sede municipal. A outra refere-se ao fato de o município ser banhado pelo ribeirão do Escalvado. Uma outra explicação está relacionada, ainda, ao dia da padroeira da cidade. Segundo a liturgia católica, 14 de setembro é o dia da "Exaltação da Santa Cruz" e relembra a data do ano de 628, quando "o imperador Heráclito reconduziu em triunfo o Santo Lenho para o Calvário, após tê-lo reconquistado das mãos dos persas". Assim, em missas, são recordados os momentos de sofrimento, humilhação e castigo da *via crucis*, ao mesmo tempo em que a exaltação da cruz toma outra dimensão: a de vitória, de liberdade, de vida e dos ensinamentos de Jesus Cristo. Ao adicionar "Escalvado" a "Santa Cruz", reforça-se o sentido sagrado do nome, sendo que, desta vez, o termo se refere a "calvário" - colina em que Jesus Cristo foi crucificado - fazendo menção não apenas ao local da crucificação, mas também do crucificado" ¹⁹.

Segundo dados do IBGE (1991), o município compõe-se de quatro distritos: a sede, Zito Soares, São João da Vargem Alegre e São Sebastião do Soberbo; este último, no ano de 2004, passaria a ser chamado Nova Soberbo. A área total do município corresponde a 259,1 km², e as cidades com as quais faz limites são: Sem-Peixe, Rio Doce, Ponte Nova, Urucânia, Piedade de Ponte Nova e Rio Casca (Figura 3).

Nota-se que, mesmo emancipada, Santa Cruz do Escalvado ainda mantém fortes laços de dependência de Ponte Nova, principalmente em relação ao sistema de saúde, judiciário, penitenciário, cartórios eleitorais e de registro de imóveis. O município possui apenas uma agência bancária, agência dos correios, escola, posto de saúde, mercearias e quadra poliesportiva.

¹⁹ Informações retiradas do site: <www.serrasdeminas.org.br>. Acesso: 10/03/2008.



Fonte: <www.abm.org.br>. Acessado em 10/03/2008.

Figura 3 - Mapa da localização geográfica do município de Santa Cruz do Escalvado e municípios limítrofes.

Sobre as redes hidrográficas, o município é cortado por um importante rio do estado, o rio Doce²⁰, e por alguns pequenos córregos, como os ribeirões do Escalvado, Sarandi, Quilombo, Antonio Joaquim, Sertão, entre outros (Figura 4).

Dados da população de Santa Cruz do Escalvado, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicam diminuição da população total do município como um todo (Quadro 1). Isso pode ser explicado tanto pelo processo de industrialização do país, que durante um longo período atraía as pessoas para os centros urbanos, em busca de melhores condições de vida, quanto pelo declínio da cana-de-açúcar e pela crise cafeeira. Durante quase 100 anos, a cana-de-açúcar e a produção do café sustentaram o crescimento de Ponte Nova e região. Com a crise do café e posteriormente no sistema açucareiro, muitas usinas fecharam deixando toda a região com um número crescente de pessoas desempregadas, as quais, em busca de melhores condições de vida, migraram, a partir da década de 1960, para outras localidades, principalmente os centros urbanos maiores, como Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro.

²⁰ Rio no qual se situam diferentes barragens e que ainda é alvo de outros projetos hidrelétricos.

No Quadro 1, é possível observar que, historicamente, a população do município de Santa Cruz do Escalvado tem se concentrado, predominantemente, na zona rural. Essa distribuição populacional pode ser explicada, em parte, pelas primeiras ocupações da microrregião de Ponte Nova e pelas atividades relacionadas à agricultura, pecuária e extração mineral e vegetal.

A agricultura praticada em toda a região da Zona da Mata não foi em nenhum momento da história uma agricultura modernizada, exceto no auge do café e da cana-de-açúcar (BDMG, 2000). No município de Santa Cruz do Escalvado, ela sempre foi constituída basicamente pela exploração para subsistência, em pequenas unidades familiares. Hoje, os produtos mais cultivados no município são: milho, feijão e arroz, além de café, mandioca, cana-de-açúcar e fruticultura em geral. O Quadro 2 mostra a distribuição dos principais produtos cultivados. Como se pode observar, a cana-de-açúcar ainda continua a ocupar a maior área plantada do município.

Quadro 2 - Principais produtos agrícolas, por área plantada, produção e rendimento médio em Santa Cruz do Escalvado-MG

Produto	Área Plantada (ha)	Produção (t)	Rendimento Médio (kg/ha)
Café	140	84	30
Laranja	5	85	1.000
Arroz	10	15	1.00
Cana-de-açúcar	1.500	82.500	55.000
Feijão	150	45	300
Mandioca	3	36	12.000
Milho	380	608	1.600

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2005.

A pecuária pode ser visualizada no Quadro 3. Como a agricultura, ela é praticada com baixo nível tecnológico. O destaque é para a criação de suínos e de gado, que têm presença marcante na economia do município. Uma outra atividade que se destaca na região é o extrativismo mineral, principalmente a extração do ouro, da areia e da pedra.

Como mostram os dados apresentados, Santa Cruz do Escalvado tem uma economia baseada, sobretudo, na produção agropecuária. Nesse contexto, não é de estranhar a presença de cavaleiros, charretes e carros de boi pela sede do município. A praça central, com a presença da igreja católica, do comércio ao seu redor e do pouco

movimento pelas ruas, retrata a imagem de uma pequena cidade do interior do estado de Minas Gerais.

Quadro 3 - Produção pecuária em Santa Cruz do Escalvado no ano de 2005

Animal	Quantidade	Produção
Bovinos	13.484 cabeças	6.827 mil litros
Vacas ordenhadas	4.214 cabeças	
Caprinos	282 cabeças	6.827 mil litros
Ovinos	44 cabeças	5.252
Suínos	10.650 cabeças	5.157
Galinhas	4.483 cabeças	34 mil dúzias
Galos, frangas, frangos e pintos	8.428 cabeças	

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal, 2005.

3.2.2 A Antiga Soberbo

São Sebastião do Soberbo é um dos quatro distritos que integram o município de Santa Cruz do Escalvado. O antigo povoado do “Soberbo”, como será destacado nesta pesquisa, teve sua ocupação inicialmente “a partir da casa da senhora Maria Marta”. Segundo consta nos depoimentos, esse patrimônio teria sido cedido ou vendido, não se tem certeza, por um pároco aos primeiros moradores. Na versão de Silva Neto (2006), aquelas terras pertenciam a Diocese de Mariana e sua ocupação se deu de forma espontânea: aqueles que primeiramente chegaram no local construíram suas casas e cercaram seus quintais. Em 1962, a Diocese de Mariana vendeu a área para a Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Escalvado, para que esta “providenciasse o plano urbanístico e regularizasse a ocupação e regularização do local, que nunca foram feitas...”²².

Junto à residência da sra. Maria Marta residiam outras cinco famílias, que se estabeleceram nas proximidades do Rio Doce, rio que cortava o lugarejo. De acordo com antigos moradores, a senhora Maria Marta era proprietária de uma “vendinha” que comercializava alguns produtos, entre os quais a cachaça. Conforme relatos, “quando chovia nas redondezas, o Rio Doce enchia e ficava Soberbo”, impedindo a saída das pessoas do lugar,

²² Dados retirados do site: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/05/281159.html>>. Acesso: 20/01/2008.

ela (senhora Maria Marta) saía de Soberbo pra buscar cachaça aí (na Fazenda Gambá²³), ela saía daquele lugarzinho lá (Antiga Soberbo) e vinha aqui. Quando o rio tava cheio ela voltava sem nada e aí a turma perguntava: cadê a cachaça? E ela falava: num trouxe não, hoje o ribeirão tá “soberbo”. E ficou, a gente mora em “Soberbo”, pegô, bateu o nome do lugar e aí num muda fácil não (S. B., 60 anos, casado).

Embora não se possa confirmar a veracidade do relato, na memória dos mais velhos a origem do nome do lugar guarda uma íntima relação com o acontecimento. Segundo dados dos moradores, a designação do lugar que à época levava o nome do santo padroeiro, São Sebastião, agregou a expressão “soberbo”. Daí vem o nome do lugar, São Sebastião, por ser o santo padroeiro do distrito, e Soberbo, pelo fato de o rio, em tempo de cheia, ficar “soberbo”.

Aos poucos o lugarejo foi crescendo, sendo elevado a distrito de Santa Cruz do Escalvado. De acordo com os dados do IBGE (1991)²⁴ (Quadro 4) o distrito possuía uma população total de 1.776 habitantes, 192 residiam no perímetro considerado urbano, sede do distrito, e 1.534 moravam na área rural, onde se destacava a presença de fazendas que agregavam colonos.

Quadro 4 - População residente por faixa etária e distribuição nas áreas rurais e urbanas em São Sebastião do Soberbo/Santa Cruz do Escalvado

Idade	Urbano	Rural	Total
Até 14	54	552	606
15 a 24	40	288	328
25 a 34	22	209	231
35 a 44	18	139	157
45 a 59	22	203	225
Mais de 60	30	132	162
Mais de 80	6	11	17
Total	192	1.534	1.726

Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE, 1991).

Nas falas dos antigos moradores, São Sebastião do Soberbo se configurava como um pequeno distrito do município de Santa Cruz do Escalvado:

Lá era bem pequenininho, tinha uma rua reta *chegano*, fazia a pracinha, ela subia, contornava na pracinha e saía nessa mesma rua. Era pequenininho assim mesmo (D. C. A., 23 anos, solteira).

²³ A Fazenda Gambá é uma antiga fazenda do município de Santa Cruz do Escalvado, localizada nas proximidades do distrito de Rio Doce.

²⁴ Último censo que traz informações sobre o distrito de São Sebastião do Soberbo.

Soberbo tinha uma paisagem bonita, muito verde, eu gostava muito de lá. É como qualquer lugar pequeno todo mundo se conhece, todo mundo é amigo de todo mundo, é um lugar de boa convivência, mineiro é assim também (Sr. P. A. F., 53 anos, casado).

Como mostram os depoimentos, São Sebastião do Soberbo caracterizava-se pela sua configuração espacial e pelas relações sociais que nele se estabeleciam, baseadas na proximidade física das habitações e na convivência entre os moradores.

A Figura 5 confirma a descrição dos informantes, ao apresentar o distrito com uma rua principal, outras menores e adjacentes, os equipamentos urbanos e a vegetação.

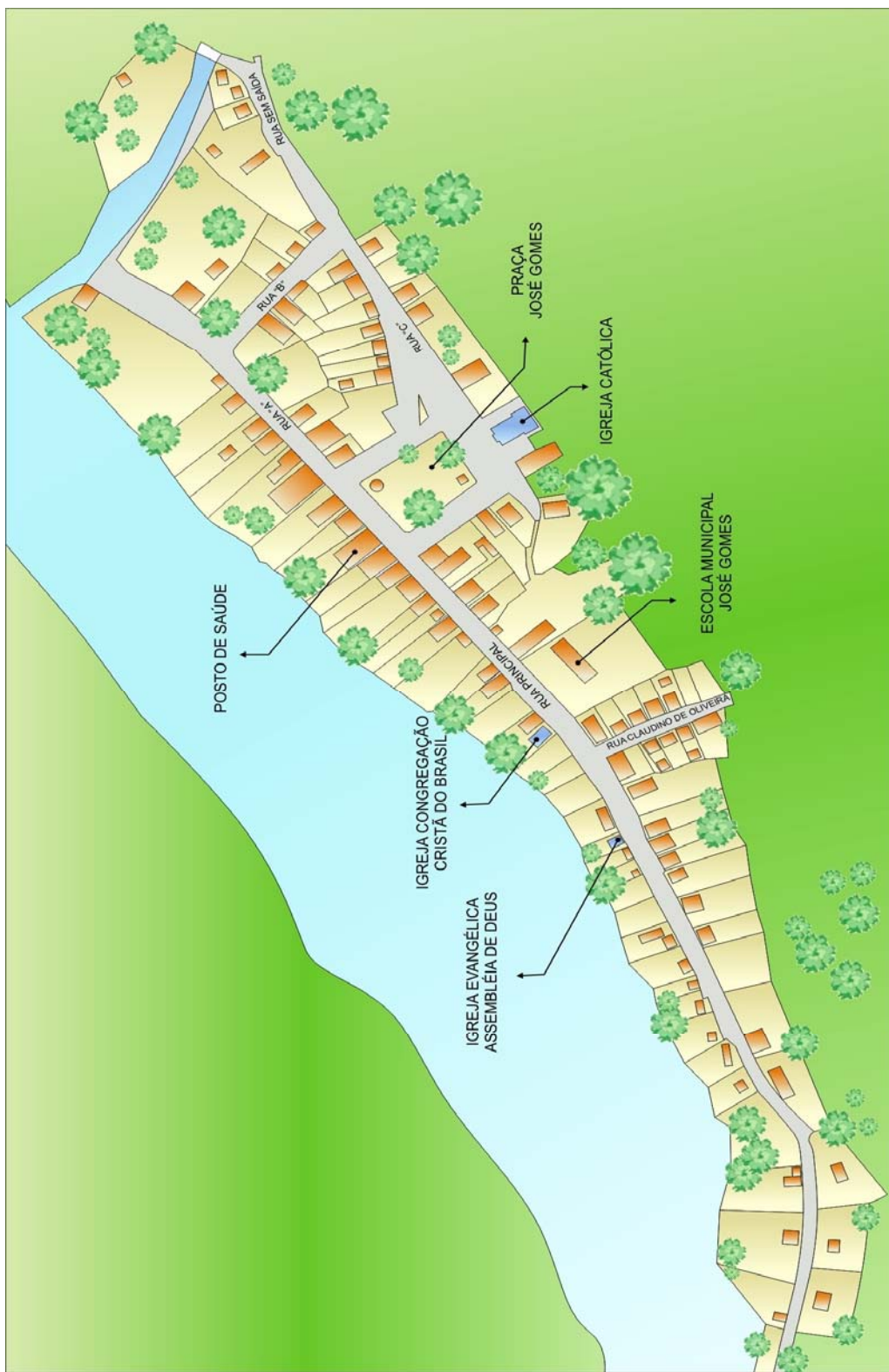
No que se refere à infra-estrutura, o distrito dispunha de um posto de saúde, correio, mercearia, escola, marcenaria, bares, loja de consertos eletrônicos, além das igrejas Evangélica (Figura 6), Assembléia de Deus (Figura 6) e Católica (Figura 7). Esta última, construída há mais de cem anos, tinha sua construção original feita em pau-a-pique. Anos depois foi reconstruída em alvenaria pelos moradores. Naquela igreja eram tradicionais as festas de São Sebastião, padroeiro do lugar,

Festa de São Sebastião, dia 20 em janeiro, que era uma festa tradicional com leilão de gado, porco, galinha. Missa três horas da tarde, como era tradicional, Padre Sebastião celebrando. Festa de São Sebastião, a bandeira vinha lá da Pedra do Escalvado. Nós íamos até lá na pedra buscar a bandeira. Tinha novena de São Sebastião com missa todos os dias, tríduo, são três celebrações seguidas, nós íamos no penúltimo dia, na véspera da festa, nós íamos a pé, caminhando até a Pedra de Escalvado buscar a bandeira, trazia em procissão, levantávamos o mastro e depois tinha festa na rua, punha um som na rua, sonzinho bobo! E todo mundo dançava a noite toda até de madrugada na rua. E todo mundo era feliz (...) (C. S., 28 anos, solteira).

Outras festividades também se faziam presente no lugar,

Tinha a festa tradicional, que era a junina tradicional, que passávamos o ano todo esperando, ensaiávamos quadrilha, era a comunidade toda que dançava, tanto as pessoas mais jovens como as pessoas mais vividas, *sabe!* Nós *tinha* o prazer de enfeitar o grupo escolar, a rua, que há anos fazíamos assim, começou no grupo depois foi pra rua, enfeitávamos com bandeirolas, bambu, nós nos preparávamos 20 dias antes para esta festa, para uma noite só de festa. Quadrilha, comidas típicas, e pra comunidade era o auge, e como vinha pessoas de férias então, lotava o arraial, por que era um arraial *né?* Não tinha status de povoado como tem hoje (C. S., 28 anos, solteira).

Os relatos apresentados evidenciam práticas e costumes e mostram que, por meio das festas e das práticas religiosas, a comunidade conseguia se reunir e se organizar em torno de questões que eram de interesse do grupo. As ações coletivas, a fé e as festas, “tradicionalizavam” um momento da vida daquelas pessoas, pois, afinal, estas eram festas que “aconteciam todos os anos”, como parte da cultura construída naquele lugar.



Fonte: Acervo Municipal de Santa Cruz do Escalvado.

Figura 5 – São Sebastião do Soberbo, espacialidade e mapeamento local.



Fonte: Acervo Municipal de Santa Cruz do Escalvado.

Figura 6 - Fachadas das igrejas Presbiteriana e Assembléia de Deus no distrito de São Sebastião do Soberbo.

A praça (Figura 7), localizada à frente da Igreja Católica, constituía o centro do distrito. Reformada quatro anos antes da construção da UHE, ela possuía bancos de concreto, árvores, que propiciavam sombra para aqueles que dela faziam uso, além de um coreto e um tanque de areia, para as crianças. Na visão dos antigos moradores,

A praça era quadrada. Tinha a igreja, o correio e o posto de saúde onde todo mundo ficava à toa *conversano* (N. S., 22 anos, solteira).

Era uma praça muito grande (...) o espaço era muito grande, muito bom! (...) na praça você via todo mundo, era uma rua só e todos passava lá (M. N. S., 49 anos, viúva).



Fonte: Arquivo MAB/ Ponte Nova

Figura 7 - Vista parcial da praça central e da Igreja Católica do distrito de São Sebastião do Soberbo.

Mais uma vez, os relatos apresentados descrevem o antigo distrito em termos de seus aspectos físicos e sociais. Ainda que os relatos apontem para a caracterização dos equipamentos urbanos que compunham o distrito, é importante destacar que, com exceção do entorno da praça, as ruas não possuíam pavimentação, como se observa nas Figuras 8 e 9. Contudo, o distrito era servido de energia elétrica e de esgoto canalizado, embora este fosse lançado no rio. Das expressões observadas nos depoimentos acima: “todo mundo ficava à toa *conversano*”, “na praça, você via todo mundo”, pode-se pensar nas relações sociais e de trabalho existentes naquele lugar o que possibilita evidenciar a sua dinâmica social.



Fonte: Acervo Municipal de Santa Cruz do Escalvado.

Figura 8 - Rua principal, que atravessava todo o distrito. Destaque para as estradas de chão.



Fonte: Acervo Municipal de Santa Cruz do Escalvado.

Figura 9 - Rua principal, que atravessava todo o distrito. Destaque para as estradas de chão.

A escola (Figura 10) situada no antigo distrito oferecia até a quinta série do ensino fundamental. Assim, aqueles que desejavam continuar os estudos tinham que se deslocar para a sede municipal ou para Rio Doce, município vizinho. Segundo o RIMA, o nível de alfabetização dos antigos moradores de São Sebastião era baixo, com 17,4% de analfabetos na área urbana e 9,8% na zona rural. É importante destacar que a escola do distrito era freqüentada também por estudantes vindos de outros distritos do município ou do município vizinho.



Fonte: MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens)/Ponte Nova.

Figura 10 - Fachada da escola do distrito de São Sebastião do Soberbo.

As casas (Figura 11) eram antigas construções, muitas das quais com mais de 80 anos e oriundas de herança. Nos relatos daqueles que falaram sobre os processos construtivos das antigas casas, ficou evidenciado que estas foram construídas pelos próprios moradores, utilizando material retirado do rio: pedra, cascalho e areia. De modo geral, as casas eram de telhado de duas águas, com telhas de barro, sendo a construção normalmente pintada de branco.

Lá era aquelas *casa* barreada *né*. Ô lugar assombrado viu! No início era feio, depois o prefeito foi fazendo posto de saúde, fez igreja, fez escola (Dona A. T. A., 88 anos, viúva)

O velho Soberbo era uma roça, não tinha asfalto, as casas era bem velhinha, muitas casa era sem reboca, feita só de tijolo (C. C. S., 30 anos, casada).

Lá no Soberbo velho era uma roça menina, *cê* conhece o que é roça? As *casa* era bem simplesinha e aqueles que *tinha* condição de *reformá* fazia *algumas* melhora. Tinha casa lá que passava barro branco no chão (...) (C. C. S., 30 anos, casada).



Fonte: Acervo Municipal de Santa Cruz do Escalvado.

Figura 11 - Casas da antiga São Sebastião do Soberbo.

Os depoimentos apresentados retratam as construções simples no distrito de São Sebastião do Soberbo, assim como costumes e práticas em relação aos cuidados com a habitação. O “barro branco” ou tabatinga, citado pela informante, é um exemplo de

cuidado muito utilizado em tempos passados entre agricultores familiares da Zona da Mata Mineira. A simplicidade das antigas casas pode ser visualizada nas imagens que foram guardadas, seja enquanto fotografias antigas ou na memória dos antigos moradores. Nas fachadas brancas, janelas e portas de madeira. Não raramente, as construções evidenciavam a fundação em pedra. Vistas internamente, as casas apresentavam, predominantemente, piso de cimento queimado e, em alguns casos, assoalho de tábuas largas.

A casa lá (na Antiga Soberbo) era feia, não vô falá que era bonita, era casa feia, mais eu preferia lá (H. A. F., 37 anos, casada).

No Soberbo velho eu vo te contá, muitas pessoa tinha casa boa lá, mais lá não era bom pra *morá* não. Lá era feio demais, lá era muito ruim, muito feio (D. N., 60 anos, viúva).

Agora a praça era bem bonitinha, tinha umas flores, coreto, uns banquim pra gente senta lá, um campim de areia (...) (C. C. S., 30 anos, casada)

Lá tinha umas casa *véia*, só casa *véia*, horrorosa de feia, Deus que me livre, parece que lá agente vivia isolada (D. E. F., 22 anos, solteira).

Nas falas dos moradores observa-se certa refutação ao se referirem às antigas casas: “casa feia” e “casa *véia*” são algumas das expressões que mostram as deficiências das antigas moradias, as quais, talvez, pudessem ser explicadas pelas condições econômicas de seus moradores. Segundo dados do DRPE (2004) e de Barros e Sylvestre (2004), a maioria dos moradores do distrito de São Sebastião do Soberbo vivia apenas com um salário mínimo. Ou, ainda, tais refutações dizem respeito às possíveis comparações com as novas moradias, que podem evidenciar contrastes e levar as famílias a depreciarem o antigo lugar.

Se as deficiências das casas são ressaltadas, outro ponto que se destaca nos depoimentos diz respeito à proximidade entre estas. Segundo as falas, a distância reduzida entre elas permitia a comunicação dos moradores entre si, “pela janela”, sem a necessidade de sair de casa para que houvesse a interação.

Lá *nóis* morava tudo pertinho, lá *nóis* conversava de distância da porta dela (do vizinho) (Dona A. T. A., 88 anos, viúva).

A distância entre uma casa e outra era menor, o que era mais fácil e nós nos encontrávamos à noite para conversar (C. S., 28 anos, solteira).

Conforme os depoimentos, as relações de vizinhança marcavam a vida social no antigo distrito, como expressão de uma cultura que por muito tempo imperou entre os moradores de áreas rurais no Brasil e que, aos poucos, vai se perdendo. Essas relações não significam a inexistência de conflitos. Com certeza, no antigo São Sebastião do Soberbo, os conflitos também se faziam presentes, ainda que nos depoimentos dos informantes eles nem sempre apareçam.

Ponto de destaque nas entrevistas foram as referências à qualidade da alimentação no antigo distrito, em função dos quintais onde eram criados animais de pequeno e médio porte e onde se cultivavam cana, mandioca, hortaliças e frutíferas. Segundo os depoimentos, era comum encontrar, junto às plantações, edificações como paióis, chiqueiros e outras usadas para a criação de animais domésticos. Conforme os entrevistados,

Colhia feijão, arroz, tudo. Não comprava nada, só sal, farinha de trigo e a *muié* fazia polvilho, açúcar e rapadura (Senhor C., 86 anos, casado).

Lá a gente podia criar galinha no quintal, tinha muita fruta. Essas coisa tem de ficar atento por que *prá* gente tem valor, lá a gente queria um frango era só *pegá* no quintal e *matá*, ovo tinha todo dia (R. G., 45 anos, solteira).

No que diz respeito ao consumo alimentar, percebe-se que os quintais possibilitavam uma alimentação variada e, em parte, pouco dependente do mercado local, já que existia um auto-abastecimento dos produtos básicos da alimentação naquele lugar. Nos relatos, os informantes destacam a fartura de frutas e hortaliças, o que, segundo eles propiciava as trocas entre os vizinhos, fortalecendo assim os laços de vizinhança e reciprocidade.

Nós chegávamos na casa do vizinho: - você tem couve na sua horta? – Tem, pode levar. Tem mostarda também ,pode levar. Às vezes fazia um doce: - olha fiz um docinho pra você, um bolo. Nós aprendemos a dividir tudo, lógico como toda comunidade, todo povoado tinha suas divergências, mais também, quando precisava era mais unido (C. S., 28 anos, solteira).

Ainda que as relações de vizinhança fossem fortalecidas pelas trocas e pelas amizades construídas ao longo dos anos, isso não impede que existam conflitos locais. O depoimento anterior retrata a presença destes por meio das “divergências que todo povoado tem”; ainda segundo a entrevistada, essas divergências podem ser reveladas pelas diferenças políticas locais, bem como por pequenos conflitos sociais existentes.

Como se viu no capítulo anterior, a origem e organização da população do antigo São Sebastião do Soberbo estão diretamente relacionadas à história de ocupação da Zona da Mata de Minas Gerais, com a formação de uma vila em volta de uma capela que posteriormente seria emancipada a distrito. Conforme as características da microrregião lá também se evidenciavam as pequenas propriedades organizadas pelo trabalho investido na terra, a partir do qual se estabeleciam as relações de produção e as relações sociais locais.

Neste contexto as famílias que residiam no antigo distrito de São Sebastião do Soberbo podem ser caracterizadas como pequenos produtores familiares²⁵, organizados por um processo de trabalho tipicamente familiar e orientados predominantemente para a produção de subsistência. De acordo com Wanderley (1999 *apud* LUDWIG, 2003), o que realmente define essa categoria de produtores é o caráter familiar, ou seja, o fato da estrutura produtiva destes associar família-terra-trabalho, traços que trazem conseqüências fundamentais na forma como agem econômica e socialmente. Ainda segundo essa autora, é importante levar em consideração o fato de não ser prioridade a propriedade, e sim a posse da terra, como fator que caracteriza o produtor; assim, não somente o proprietário, como também o parceiro, o arrendatário, o posseiro, podem configurar como forma de produção familiar.

As considerações apresentadas ajudam a caracterizar as famílias do antigo distrito de São Sebastião Soberbo. Segundo os dados retirados de Barros e Sylvestre (2004) e DRPE (2004), os moradores da Antiga soberbo podiam ser caracterizados segundo quatro categorias de habitantes: os moradores, em sua maioria, residentes na sede do lugar; os garimpeiros, também agricultores, que em período de cheia retiravam ouro do rio; os meeiros, somando aproximadamente mais de vinte pessoas, que cultivavam a terra dos proprietários; e os pescadores, atividade realizada por quase todos os moradores e considerada importante na base alimentar daquelas famílias.

Lá eu fazia tudo, fazia tudo lá. Lá eu buscava até lenha, lá no alto de Santa Cruz, buscava lenha lá, eu fazia isso. Buscava lenha, tinha rodeio não! Longe demais, eu *mntava* no cavalo e ia lá no alto, busca lenha lá (Dona A. T. A., 88 anos, viúva).

Tinha muita gente que mexia *tirano* ouro, *tirano* areia, muitos *tinha* serviço lá, com a *barrage cabo* tudo (J. B., 52 anos, viúvo).

²⁵ É oportuno aqui ressaltar que, para esta conceituação considerou-se apropriado utilizar o termo pequeno produtor rural como sinônimo de homem do campo, termo a partir do qual se diferencia de homem da cidade.

Lá tinha mais opção. Olha só: eu comecei a garimpar em 1975, isso a gente fazia no período da seca, que era em julho, no período da cheia, que é agora²⁶, a gente pescava. O trabalho rural também era opção, mais não era todo mundo que fazia isso não. Eram poucas pessoas que viviam disso. O povo de lá trabalhou muito tempo na usina de açúcar, lá de Ponte Nova, até ela fechar. Ai você pensa, no aspecto do trabalho era bom (Sr. P. A. F., 53 anos, casado).

Os depoimentos acima ilustram as várias atividades exercidas pelos moradores e que estão relacionadas à agricultura familiar: “lá sempre tinha uma coisinha pra fazer e o forte mesmo era garimpo e pesca e tinha também esses serviço que você faz hoje e não faz amanhã”. Há de se destacar que parte das pessoas que trabalhavam com a agricultura, associavam o trabalho na própria terra ao trabalho nas terras de proprietários próximos, sendo as formas de trabalho observadas denominadas: parceria, empregado ou diarista. Essa dinâmica evidenciada no distrito de São Sebastião do Soberbo é denominada pluriatividade²⁷.

Além das ocupações mais direcionadas ao trabalho no campo, havia outras que permaneceram após a mudança para o novo local, como: empregada doméstica, funcionário público, comerciante, pedreiro e motorista. De modo geral, o que fica evidenciado é que aquele lugar, posteriormente submerso, poderia ser enquadrado no que se considera como um rural pluriativo, que nos termos de Schneider (2003) diz respeito às diferentes ocupações convivendo junto às atividades consideradas estritamente rurais, realizadas ou não dentro da propriedade. Essa combinação permanente de atividades agrícolas e não-agrícolas, em uma mesma família, é que caracteriza e define a pluriatividade, que tanto pode ser um recurso do qual a família faz uso para garantir a reprodução social do grupo ou do coletivo que lhe corresponde, como também pode representar uma estratégia individual dos membros que constituem a unidade doméstica.

As famílias do distrito de São Sebastião do Soberbo também podiam ser caracterizadas pelo elevado número de membros familiares residindo numa mesma casa, ou seja, era comum a situação de descendentes casados ou outros parentes próximos, como, mãe de um dos cônjuges, neto ou cunhado, sem que houvesse a partilha das terras ou a construção de uma nova casa, um exemplo são as mães solteiras,

²⁶ Entrevista realizada no mês de dezembro/ 2007.

²⁷ Para Schneider (2001), a associação da agricultura com outra atividade não-agrícola é denominada pluriatividade. Essa forma de organização do trabalho familiar se refere a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção.

que caracterizavam um grupo expressivo na comunidade, estas residiam com seus filhos na casa dos pais.

Foi esta população que residia no local, muitas há mais de 40 anos vivendo em casas herdadas de seus antecessores, que seria deslocada para o novo distrito no ano de 2004. O deslocamento representou não apenas a mudança de um local para o outro, mas a necessidade de se adaptar a uma nova vida. Para os mais velhos, como se verá, o processo é marcado e vivenciado por dificuldades e incertezas; já para os mais jovens, a ilusão do novo foi sinalizada pelo progresso anunciado e almejado.

4 DO DESLOCAMENTO A UMA NOVA REALIDADE

4.1 É HORA DE PARTIR: o contexto em que se deu o deslocamento

O processo de construção da Hidrelétrica Candonga teve início ainda na década de 1960, quando houve a demarcação da área pela ELETROBRÁS e comprovação da viabilidade do rio Doce para tais empreendimentos. Todavia, a vida das comunidades ribeirinhas começou verdadeiramente a mudar entre os anos de 1996 e 1999, quando os estudos ambientais e socioeconômicos confirmaram a viabilidade do projeto. Esses estudos foram realizados pela Companhia Energia Elétrica Promoção e Participação (EPP), até então sócia do consórcio juntamente com a Companhia Vale do Rio Doce. Esta, que acompanhou todas as fases desse processo junto ao Ministério de Minas e Energia, no ano de 2001, vendeu sua cota à multinacional Alcan Alumínios Canadenses, com sede no Brasil, ficando o Consórcio formado por esta empresa e pela Companhia Vale do Rio Doce.

Como em todos os estudos de viabilidade de projetos dessa natureza, foram feitos primeiramente os estudos de impactos. No caso deste projeto, a empresa de Engenharia THEMAG foi contratada para produzir os estudos necessários à aprovação do projeto no ao Ministério de Minas e Energia e na FEAM. Como em todo o projeto hidrelétrico, os estudos são sempre realizados por empresas contratadas pelos interessados no empreendimento; dessa forma, os procedimentos adotados acabam por refletir mais os interesses dos empreendedores, o que de antemão já torna o estudo viável e

passível de ações mitigadoras. Segundo Zhouri et al. (2005), os consultores, financeiramente dependentes dos empreendedores, tendem a elaborar estudos que concluam pela viabilidade ambiental dos projetos.

Após todos os requisitos terem sido preenchidos, foi pedida a Licença Prévia para a construção da UHE Candonga, que inicialmente tinha como potencial energético 95 MW²⁸. A Licença Prévia foi concedida no ano de 1999, mediante algumas condicionantes que deveriam ser cumpridas antes do pedido da Licença Instalação²⁹. Entre as condicionantes, destacavam-se os efeitos negativos do deslocamento compulsório do povoado de São Sebastião do Soberbo:

O deslocamento da população urbana e a inundação da sede distrital de São Sebastião do Soberbo podem significar de modo geral a perda das relações existentes na comunidade, a deterioração do nível de qualidade de vida das famílias locais e a modificação do quadro político-administrativo do município de Santa Cruz do Escalvado (RELATÓRIO TÉCNICO DA FEAM, 1999, p. 12).

Segundo informações do RIMA (1997), o não deslocamento desta comunidade, poderia ser evitado utilizando uma outra alternativa já prevista para o barramento, porém o que se percebe é que esta alternativa iria exigir dos empreendedores maiores investimentos e a diminuição do potencial energético, o que tornava a proposta pouco interessante e inviável para estes.

No ano seguinte, 2000, uma audiência pública foi realizada na Igreja Católica de São Sebastião do Soberbo. O objetivo era apresentar o projeto às famílias atingidas pelo empreendimento. Segundo relato dos moradores à Justiça Global, nesse dia, a igreja ficou lotada de representantes do consórcio, do estado, das prefeituras e dos membros da comunidade. Segundo Barros e Sylvestre (2004), o discurso tecnicista utilizado e a presença de vários representantes serviram para intimidar a comunidade, fazendo com que o silêncio, que deveria representar dúvidas e incertezas, tivesse sentido de aceitação e conhecimento dos acontecimentos.

A audiência pública da UHE Candonga teve mais o propósito de selar um acordo entre as autoridades envolvidas do que responder aos anseios e dúvidas da população

²⁸ Entre a emissão da Licença Prévia e a da Licença Instalação os empreendedores da UHE Candonga entraram com um pedido ao COPAM e à ANEEL, para aumentar o potencial de exploração para 145 MW. Tal solicitação foi concedida em março de 2001.

²⁹ Verifica-se que: “o órgão de decisão política, o COPAM, não considera plenamente as recomendações dos pareceres técnicos da FEAM, quando estes apontam falhas técnicas” (ZHOURI; ROTHMAN, 2008).

atingida. É importante destacar que a sua realização se fez mediante a liberação da Licença Prévia aos empreendedores, o que de antemão já legitimava a construção do empreendimento e invalidava qualquer outro parecer realizado por órgão não-governamental ou entidade civil, que tivesse o propósito de discutir os estudos realizados e as ações dos empreendedores. Diante desse fato, Zhouri et al. (2005) afirmam que,

A função precípua de uma Audiência Pública é esclarecer a comunidade sobre o projeto, bem como possibilitar que o órgão técnico incorpore em seu parecer informações e demandas da população local (...) apesar de constituir um instrumento legal e institucional, a realização de uma Audiência Pública (...) significa apenas a condição para formalização regular do processo (...) ³⁰ (ZHOURI, et al., 2005, p. 28).

Desse modo, verifica-se uma disputa desigual de poder entre os atores envolvidos no processo. De um lado, os empreendedores, que, amparados pelas decisões de órgãos ambientais, legitimam uma “visão economicista de uso e apropriação do meio ambiente” (ZHOURI; ROTHMAN, 2008: 124), ao passo que, de outro, estão os atingidos, que desprovidos de força política e informação, vêm na barragem uma oportunidade de melhoria nas condições de vida, como o ocorrido no caso Candonga.

No decorrer das etapas de Licenciamentos³¹, já em processo avançado de discussão, as famílias foram abordadas com a notícia de que teriam de sair de suas casas para darem lugar a uma usina hidrelétrica. Segundo relatos, foi a partir desse momento que as famílias perceberam o que realmente iria acontecer. Analisando esses relatos, é possível perceber que o desconhecimento sobre o projeto e a desinformação foram marcantes nesse processo. Diante disso, as decisões que o legitimavam ocorreram sempre sem a participação da comunidade atingida, como pode ser verificado nos depoimentos a seguir:

Todo mundo ficava desconfiado, porque, tipo assim, da onde que esse povo vai *tirá* de fazer barragem aqui, naquele fim de mundo. Mais é isso que eles *ia querê* mesmo né. *Tirá* as *peessoa* do fim do mundo e *colocá* num lugar melhor. Tinha gente que acreditava e tinha gente que não acreditava. E aí as coisa *começô* a fica mais feia. Aí eles começaram a construí essas casa e aí o pessoal *pensô* que ia saí mesmo (...) aí todo mundo viu que ia ter barragem mesmo (D. E. F., 20 anos, solteira).

Todo mundo *ficô* sem acreditar porque há muitos anos já se falava nisso, então ninguém acreditava. Depois que viu que ia saí mesmo (R. G., 45 anos, solteira).

³⁰ Neste artigo a autora retrata o caso do processo de construção da PCH Aiuruoca, em que fatos do processo de licenciamento não diferem muito do que aconteceu com a UHE em questão;

³¹ A empresa se preparava para cumprir as exigências legais estabelecidas para entrar com o pedido de Licença Instalação, na qual a empresa é autorizada a iniciar a construção do empreendimento.

Ninguém *acreditô* que ia *tê* barragem. Sabe por quê? As *coisa* ninguém ficava sabendo, teve audiência pública lá, ninguém *participô*. Olha, quem *participô* foi o prefeito de Santa Cruz e Neide que era o escrivão. Teve audiência pública e eles num *falaram* nada, ninguém *participô*, ninguém sabia, o povo de Soberbo foi muito enganado (D. G., 65 anos, casada).

Confirma-se a desinformação da comunidade nos relatos apresentados como uma característica do processo, pois “ninguém sabia o que era uma barragem naquele tempo, ninguém nunca tinha ouvido falar sobre isto e não queria parecer contrário ao progresso” (BARROS; SYLVESTRE, 2004). Nesse contexto, a construção da barragem de Candonga se deu sem a participação da população, que, apesar de desconfiadas e receosas sentia-se instigada pelo projeto e, principalmente, pelas possibilidades que este sinalizava. Como se nota no primeiro depoimento apresentado anteriormente, ao se referir à São Sebastião do Soberbo, a jovem entrevistada o faz com um distanciamento característico de rejeição, visto que para ela o lugar representava “o fim do mundo”, e a barragem, a “promessa” de novos tempos.

Segundo Lemos (1999 *apud* ZHOURI et al., 2005), o conhecimento prévio e aprofundado, por meio do pleno acesso às informações e aos documentos relativos ao empreendimento, seria um dos pressupostos de transparência e de participação das comunidades atingidas nas tomadas de decisões. Contudo, o que se percebe é que, sem o conhecimento do projeto e, portanto, das reais dimensões de seus impactos socioambientais, as comunidades não têm informações suficientes para um posicionamento acerca das propostas apresentadas (ZHOURI et al., 2005, p. 105), ficando propícias às ações mitigadoras propostas e nem sempre cumpridas.

Em 2001, com a apresentação de um Plano de Assistência Social e Plano de Controle Ambiental, foi concedida pelo COPAM a Licença Instalação. Iniciava-se o processo de negociação entre o Consórcio Candonga e os moradores da Antiga Soberbo - um processo que foi bastante conturbado e marcado por truculências e injustiças, que repercutem até o momento³².

Uma das práticas utilizadas no processo de negociação, adotado pelo consórcio, foi a da cooptação. Nesse sentido, Rothman (2005) esclarece algumas das estratégias utilizadas pelas empresas no seu artigo “A construção de rede transnacional de advocacia e defesa de direitos humanos: o caso da hidrelétrica Candonga em Minas Gerais”,

³² De acordo com a pesquisa, muitas famílias até os dias de hoje possuem pendências com o consórcio, algumas na justiça.

ao entrevistar uma agente da CPT (Comissão Pastoral da Terra) que participou de trabalhos com a comunidade de Soberbo. A entrevistada afirma que primeiramente a estratégia da empresa foi a de estabelecer relações de amizade com as famílias e, posteriormente, ao iniciar o trabalho de negociação, fazê-la de forma individual e não coletivamente.

Eles estabeleceram com aquele povo uma relação forte de amizade, uma relação íntima (...) de batizar filho, de ser madrinha de casamento (...) de tomar café, de dormir (...). Por exemplo, o representante da empresa dizia: “olha eu estou te pagando tanto, mas você não conta pro vizinho porque senão você vai receber menos”. Essa característica foi a que individualizou a comunidade ali ³³ (ROTHMAN, 2005, p. 14)

Como estratégia de convencimento, o consórcio também organizou uma excursão para levar a população atingida a conhecer duas outras comunidades, que tinham sido realocadas para a construção de barragens: UHE Fumaça e UHE Nova Ponte³⁴. Durante a visita, algumas pessoas tiveram informações que mostravam que nem tudo seria como o consórcio apresentava. A partir de então, a população começou a desconfiar do discurso apresentado pelos representantes do consórcio.

Depois da viagem, o processo de negociação e indenização caminhou lentamente. Enquanto isso, a construção da barragem seguia tranquilamente, porém as negociações se colocavam cada vez mais tensas e conflituosas. Nas cartas encontradas na FEAM foi possível identificar os fatos segundo os apelos dos atingidos,

Querida amiga Maria Tereza (funcionária da FEAM), é a primeira vez que *ti* mando esta carta porque eu já cansei de tanta falta de honestidade dos *negociadores* do consórcio Candonga (...) quero que os *negociadores* sejam honestos comigo como eles foram com os outros (...) tenho informação que eles passam pra FEAM que *tá* tudo certo com a comunidade mas é tudo mentira (F. C. L., 40 anos, divorciada, 04/12/2003).

Ficamos muito gratos a vocês (FEAM) por nos ter dado essa atenção. Há muito tempo estamos tentando falar com alguém do consórcio, mas a cada dia que passa fica mais difícil. O escritório do Soberbo encontra-se praticamente fechado e a funcionária diz não ter autoridade para receber nenhum documento, ou seja, não tem como adiantar nada ... (E. C. S., 42 anos, casada, 15/02/2004).

³³ Entrevista com Sônia Loschi, Comissão Pastoral da Terra/ Zona da Mata.

³⁴ A PCH Fumaça é considerada uma pequena central hidrelétrica. Está localizada no município de Mariana, no rio Gualaxo do Sul, empreendimento da Alcan. A UHE Nova Ponte, está localizada no município de Nova Ponte, no rio Araguari, construída pela CEMIG. Ambas estão localizadas na região do Triângulo Mineiro de Minas Gerais.

Ao perceberem que o processo estava permeado de incertezas e que muitas promessas da empresa e do poder público não estavam sendo cumpridas, os atingidos resolveram formar uma associação. Barros e Sylvestre (2004) relatam que, ao formar a associação, os representantes do consórcio se responsabilizaram por identificar as lideranças. Assim, a instituição, que deveria ter como princípio os atingidos, se tornaria interlocutora entre aqueles e a empresa.

De acordo com as autoras acima citadas, o consórcio oferecia vantagens aos líderes da associação, no sentido de contar com a colaboração deles no processo de negociação. Segundo Pinto (2005), pelo menos dois dos dirigentes da associação se tornaram fornecedores do empreendimento, com a concessão dos serviços de lanchonete no canteiro de obras. Oliver-Smith (1994 *apud* ROTHMAN, 2005) enfatiza que essa estratégia de cooptar lideranças comunitárias é comum e tem a intenção de privilegiá-las em troca de apoio ao projeto³⁵.

À medida que a associação não trazia resultados satisfatórios e que a cooptação dos líderes ficava evidente, outros atingidos pediram ajuda ao MAB e começaram a se mobilizar em uma luta de resistências aos interesses do consórcio³⁶. É importante destacar que, quando o processo de construção da UHE Candonga teve início, o MAB tentou uma inserção para mobilização da comunidade de São Sebastião do Soberbo. Todavia, ansiosos com as novas possibilidades prometidas pelos representantes do consórcio, o movimento não prosperou, como se observa no depoimento de Padre Claret, representante do MAB/ Alto do Rio Doce,

Às vezes a pessoa que quer a barragem, ou que tem interesses (no local), aí as pessoas se aproveitam disso ... Na visão desse pessoal, a barragem é uma coisa, assim, muito boa, o pessoal de, de Soberbo. E a gente tava indo ali pra atrapalhar. Era como se alguém quisesse oferecer alguma coisa pra eles e a gente num deixava (ZHOURI; ROTHMAN, 2008, p. 148).

³⁵ Essa prática de cooptação de líderes das comissões ou associações locais de atingidos é comum em projetos de construções de barragens na região (ver Rothman, 2001 e 2002).

³⁶ O MAB/Alto do Rio Doce surgiu a partir de projetos de assessoria a Comunidades Atingidas por Barragens, entre professores e pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa, em parceria com o CPT (Comissão Pastoral da Terra) e um diácono da igreja católica. As atividades realizadas compreendiam, inicialmente, reuniões com o objetivo de “informar a comunidade sobre os prováveis impactos socioeconômicos, culturais e ambientais dos projetos de barragem e sobre o Licenciamento Ambiental” (ROTHMAN, s.d.). A preocupação inicial e principal do movimento era de organizar, mobilizar e potencializar os atingidos para que pudessem participar efetivamente das audiências públicas. Do processo de mobilização as lutas em defesa dos atingidos por barragem, o MAB – Alto Rio Doce tem em seu histórico de 10 anos de luta muitas vitórias. Pode-se destacar aqui o Projeto Emboque, que, junto com lideranças locais, conseguiu mobilizar a comunidade, obtendo vitórias parciais diante do processo de licenciamento da barragem. Entre outros projetos, tem-se: UHE Pilar, PCH Fumaça, UHE Candonga. O MAB – ARD é ligado ao MAB Nacional, sendo caracterizado como movimento local e regional.

Como atesta o depoimento, os atingidos pela UHE Candonga davam a idéia de aceitação da barragem ao refutarem apoio de entidades que trabalham em assessoria àqueles que passam por tais processos. Entretanto, posteriormente, diante da insatisfação com o não reconhecimento de seus direitos, houve o interesse pelo movimento de resistência, iniciado em maio de 2003. Segundo entrevista de uma agente do CPT, “o único erro que o pessoal do Consórcio teve (...) foi não fazer as casas como o povo queria (...) A ferida doída em Soberbo é a questão das casas (...)”. Segundo assessor do MAB/Alto do Rio Doce, Padre Claret,

Eles foram ver aonde iriam colocar a nova vida, aí tem de ter espaço, tem de ter terra e a coisa começou a ficar diferente. O pessoal nem podia entrar para ver como seria a sua casa na Nova Soberbo, a portaria era fechada e o dono da casa não podia entrar³⁷ (ROTHMAN, 2005, p. 16).

Apesar da entrada de novos atores no processo, ligados à assessoria aos atingidos, estes acabaram sendo desqualificados pelos representantes do consórcio. Para fortalecer a adesão dos atingidos, foram feitas novas contratações internas do consórcio e saldadas dívidas e algumas promessas pendentes (...) “a tática era neutralizar o descontentamento geral por meio do chamado efeito multiplicador, utilizando aquelas pessoas que tinham maior capacidade de influir sobre um determinado grupo de pessoas atingidas” (PINTO, 2005: 16).

Em meio à desinformação e contradições, as famílias iam fazendo acordos, embora sejam relatadas situações em que o atingido demorasse a negociar, com a esperança de propostas de reassentamento e melhores indenizações. O depoimento a seguir ilustra essa questão,

Eles dizem que fiquei para o final da negociações, mas a culpa não é minha, procurei o escritório de negociação várias vezes, e eles me diziam que iria deixar a minha negociação por última, porque era a mais complicada. Agora me acusam de ficar por último. Acho que era apenas um jogo deles me deixar para o final das negociações (M. J. M., 64 anos, casada, 30/04/2003).

Como mostra o depoimento, os conflitos logo viriam a se manifestar, muito em função do pouco envolvimento e participação dos atingidos neste processo. Isto fica claro no Relatório da FEAM, (2003):

³⁷ Entrevista realizada em 16 de fevereiro de 2005.

É entendimento claro da FEAM que o projeto de construção do Novo Soberbo iniciou-se e perdurou alijado do acompanhamento da comunidade beneficiária durante boa parte do período das obras (cerca de sete meses) e, bem assim, sob um clima de absoluta desinformação em função de três condicionantes básicas: (i) execução das obras em regime fechado, impossibilitando o acesso dos moradores ao canteiro; (ii) solução de continuidade das ações de comunicação afetou o projeto justamente em momentos coincidentes com a maior demanda por informação (antes das obras e início das obras); e (iii) falta de controle e fiscalização da execução do projeto pelo próprio Consórcio Candonga, em conseqüência de sua desatenção e afastamento temporário da implantação do PCA como um todo (RELATÓRIO TÉCNICO DA FEAM, 2003, p. 79).

Os autos do COPAM também foram reveladores:

A construção do Novo Soberbo foi iniciada de forma fechada, sem qualquer acesso da comunidade para verificação. Quando esse acesso foi permitido, por pressão da comunidade, verificou-se:(...) são casas que não possuem colunas, e que a rua está no nível do telhado. Você sai na porta da cozinha e, daí a meio metro, você tem um paredão de barro, que é o seu terreno que acaba ali. O consórcio disse que aquilo ali estava bom, que a comunidade tinha aprovado aquilo (Representante dos atingidos, CIF/COPAM 2002, ata da reunião do dia 14/03/03)³⁸.

Foi em decorrência de descontentamentos surgidos durante o processo de construção da Nova Soberbo que, por meio de reuniões e assembléias, o movimento dos atingidos foi ganhando força. De fato, muito do que havia sido prometido aos moradores não estava sendo encontrado no novo local em construção. As famílias, apesar de terem participado de algumas escolhas de materiais que seriam utilizados nas casas, não podiam acompanhar de perto a obra. Nesse sentido, a construção da Nova Soberbo seguia sem o acompanhamento daqueles que seriam seus futuros moradores, os quais manifestariam, posteriormente, suas insatisfações.

Graças à união de parte das famílias em prol de melhores condições de moradia que algumas reivindicações foram atendidas, como: pilares de sustentação das casas, ausentes no início da obra, lotes padronizados e construção de fogão a lenha com serpentina. Após a mudança para Nova Soberbo, as famílias também receberam uma cesta básica e um salário mínimo, além de mudas de árvores frutíferas e uma área para plantio comunitário – “quintal comunitário”. Rothman (2005) enfatiza que das solicitações às conquistas alcançadas pelas famílias houve um descompasso, aumentando ainda mais as divergências entre o consórcio e os atingidos. Segundo esse autor, haviam sido reivindicados ao consórcio 1.000 metros quadrados para cada morador, como

³⁸ Ata da reunião do COPAM/ CIF, 2002. Trecho de transcrição da reunião que ocorreu no dia 14/03/03, na sede da Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo horizonte, entre os atingidos, o MAB e os membros da FEAM.

reposição dos quintais perdidos. Com a construção da barragem, foram destinados apenas 360 metros quadrados para cultivo coletivo na área urbana do novo distrito.

O processo conturbado de negociações se faz presente nas falas dos entrevistados. Quando convidados a falar sobre o processo, expressam insatisfações principalmente em relação às diferenças entre as indenizações, o que parece causar certo desconforto ao falarem sobre o assunto. Percebe-se com relação a esta questão que as diferenças nas negociações e indenizações talvez sejam ainda um dos motivos de conflitos entre moradores da Nova Soberbo. A esse respeito, os depoimentos a seguir são reveladores,

Tem gente que não tinha nada, às vezes num tinha condição de *construí* uma casa dessa aí, *oiá!* Aí num reconhece, *recrama*. Mas, pra quem já tinha, *tomô* prejuízo. Não foi prejuízo assim não *né*, mas num *ficô* satisfeito, porque tem gente que fico *mió*, eu fui um que fiquei com isso aí, *oh!* (mostrou a casa que recebeu de indenização) (Sr. G. S., 60 anos, casado).

Tem gente que ganhou mais casa, muito mais. Finalmente a barragem foi boa *prá* essa gente que não tinha nada *mermo*, que nunca ia consegui ter nada, *as veiz* não tinha condição nem de *cosntruí* uma casa, mãe solteira (por exemplo), pra esse foi bom, agora eu já tinha casa, a minha casa que ganhei foi a mais pequena porque na época a gente não sabia *conversá*, só pra você ter idéia. Pra pobre saiu melhor, pra rico saiu pior (Sr. P. A. F., 53 anos, casado).

Eu com a indenização *ganhei* só essa casa aqui. Mais tem pessoas *né* (...) na verdade eu acho que a negociação deveria ser igual pra todas as pessoas. Igual tem duas *pessoa* aqui que viveu *poco* tempo no Soberbo e ganhou casa aqui (R. G., 45 anos, solteira).

Nem todo mundo foi acertado como tem direito. Muita gente tirava ouro, muita gente mexia com plantação e hoje ta aí. Num tiveram como se garanti como foi tratado (J. B., 55 anos, divorciado).

Conforme se verifica nos depoimentos, um morador se sente no direito de questionar a indenização recebida pelo outro e, nesse contexto, sempre se coloca na posição da vítima. Contudo, o que de fato se percebe é que cada morador negociou buscando a sua própria satisfação e de sua família, situação perfeitamente compreensível em um processo, em que imperou o individualismo e se desvalorizou o coletivo. Isso faz com que uns se coloquem contra os outros, e neste caso, o “outro” parece ser sempre aquele que levou a vantagem.

Ainda que, para uns, só exista motivo para falar sobre a insatisfação com as indenizações, para outros a satisfação se faz evidente. Diante da realidade vivenciada no

antigo distrito, a barragem se apresentou como uma saída para melhores condições de vida, tal como atestam os depoimentos a seguir,

Olha, eu ganhei uma casa e o dinheiro referente ao meu sítio, eu fiquei satisfeita. Mais tem gente que reclama demais. Tem muita gente aqui que não tinha nem banheiro dentro de casa. Muita gente reclama demais (M. N. S., 49 anos, viúva).

Pra pai e mãe a barragem foi boa. Porque lá onde a gente morava a casa não era nossa, a gente morava de favor e hoje tem uma casa maior e melhor que a que a Dona da Casa de Soberbo Velho ganhou. Então pra eles foi muito bom (D. C. A., 23 anos, noiva).

Aqui tá assim hoje só porque teve a *barrage* porque se não fosse a *barrage* isso nunca seria assim, o povo nunca ia ter uma casa dessa (C. C. S., 30 anos, casada).

Pode-se perceber que a satisfação evidenciada nos depoimentos é sempre em relação ao que não se tinha no passado recente. Mesmo assim, as comparações entre os ganhos dos “outros” moradores foram sempre enfatizadas.

A Licença Operação foi concedida em março de 2004, com condicionantes. O relatório da FEAM aponta diversas irregularidades no processo de construção do empreendimento e destaca a falta de respeito do Consórcio com a população atingida. Da série de condicionantes, incluem-se adaptações de infra-estrutura em Nova Soberbo e resoluções dos problemas sociais e econômicos da população local.

Nesse mesmo ano de 2004, o distrito de São Sebastião do Soberbo foi totalmente inundado para formação do reservatório da Hidrelétrica Candonga. Todos os seus moradores tiveram que se deslocar, somando-se a esses mais “18 famílias ou 69 pessoas da área rural”, propriamente dita (RIMA, 1997). Um fato marcante ocorreu no processo de deslocamento, quando 20 famílias das 68 residentes em São Sebastião do Soberbo resistiram à mudança, alegando pendências com o consórcio. Diante dessa situação, os representantes do consórcio valeram-se da presença policial para pressionarem a saída dos moradores, numa cena de violência física e psicológica. No vídeo produzido por um dos moradores, podem-se, ver dois ônibus repletos de policiais armados entrando no povoado, seguidos de tratores usados para demolição das casas, além de caminhões baús para a mudança. O vídeo retrata a demolição de casas, e muitas pessoas assistindo àquela cena “sem poderem fazer nada”. Todas as casas foram destruídas, algumas antes mesmo de serem totalmente esvaziadas.

4.2 A Nova Soberbo

Nova Soberbo está localizada na antiga Fazenda Gambá³⁹, nas proximidades do lago do reservatório, distrito de Santa Cruz do Escalvado. A rodovia pela qual se chega ao distrito é a mesma que liga Ponte Nova ao município de Manhuaçu, MG 123. Ao longo do caminho que leva a Nova Soberbo, todo o trajeto margeia o rio Carmo, que nas proximidades do distrito vai se unir ao rio Piranga, vindo de Barra Longa, para formar o rio Doce. De longe se avista a placa (Figura 12), identificando e demarcando a entrada daquele espaço, artificialmente construído.



Fonte: Arquivo da pesquisadora - foto tirada em 25/01/2008.

Figura 12 - Placa de sinalização do distrito de Nova Soberbo.

Logo na entrada, é possível perceber uma continuação da rodovia pelo asfalto, que se faz presente nas três ruas do distrito, margeadas por calçadas. Pelas ruas, carros e ônibus fazem o movimento, imprimindo características mais urbanizadas ao distrito. Os carros que por ali passam têm como destino o próprio distrito de Nova Soberbo ou a sede do município de Santa Cruz do Escalvado. Já os ônibus trazem e levam passageiros de outros municípios da microrregião. Passando por Nova Soberbo, vai-se à sede do

³⁹ Segundo relato dos moradores, a desapropriação da Fazenda Gambá para construção do assentamento Nova Soberbo foi um processo conflituoso e compulsório. A família, que a várias gerações tinha a posse da terra, foi desapropriada, com direito a indenização em dinheiro. Este valor não foi aceito pela família que teve este valor depositado por meio de uma ação judicial movida pelo Consórcio. A família foi obrigada a sair da propriedade. De posse da terra, o Consórcio construiu o assentamento. Até os dias de hoje, essa situação não foi resolvida, cabendo aos novos moradores do local aguardar o parecer da justiça, para que possam receber as escrituras das novas casas.

município. Isso significa dizer que os moradores de Dom Silvério, Rio Doce e demais municípios vizinhos precisam adentrar o distrito para dirigirem-se à sede do município. Um outro caminho também leva à Santa Cruz do Escalvado. Contudo, para isso, é preciso utilizar a rodovia que conduz ao município de Rio Casca, sendo necessário ir até Ponte Nova, razão pela qual esta é uma rota menos utilizada por aqueles que sempre se deslocam para aquele município.

Construído próximo ao lago da barragem, o novo distrito se encontra em uma posição topográfica mais alta que a deste. A área de lazer está localizada antes mesmo da entrada do distrito, às margens da rodovia. Ela é composta por um campo de futebol, uma quadra de vôlei e de peteca e área para jogos de mesa. Da rodovia não é possível identificar a área de lazer, que se encontra encoberta pelo mato, demonstrando sinal de má conservação. Já do distrito é possível observar que naquela área existem pequenas construções, sem contudo ser possível identificá-las (Figura 13).



Fonte: Arquivo da pesquisadora - foto tirada em 25/01/2008.

Figura 13 - Vistas da área de lazer, localizada na rodovia que chega ao distrito de Nova Soberbo.

Ainda na rodovia, existe uma entrada para a área comercial e industrial, prevista pelo consórcio. Nesta área já se encontra em funcionamento uma usina de reciclagem e compostagem, que atende ao município de Santa Cruz do Escalvado. Continuando o trajeto, tem-se a entrada que leva ao distrito propriamente dito, como se constituísse uma continuidade da rodovia. Logo à frente encontra-se a rua principal, que corta o distrito até a saída para Santa Cruz do Escalvado.

Em Relatório Técnico da FEAM, o novo distrito é assim apresentado,

A nova sede distrital de São Sebastião do Soberbo se divide em três grupos: um núcleo central, uma área habitacional e uma área esportiva e lazer. No núcleo central estão localizados os prédios públicos, a praça, escola, posto de saúde, igrejas, correios, telefones, etc. A área habitacional atualmente conta com cento e vinte lotes e a área de esporte e lazer está situada às margens do Rio Doce, com campo de futebol, campo de vôlei e etc.(RELATÓRIO TÉCNICO DA FEAM, 2003, p. 301)⁴⁰.

Como mostra o relatório, Nova Soberbo apresenta uma configuração espacial organizada por núcleos, como pode ser observado no Figura 14. No centro se fazem presentes a área destinada ao comércio local, o posto de saúde, o centro comunitário, a escola e as igrejas Presbiteriana do Brasil e Católica. Para este centro conflui o núcleo habitacional, distribuído em pequenas ruas perpendiculares à rua principal.

O núcleo habitacional é constituído por um número de casas que excede aquele que existia na Antiga Soberbo. Parece que a principal forma de indenização recebida pelos atingidos foi o direito a uma moradia, como pode ser observado no depoimento a seguir,

Aqui tem mais casa porque todo mundo que morava de aluguel lá, ganhou casa, todo mundo que tinha casa, ganhou casa, meeiro, ganhou casa, mãe solteira, ganhou casa, tudo isso num tinha casa e ganhou casa aqui. Tem muita gente que mora fora e ganhou casa aqui (C. C. S., 30 anos, casada).

(...) meu irmão morava em BH. Aí quando ficamos sabendo que a *barrage* ia vir ele foi morar lá e hoje ele mora aqui (N. S., 21 anos, solteira).

Logo, no distrito de Nova Soberbo as famílias já não são marcadas pelo elevado número de membros. As famílias excedentes dentro das unidades familiares da Antiga Soberbo receberam casa como indenização, revelando assim uma nova configuração de pequenas unidades familiares. Como se observa no depoimento acima, a distribuição de casas pelo consórcio parece ter beneficiado não apenas os moradores propriamente ditos, como também aqueles que migraram para o local na época das negociações. Na verdade, o processo de indenização concedeu casa a todos aqueles que residiam na Antiga Soberbo, bem como para aqueles que se situavam na área diretamente atingida pela barragem. Aqueles que apenas possuíam vínculo empregatício com o local tiveram a opção de escolher entre ficar no novo distrito ou ser indenizado com o dinheiro referente aos bens possuídos.

⁴⁰ Relatório técnico da FEAM. Trecho transcrito da reunião pública do projeto de construção da usina hidroelétrica de Candonga, realizada na cidade de Santa Cruz do Escalvado, sem data da realização.



Fonte: Acervo Municipal de Santa Cruz do Escalvado.

Figura 14 - Nova Soberbo: espacialidade e mapeamento local. Destaque para os equipamentos urbanos.

De modo geral, as casas são todas de alvenaria, pintadas com diferentes cores e construídas segundo tipologias definidas de acordo com o perfil familiar e o número de moradores. Segundo dados da empresa,

São no total seis tipos de casas: a primeira com 51 metros quadrados, que possui dois quartos, sala, cozinha e um banheiro, a segunda casa com 66,7 m², três quartos, sala, cozinha e um banheiro, a terceira com 68,7 m² com três quartos, sala, copa, cozinha e banheiro, a quarta casa com 87 m² e três quartos, sala, cozinha e banheiro, a quinta com 113m² com três quartos, sala, cozinha e dois banheiros, e a maior casa que possui com a varanda 150,22 m² com três quartos, um quarto suíte, sala, copa, cozinha e outro banheiro. Todas as tipologias das casas possuem varanda e área de serviço e aqueles que possuíam carros na Antiga Soberbo possuíam em suas novas casa uma garagem na lateral (FEAM, 2003, p. 302)⁴¹.

De fato, embora bastante semelhantes, é possível visualizar diferenças entre as casas, principalmente no que se refere a área construída, em função do número de quartos. As casas eram sempre cercadas por muros altos (Figura 15). Em algumas, estes bloqueavam a visualização das fachadas. Era possível observar cacos de vidro sobre os mesmos, como se sinalizassem a preocupação com a segurança dos moradores. Em muitos casos, as grades, em cores e desenhos variados, substituem os muros (Figura 15), como se demarcassem um território privado e sinalizassem, mais uma vez, a preocupação com a necessidade de proteção. Como as casas foram construídas com pouca interferência dos moradores, fica a dúvida quanto ao verdadeiro motivo da presença de grades e muros. Ao que tudo indica, a apresentação exterior delas, assim como de outras edificações, parece sugerir mais uma preocupação do “empreendedor” em dotar a Nova Soberbo de certos símbolos de modernidade.

Na frente das casas, pode-se observar a presença de jardins, compostos de pequenos arbustos e diferentes tipos de flores. Estas foram encontradas também nos quintais, dando a idéia de se reproduzirem espontaneamente, sem maiores cuidados, como acontece em áreas rurais. Nesse sentido, os quintais parecem remeter aos das casas da Antiga Soberbo.

Os quintais apresentam áreas diferenciadas em função da localização e tipologia das casas. Nessas áreas é possível encontrar, em algumas casas, a presença de hortas (Figura 16), utilizadas para o consumo da família, onde eram cultivados: couve, almeirão, alface, cebolinha e algumas ervas medicinais, como hortelã, cidreira e

⁴¹ Relatório técnico da FEAM. Trecho transcrito da reunião pública do projeto de construção da usina hidroelétrica de Candonga, realizada na cidade de Santa Cruz do Escalvado, sem data da realização. Fala de Cleuza, negociadora do consórcio.

transagem. Além da horta e de algumas poucas árvores frutíferas nos quintais, ainda é possível encontrar pequenas construções, como galinheiro e um lugar para se guardar lenha. Em algumas casas, essas construções se encontravam desativadas, uma vez que o espaço é considerado pequeno para criação de animais domésticos.

Embora em algumas residências o quintal seja capaz de produzir alimentos para a família, em outras, ele era considerado improdutivo pelos moradores. Muitas famílias, ao longo desses quatro anos de morada, não conseguiram produzir hortaliças e legumes, tampouco, árvores frutíferas. Segundo os moradores, as mudas oferecidas pelo consórcio, quando da mudança para o novo distrito, não vingaram; atribuiu-se à infertilidade do solo a razão para esse fato. Entretanto, isso não se confirma em relação às flores e pequenos arbustos presentes na parte frontal das casas, fato que coloca dúvidas em relação às afirmações dos moradores.

Nas casas, a sala é a porta de entrada - local onde se recebem as visitas. Este espaço geralmente é composto pelo sofá e pelo móvel onde se encontra o aparelho de televisão. É possível perceber certo cuidado com a estética do local, embora seja notória a diferença entre os elementos utilizados na decoração quando se estabelece uma correlação com as idades dos moradores. Nas casas de pessoas mais velhas, é possível observar os quadros de santos, folhinhas de calendário e até quadros de artistas pendurados nas paredes. Nas casas de pessoas mais jovens, observa-se maior descontração, com paredes coloridas e quadros abstratos compondo a ambientação.

A sala, em algumas casas, é seguida da sala de jantar, na qual se encontra uma mesa de refeições e um bufê ou cristaleira. Parece que este espaço não é muito utilizado, a não ser como lugar onde as crianças fazem as atividades escolares. O banheiro é sempre próximo à sala e representa uma inovação para algumas famílias, que na Antiga Soberbo não tinham este cômodo no interior da casa. Os relatos a seguir são reveladores,

Eu morava no rancho lá no Soberbo Velho. Lá eu passava bosta de boi no chão pra ficar bonito, ficava igual casa de cerâmica, lá eu não tinha banheiro, usava pinico né, aí eu ficava *esperano* meu sobrinho saí pra joga no rio, num tinha água pra tomar banho (D. N., 60 anos, viúva).

Tem gente aqui que não tinha nem banheiro dentro de casa (M. N. S., 49 anos, viúva).



Fonte: Arquivo da pesquisadora - fotos tiradas durante o trabalho de campo.

Figura 15 - Casas da Nova Soberbo.



Fonte: Arquivo da pesquisadora - fotos tiradas durante o trabalho de campo.

Figura 16 - Horta cultivada em uma das casas da Nova Soberbo.

Os quartos compõem a área íntima da casa e se apresentam dispostos um à frente do outro em um pequeno corredor, ou em comunicação direta com a sala. Estes cômodos são compostos de camas e guarda-roupas. As pequenas cozinhas, na maioria das casas, localizam-se na parte de trás e apresentam paredes e pisos em cerâmica branca. Em alguns casos, foi possível observar este cômodo na parte frontal da casa, com janela para a rua, situação que causa insatisfação nos moradores. A ambientação deste cômodo ganha relevância conforme a casa visitada. Verificaram-se desde vasilhas penduradas nas paredes, como encontrado no meio rural, até armários mais característicos da moradia urbana. Da cozinha chega-se à varanda, composta pelo fogão a lenha e serpentina, a qual se comunica com o quintal. Em todas as casas, verificou-se a presença da garagem ao lado das construções, mesmo a maioria sem a presença de veículos.

Algumas reformas já foram feitas nas casas pelos moradores. A maioria construiu um outro cômodo na parte externa da casa, com a função de despensa; outros fizeram da varanda uma segunda cozinha, devido à colocação do fogão a lenha, ainda à época das negociações, já que este não constava nas plantas baixas das casas.

Mesmo sem conhecer a Antiga Soberbo, percebe-se, nos relatos dos moradores, que as casas apresentavam uma configuração muito diferente das da Nova Soberbo.

As casa daqui é melhor que as de lá, as casa de lá era antiga, lá era tudo mais simples, mais era melhor, eu gostava mais dela. Igual aqui tem um cômodo a mais que a casa de lá, só que a casa de Soberbo era maior, os cômodo era maior, tinha quintal com muita fruta, e isso faz diferença, né. A cozinha que tem aqui é menor que a que tinha lá, a sala que eu tinha lá era muita maior que essa aqui, essa aqui é muito estreita, é muita apertada (R. G., 45 anos, solteira).

*Lá as casa era diferente, não tinha laje, as portas era inferior, as janelas. Só que tinha uma *vantage* tinha muitas fruta, tinha muita fartura. Aqui não aqui a gente tem de *comprá* tudo. Tem de *fazê* uma compra com tudo (H. A. F., 37 anos, casada).*

Como se pode observar, as diferenças entre as casas da Antiga Soberbo e as de Nova Soberbo vão muito além dos materiais utilizados na construção. Embora o depoimento apresentado evidencie melhorias nas casas, as estas apresentam áreas e cômodos menores se comparadas às de Antiga Soberbo. Em muitos casos, a diferença com a distribuição e tamanho dos cômodos causou transtornos nas vidas das famílias, que até hoje recorrem ao consórcio em busca de modificações. Um outro fator considerado importante e ausente no novo local diz respeito ao pouco espaço reservado para os quintais, como já mencionado anteriormente. Essas insatisfações podem ser explicadas pela pouca participação das famílias na fase de planejamento e construção

das casas. Essa situação pode ser diferenciada se comparada a outros casos de reassentamento que tiveram resultados positivos na sua construção, como no caso dos atingidos pela PCH Fumaça⁴².

Ainda que haja reclamações em relação a alguns aspectos das casas, a grande maioria dos entrevistados ressaltou seus pontos positivos, visto que “a outra casa lá era feia, não *vô* fala que era bonita, era casa feia”, ou ainda: “no Soberbo velho eu *vô* te *contá*, muitas *pessoa* tinha casa boa lá, mais lá não era bom pra *morá* não. Lá era feio demais, lá era muito ruim, muito feio”. O que se percebe é que a aparência física do novo local de moradia é ressaltada se comparado ao passado.

Os prédios públicos construídos na Nova Soberbo correspondem aos anteriormente existentes no antigo distrito. A escola (Figura 17), localizada à frente da área comercial e em nível mais baixo que o da rua, possui cinco salas de aula, banheiros feminino e masculino, refeitório, quadra esportiva e um pátio com uma parte de cimento e outra gramada. Parte da área gramada é destinada à horta escolar, que é visível pelo lado de fora, uma vez que a área em que se insere é cercada por tela. A escola oferece estudo até a sétima série do ensino fundamental e resguarda um espaço para creche. Este espaço não se encontra em funcionamento, como proposto, sendo utilizado para as atividades da escola, principalmente no horário da tarde, em que a demanda é maior. A creche é composta por duas salas de aula, banheiros femininos e masculinos e almoxarifado.

Ao lado da escola encontra-se a associação comunitária (Figura 18). Composta por duas salas, este ambiente possui mesas, cadeiras e quadro escolar, que podem ser utilizados pelos moradores em reuniões e cursos. Recentemente, o consórcio ofereceu cursos de artesanato direcionados às mulheres, porém, segundo informações dos moradores, nem todas se interessaram pelas atividades e poucas deram continuidade. Os produtos confeccionados - bonecas de bucha, sabonetes e velas decoradas - ficam estocados em uma das salas da associação e são comercializados na feira semanal de Ponte Nova e entre os poucos visitantes do local. Embora algumas mulheres dêem continuidade a essas atividades, estas não têm se apresentado como suficientemente

⁴² Nos primeiros meses do ano de 2003 os professores do Departamento de Extensão Rural Armando e Franklin Rothman, este último também coordenador do PACAB (Projeto de Assessoria a Comunidades Atingidas por Barragens), e o estudante do curso de direito Leonardo Rezende foram os principais assessores no processo de negociação dos atingidos pela PCH Fumaça, até a inserção na equipe da ex-aluna Cláudia D’Avila. Esta tinha mais experiência no quesito moradia/habitação, tendo seu apoio reconhecido ao ser contratada para trabalhar, junto a outros membros da equipe indicados pelo COPAM, no desenho das casas do reassentamento, de acordo com os desejos dos reassentados.

capazes de gerar renda. Aos homens foi direcionado um curso para cultivo e comercialização da pimenta. As plantações da comunidade se encontravam na área de cultivo coletivo. Na época da pesquisa, dezembro de 2007, pode-se presenciar a coleta da pimenta, que, posteriormente, será embalada e comercializada.

Bem próximo à associação comunitária ficava o posto de saúde, cuja estrutura física é composta de 12 salas, sendo uma destinada à vacinação, duas para consultório e uma para almoxarifado, além da recepção e de banheiros masculino e feminino. O posto de saúde presta atendimento médico, odontológico, nutricionista, além de palestras de apoio às famílias no controle de diabetes e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Tanto o atendimento médico quanto o odontológico eram feitos uma vez por semana, e as consultas agendadas nos dias que as antecediam. Em casos de emergência, os pacientes eram encaminhados para sede do município ou, nos casos mais graves, para Ponte Nova.



Fonte: Arquivo da pesquisadora - fotos tiradas em 25/01/2008.

Figura 17 - Fachada da escola do distrito de Nova Soberbo. Foto tirada à frente da área comercial .



Fonte: Arquivo da pesquisadora - foto tirada em 25/01/2008.

Figura 18 - Fachada da Associação de Moradores do Distrito de Nova Soberbo.

Nessa área também se encontrava a Igreja Presbiteriana (Figura 19), localizada em frente ao posto de saúde. Ela mantinha o mesmo padrão de construção e as mesmas características da igreja da Antiga Soberbo. Os cultos ali realizados aconteciam uma ou duas vezes por semana, além dos domingos.



Fonte: Arquivo da pesquisadora - foto tirada em 25/01/2008.

Figura 19 - Fachada da Igreja Presbiteriana, localizada na rua principal do distrito de Nova Soberbo.

Como já observado, as igrejas Católica e Assembléia de Deus também se faziam presentes no distrito⁴³. Esta última (Figura 20), localizada na entrada do distrito, foi construída com características diferentes das que existia na Antiga Soberbo e diferente das demais igrejas de Assembléias já vistas. Com uma arquitetura moderna, a igreja contava com o salão principal, onde eram realizados os cultos, além dos banheiros feminino e masculino e um salão lateral coberto, para realização de eventos. Os cultos eram realizados todas as semanas, especificamente nas terças e quintas-feiras, e no domingo havia uma escola dominical para crianças e jovens.



Fonte: Arquivo da pesquisadora - foto tirada durante o trabalho de campo.

Figura 20 - Vista das igrejas Assembléia de Deus e Católica.

A Igreja Católica (Figura 21) foi construída na parte alta do distrito, o que faz com que ela se destaque na comunidade. Contudo, esse posicionamento acaba por dificultar o acesso dos moradores, sobretudo dos mais idosos, que na Antiga Soberbo freqüentavam as missas com mais facilidade. Conforme alguns entrevistados,

⁴³ Estas igrejas já faziam parte da vida das famílias da Antiga Soberbo. Tal fato nos mostra uma realidade diferente daquela comumente encontrada no interior de Minas Gerais, principalmente em áreas rurais, onde o catolicismo se mostrou ainda predominante por longo tempo. A presença de diferentes igrejas parece revelar uma nova tendência, a ser percebida em possíveis pesquisas.

Lá eu ia na igreja *rezá*, andava pra todo lado, hoje pra ir na igreja tem de se de carro né, só de carro, porque num *guentô* não, dói muito! (Dona C., 78 anos, viúva)

A igreja católica *ficô* bonita né. Mais *ficô* no alto, mas eu acho bonito igreja no alto, o *pobrema* é pra ir lá, né. Tem gente que não *guenta* mais (Dona M., 65 anos, viúva).

A arquitetura moderna usada na construção a difere da igreja da Antiga Soberbo, porém nela são preservados os santos que faziam parte daquela, antes da sua demolição. As missas são realizadas no segundo domingo de cada mês pelo padre do município, ficando os demais dias do mês sem atividade fixa.



Fonte: Arquivo da pesquisadora - fotos tiradas durante o trabalho de campo.

Figura 21 - Igreja Católica vista da entrada do distrito (à direita) e da parte baixa do distrito (à esquerda).

Assim como na Antiga Soberbo, a Igreja Católica compõe a praça central. Parece ter havido a intenção de manter a proximidade com a configuração espacial da antiga praça. A presença de coreto e bancos de concreto confirma essa colocação. Entretanto, como mostra a Figura 22, a sua localização na parte alta do distrito não favorece a passagem pela praça, e a ausência de qualquer tipo de vegetação, que promova o sombreamento, faz com que o local não cumpra com seu papel principal, de local de encontro e sociabilidade. Esse fato pode ser observado nos depoimentos a seguir,

Igual essas *coisa* de saí, *sentá* na praça e *ficá conversano* não tem mais, tem dia que *tá* muito calor e num *guenta ficá* em casa, e na praça não tem árvore, não tem nada, então não tem jeito de *ficá* lá, o calor aqui é muito e aqui não tem sombra. Aí a gente fica na porta da casa gente mesmo (R. S., 23 anos, solteira).

Na verdade eu sinto muita falta da praça. Era uma praça muito grande, sinto falta da igreja, das árvores. O espaço era muito grande, muito bom! Aqui ninguém vai na praça. Lá não, na praça você via todo mundo, era uma rua só e todos *passava* lá. Aqui não, eu fico um tempão sem ver as outras pessoas! (M. N. S., 49 anos, viúva).

Como sinalizam os depoimentos, a praça embora projetada e equipada para receber as pessoas, não consegue atrair os moradores, funcionando apenas como parte de um cartão postal.



Fonte: Arquivo da pesquisadora - foto tirada durante o trabalho de campo.

Figura 22 - Vista da praça do distrito de Nova Soberbo. Foto tirada à frente da igreja católica.

Próximo à praça, só que no nível da rua principal, encontra-se o distrito comercial (Figura 23), construído para contemplar aquelas pessoas que tinham comércio na Antiga Soberbo. Atualmente é composto por treze pontos, alguns dos quais ainda estão ocupados pelos mesmos comerciantes da Antiga Soberbo: duas mercearias, uma sorveteria e um barbeiro. Algumas portas permanecem fechadas, à espera de outras pessoas que possam ter interesse em montar um comércio. O local ainda serve como ponto de parada tanto para os ônibus escolares, que buscam as crianças da zona rural para a escola local, quanto para os ônibus intermunicipais, que circulam pelo distrito e que fazem o percurso Ponte Nova - Dom Silvério.



Fonte: Arquivo da pesquisadora - foto tirada durante o trabalho de campo.

Figura 23 - Vista da área comercial do distrito de Nova Soberbo. Foto tirada à frente da escola.

O distrito conta com luz elétrica, água encanada e esgoto canalizado para uma subestação de tratamento localizada nas proximidades do lago e próxima à usina de reciclagem e compostagem. A coleta de lixo é feita todos os dias por um caminhão, que vem recolhendo o lixo desde a sede do município de Santa Cruz do Escalvado.

A organização espacial do distrito de Nova Soberbo, suas casas, a área comercial e área de lazer, entre outras, expressam uma paisagem diferente daquela vivida pelos seus moradores em tempos passados. Para um observador qualquer, o local aqui descrito, se comparado à Antiga Soberbo, pode se apresentar como um “presente dos deuses” devido à aparência “limpa”, moderna e às melhorias em termos de infra-estrutura. Contudo, muito além dessa paisagem podem-se encontrar histórias que retratam um processo de construção de barragem conturbado, em razão de promessas ainda não cumpridas. Essa observação poderá ser melhor compreendida no capítulo que se segue, em que será possível contextualizar as mudanças, os efeitos da barragem e as contradições que se evidenciam, quatro anos após a sua implantação.

5 DA ANTIGA À NOVA SOBERBO

5.1 Das promessas à realidade

A partir da descrição do distrito de São Sebastião do Soberbo, antes e depois da construção da UHE Candonga, é possível afirmar que aconteceram mudanças significativas na vida das famílias atingidas. As mudanças podem ser compreendidas no contexto das contradições da modernidade, diante do processo de deslocamento/reassentamento dos atingidos pela implantação do empreendimento hidrelétrico.

A modernidade aqui é retratada pelas imensas possibilidades de transformação que o capitalismo é capaz de criar (MARTINS, 2000). A modernidade anuncia o possível, embora não seja capaz de realizá-lo. Porque nas sociedades modernas o que ocorre é o predomínio da dominação burguesa, que, articulada com a propriedade capitalista, busca essencialmente a produção e reprodução do capital.

A modernidade, segundo esse mesmo autor, nada mais é que o encontro dos ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social pelo acelerado avanço tecnológico, pela acelerada e desproporcional acumulação de capital e pela imensa e crescente miséria globalizada, dos que têm fome e sede não só do que é essencial à reprodução humana, mas também fome e sede de realização democrática das promessas da modernidade, do que ela é para alguns e, ao mesmo tempo, apenas parece ser para todos.

No contexto das sociedades modernas, o tradicional muitas vezes é visto como passado, o oposto ao moderno, atrasado. Segundo Giddens (2000), o mundo moderno

não pode implicar a morte da tradição, ele a contextualiza como contextos alternativos de tomada de decisões e como fontes alternativas de conhecimento, valor e moralidade. Nas palavras do autor: “se antes vivíamos num mundo tradicional, hoje vivemos num mundo de tradições” (...) “tradições e costumes, crenças e expectativas constituem hoje recursos adaptáveis, flexíveis, plásticos, num mundo globalizado e cosmopolita de culturas e estilos de vida entrecruzados” (2000, p. 44).

Assim, a modernidade nada mais é que uma realidade social e cultural, produzida pela consciência da transitoriedade do novo e do atual e pela busca contínua do lucro, que, regida pelo capital, impõe a invenção de novos caminhos para superar os conflitos e injustiças. Como o ocorrido com a implantação da UHE Candonga, as famílias atingidas pelo empreendimento ouviam falar, sem muito acreditar, na possibilidade de construção de uma hidrelétrica. Com a concretização do projeto, veio também o discurso ideológico de novas possibilidades de vida “prometidas”, no sentido do convencimento de que a implantação da barragem traria desenvolvimento e modernidade à região.

Os moradores do Soberbo almejavam um futuro com melhores condições de vida, longe do trabalho árduo da roça e com possibilidades de indústrias e outros serviços que melhorariam suas vidas, tal como prometido. Percebe-se que uma grande expectativa foi gerada nas famílias daquele distrito, muito embora tenha sido efetivada, como mostra os depoimentos,

As pessoas que vieram pra cá, eu vou ser sincera, elas vieram pra cá com uma expectativa diferente do que ia realmente acontecer: primeiro dinheiro, e aí começou a cada um assim, os que conseguiram alguma coisa, e que infelizmente, hoje já de repente, até já tenham perdido, os que conseguiram porque se deixaram levar, por “n” motivos que agora não vem ao caso agora, começaram a olhar pro próprio umbigo, esqueceram os verdadeiros valores, valores que nós tínhamos antes. Porque quando você leva uma vida simples e as pessoas te oferecem por exemplo 1.000,00, e você que tá acostumado a viver com 200,00, 1000,00, pra algumas pessoas parece uma fortuna. Então você começa a viver em função daquele dinheiro que você tem e esquece, ah, *poxa*, vou gastar meu tempo com isso, não tô ganhando nada. Você perde, de certa forma, estes valores. E começa a dar prioridade a outras coisas que nós não tínhamos lá. A nossa condição era essa, a gente não tinha tanta necessidade do dinheiro, porque a gente aprendeu a viver com o simples (C. S., 28 anos, solteira).

Hoje, tem muita gente que é revoltado por conta de muita coisa que foi tratado e num *teve*, porque aqui não dá pra *morá* com o dinheiro que vivia lá. Agora o povo de Soberbo que *tá* aí, a população, apesar de nem tudo que *tá* aí ter sido *resorvido*, então o povo *tá* revoltado, porque a coisa não dá (J. B., 55 anos, divorciado).

Como se pode observar, a implantação do empreendimento e a mudança para um novo local refletem as conseqüências do processo de modernização, que resultou na passagem abrupta de uma sociedade com características rurais para uma sociedade mercantilizada e monetarizada. Anteriormente ao empreendimento, as famílias viviam do plantio para subsistência. O dinheiro era limitado e grande parte das necessidades das famílias eram satisfeitas com o que se plantava, com o que se pescava e com a troca entre os moradores do que era colhido. A fartura do que era plantado e colhido identificava essas famílias com uma situação de estreiteza diante do mercado capitalista no qual todo o país se encontra inserido, como se pode observar nas frases: “lá, não comprava nada, só sal, farinha de trigo”; “lá a gente queria um frango era só *pegá* no quintal e *matá*, ovo tinha todo dia”; “Lá as pessoas plantavam não se comprava e aprendia a dividir (...) hoje não existe mais isso, até porque as pessoas precisam vender”. Entretanto, com a chegada do empreendimento o dinheiro passou a ser a moeda de troca. Essas famílias já não mais podem contar com o plantio para a manutenção das necessidades familiares. Assim, toda a modernidade proposta com o assentamento se configura em impacto na vida dos atingidos, tanto econômico, devido às mudanças relacionadas aos modos de reprodução das famílias, quanto social, diante da impossibilidade de reprodução das relações anteriormente existentes.

A mudança para um novo local, as diferenças espaciais deste e o processo de negociação proposto marcam um conturbado momento vivido por essas famílias. Contudo, as mudanças aqui apresentadas não findam com as seqüelas desse processo, as famílias foram surpreendidas com o não cumprimento das promessas feitas pelos representantes do consórcio, como também das condicionantes do processo de licenciamento. A ausência do programa de reativação econômica, necessário para minimizar as conseqüências da perda das atividades econômicas exercidas pela população, é um exemplo.

O Programa de Reativação Econômica consta como uma das condicionantes do Relatório Técnico da FEAM, necessária para emissão da Licença Operação do empreendimento. O RIMA – Relatório de Impacto Ambiental, em nenhum momento, menciona tal programa. Sobre ele foi encontrado apenas um informativo do empreendimento (Anexo D), de julho de 2003,

O Programa de Reativação Econômica tem por objetivo propor ações de organização da população atingida pela UHE Candonga, visando a retomada de atividades econômicas interrompidas e, mesmo, a identificação e criação de novas

atividades econômicas e o apoio a sua estruturação e consolidação. A metodologia de ação do programa de Reativação Econômica é a participativa, isto é, as propostas a serem ativas no programa deverão ser oriundas da comunidade de atingidos e esta deverá estar apta a administrar os empreendimentos (RELATÓRIO TÉCNICO DA FEAM, 2003: 205).

Segundo Barros e Sylvestre (2004), para implementação do programa foi determinada, pelo COPAM, a criação de uma comissão formada por representantes do consórcio, do Estado e dos atingidos. Estes últimos tiveram assessoria de uma equipe da Universidade Federal de Viçosa, que prepararam um diagnóstico de metodologia participativa, no qual apresentavam as demandas da comunidade frente ao reassentamento e as atividades a serem desenvolvidas no programa de reativação. Todavia, segundo Padre Claret, agente do MAB/ARD⁴⁴, o diagnóstico foi burlado: “na entrega dos resultados ao consórcio algumas páginas foram arrancadas e informações valiosas foram omitidas à empresa”.

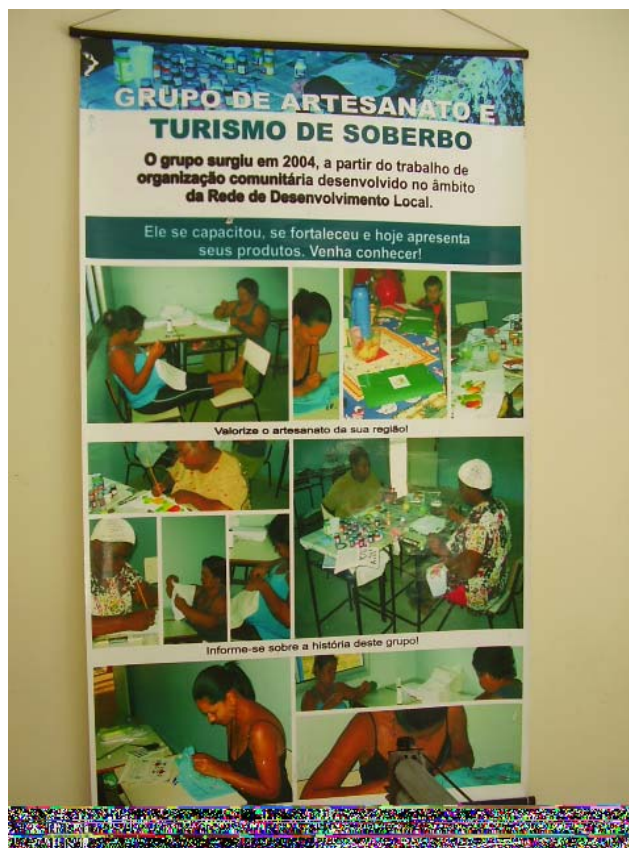
Em abril de 2004, um mês antes do prazo final para a mudança das famílias, pouco havia sido feito com relação às atividades de reativação econômica. Como já se mencionou anteriormente, em processo de negociação com os atingidos e ignorando as demandas das famílias, o Consórcio cedeu uma área de plantio coletivo de 360 metros quadrados, em vez dos 1.000 metros quadrados reivindicados. Em nota, o Relatório Técnico da FEAM, após vistoria na comunidade atingida, para averiguar a possibilidade de emitir a Licença Operação, conclui que,

(...) os esforços recentes do consórcio Candonga em resgatar o atraso do cronograma executivo do Plano de Reativação Econômica não foram suficientes para dotá-lo das condições exigidas à sua implantação, entendendo-se que, salvo poucas exceções, os projetos que integram a proposta não têm a maturidade necessária à sua efetivação; nesses termos, conclui que a possibilidade de iniciar-se um processo viável para promover a recuperação da renda de grande parte das famílias ainda não está suficientemente assegurado (RELATÓRIO TÉCNICO DA FEAM, 2003, p. 75).

De fato, o programa de reativação econômica não foi (e atualmente ainda não é) eficaz para suprir as necessidades dos moradores. Até os dias de hoje, o consórcio, após a mudança definitiva de todas as famílias para Nova Soberbo, “profissionalizou” algumas mulheres para o artesanato (Figuras 24 e 25), e alguns homens, para manuseio e comercialização da pimenta. Contudo, as atividades não cumprem seu papel principal, de gerar renda: “viver disso não dá, não vende quase nada e o povo não dá valor, mais

⁴⁴ Informações obtidas por meio de entrevista realizada em 17/03/2008.

pelo menos o consórcio ajuda com tudo. Mas o que é preciso é de emprego, de indústria”⁴⁵.



Fonte: Arquivo da pesquisadora - foto tirada durante o trabalho de campo.

Figura 24 - Cartaz do Programa de Reativação Econômica encontrado na Associação Comunitária do distrito de Nova Soberbo.

O reassentamento, concebido para abrigar as famílias da Antiga Soberbo, não reflete todas as expectativas dos seus moradores e não oferece o que muitos tinham no antigo lugar, os meios de produção e reprodução familiar.

A outra casa lá era feia, não vô fala que era bonita, era casa feia, mais eu preferia lá. Que adianta casa bonita e a lata?⁴⁶ E as *lata vazia*? E as *lata*? E a comida? Lá se não tinha dinheiro ia lá na *berada* do rio e tirava ouro, peixe. Minha mãe mesmo, o dia que não tinha dinheiro ia cedo pra *berada* do rio e a tarde tava em Rio Doce vendendo o ouro, é 3 gramas, 5 gramas (H. A. F., 37 anos, casada).

⁴⁵ Relato de Dona M., membro da associação de mulheres do artesanato.

⁴⁶ Lata aqui se refere à vasilha onde se armazena o alimento.

Com a *barrage* teve ganhos e perda, mais pra mim as *perca* é maior. O que ganhou foi asfalto porque lá era muito barro. Lá tinha muita casinha pobre, mais todo mundo tinha suas coisa e criava seus *filho*. Agora do que *adiantô*, a prioridade do pobre é sobrevivência e a comida, e não casa bonita. Como *havê* de *mantê* a casa hoje, se não faz nem pra *comê* mais? (J. F., 28 anos, casado).

Muitos até achava melhor lá mesmo porque ficava na roça o dia inteiro, e aqui não tem serviço, e aí fica difícil. Se não fosse os aposentado eu não sabia como seria isso aqui. Ai, tem muito aposentado aqui que, sei lá, se não fosse o aposentado não sei como que a família dele ia *tá passano*. Muitas família inteira vivia com o dinheiro de aposentadoria. Fica em casa o dia inteiro, tem muita gente boa aí pra *trabaia* que o serviço não desemboca. Lá tinha água, tirava ouro do rio, ia *pescá* e o *poco* que tirava dava pra *vivê*. Não *vô dizê* que tinha fartura mais dava pra *vivê* (Dona M., 65 anos, viúva).



Fonte: Arquivo da pesquisadora - foto tirada durante o trabalho de campo.

Figura 25 - Produtos confeccionados pelas mulheres da Associação Comunitária do distrito de Nova Soberbo.

A vida na Antiga Soberbo pautava-se em uma vida marcada pela simplicidade. As atividades, diariamente realizadas pelos seus moradores, eram o garimpo, nos tempos de seca, que se estende de maio a setembro; o cultivo de cereais e outros produtos, nos tempos de cheia; e a pesca, realizada sempre que necessária. Os peixes, além de serem usados na alimentação, podiam ser vendidos em Rio Doce. Assim como o peixe, o ouro era extraído e vendido; estas duas últimas atividades não eram realizadas diariamente, mas sempre que necessária.

O que se percebe é que sérios problemas emergiram após o deslocamento, principalmente aqueles relacionados com os postos de trabalho e com a manutenção das necessidades básicas das famílias. Na Antiga Soberbo, como já mencionado, as famílias viviam basicamente da agricultura familiar; tudo o que era produzido e colhido fazia parte da alimentação da família, como também da comunidade, como pode ser observado no depoimento a seguir,

Lá as pessoas plantavam. Quantos e quantos sacos de feijão era colhido na redondeza, arroz, não se comprava e aprendia a dividir, você matava um porco, isso era atípico! Você matava um porco e sempre ia com uma sacolinha com um pedaço (risos) pra dividir, hoje não existe mais isso, até porque as pessoas precisam vender porque as pessoas não têm o que fazer, o que trabalhar. O que movimenta o comércio aqui é aposentadoria! (...) Nós chegávamos na casa do vizinho: você tem couve na sua horta? Tem, pode levar, tem mostarda também pode levar. Às vezes fazia um doce, olha fiz um docinho pra você, um bolo. Nós aprendemos a dividir tudo, lógico como toda comunidade, todo povoado tinha suas divergências, mas também quando precisava era mais unido (C. S., 28 anos, solteira).

Como se pode perceber pelo depoimento anterior, havia na Antiga Soberbo relações de sociabilidade e reciprocidade entre os moradores. Hoje, as famílias não contam com as mesmas condições de reprodução social, tampouco, visualizam o distrito como um lugar das relações anteriormente existentes. A fatura anteriormente presente pode simbolizar a quebra das relações econômicas e de algumas sociais existentes; hoje, as famílias não podem mais contar com o plantio para manutenção da subsistência familiar, e o dinheiro passou a ser um produto importante na manutenção da família. Logo, a adaptação ao novo local ainda é uma situação presente, principalmente no que diz respeito à situação econômica e social das mesmas. A situação aqui apresentada exemplifica a teoria de Giddens. Para esse autor, o mundo hoje é muito mais complexo e sofisticado se comparado ao passado. As mudanças hoje dizem respeito à interseção entre a globalização – e globalização não é o desenvolvimento de uma cultura global, mas o desenvolvimento de novas texturas no tempo e no espaço – e a transformação da vida cotidiana, de modo que o que se faz na vida cotidiana tem conseqüências globais, e o que acontece em nível global tem conseqüências pessoais. Dessa forma, afirma o autor: “A globalização é primordialmente a transformação do tempo, do espaço, da experiência local, não uma coisa só, mas um complicado conjunto de transformações das condições básicas sociais. Estas não produzem necessariamente um mundo mais unificado. Ela produz a fragmentação. E estes dois elementos se acham imbricados um no outro” (GIDDENS, 1995, p. 300).

Ao longo desses três anos de reassentamento, o Consórcio vem dando apoio e assistência com relação a reparos e benfeitorias nas casas e equipamentos urbanos. Logo que foram reassentados, com a ajuda do MAB e sob fortes negociações, às famílias receberam alguns subsídios para ajudar na alimentação e manutenção das atividades dos moradores, até que estes pudessem viver a partir dos seus próprios recursos. Contudo, pode-se perceber que, até os dias de hoje, as famílias não conseguiram se produzir e reproduzir como na Antiga Soberbo, o que pode ser observado nos depoimentos a seguir,

Até esterco aqui tem de *comprá*. Lá o esterco pra colocar em horta tinha de monte, tinha muito curral. Aqui não tem de *comprá*. E a terra aqui é muito ruim pra planta, aí tem de *pô* muito esterco e fica muito caro. Lá, tinha coisa que *ocê* nem prantava e já nascia, nem precisava *prantá* (R. G., 45 anos, solteira).

Aqui lenha tem de *comprá*, gás de fogão tem de *comprá*, é R\$25,00 o metro de lenha e você não tem dinheiro pra *comprá*. A luz aqui é um absurdo, cara demais, e lá pagava R\$ 3,00 a 4,00 de luz, aqui tem mês que nem dá. E olha que aqui tem as *mesma* coisa que tinha lá, aqui ainda tem serpentina, usa TV uma vez ao dia e paga R\$140,00 a 160,00 de luz por mês (Dona A, 68 anos, viúva).

Aqui tudo é diferente, não tem nada com o que *nóis* viveu lá não. A conta de luz de lá era um preço e de cá é outra, e eu tenho as mesma coisa que tinha lá. Minha sogra me deu uma televisão de 29 polegadas, e mais nada e a conta, se a gente não *segurá*, vem lá nas alturas. E num tem jeito, a gente reclama e eles não resolve, não faz nada. Olha, escuta, vamos *supô* eu gastei menos esse mês e o outro *gastô* mais um *mucadim* e ele paga igual eu, e todo mês o cara vai lá e tira o tanto. Aí teve um dia que eu falei com o rapaz que esse negócio tava errado, e ele *falô* que tá certo sim. Todo mundo reclama (H. A. F., 37 anos, casada).

Conforme os relatos, a vida no novo distrito impôs dependências antes inexistentes. É dentro dessa perspectiva que se remete à não adaptação dessas famílias no novo local. Com a ausência de maiores áreas de plantio e do uso do rio para pesca e garimpo, aquelas famílias, que anteriormente viviam destas atividades, perderam seus principais modos de produção e reprodução. Atualmente, as famílias que não possuem um membro empregado em órgão público ou em alguns dos poucos sítios existentes se mantêm da aposentadoria ou pensão de um dos membros familiares, enquanto ainda outros vivem de pequenas atividades informais realizadas, como serviços de barbeiro, diaristas e vendas de produtos de beleza consignados. Como se pode observar nos depoimentos a seguir, essas atividades muito diferem das exercidas anteriormente ao empreendimento,

Antigamente na Antiga Soberbo eu acordava cedo e ia pro sítio, cuidava da criação e só ia embora pra jantar e buscá minha filha na ponte, que estudava em Ponte Nova (Senhor C., 86 anos, casado).

Lá se pescava, garimpava, buscava lenha e alguns trabalhava fora. Hoje não, tá todo mundo aí parado e o único recurso é saí de Soberbo mesmo (J. F., 28 anos, casado).

Igual alguns trabalhavam na roça, os homi as mulé não. Mas agora é muito mais ruim que antes, porque aqui, aqui dentro não acha serviço. Olha só pra você ver, eles estão remendando as casas e ninguém desses aí é daqui, é tudo de fora, não chama os jovem daqui e olha que aqui tem muita gente pra trabalhar, mais eles não chama mesmo (H. A. F., 37 anos, casada).

Lá era bem melhor, tinha o que fazê, aqui não tem serviço não, lá pelo menos tinha fazendeiro pra você trabaiá pra eles, garimpá (Dona A., 68 anos, viúva).

Durante o dia a gente ficava dentro de casa fazendo nosso serviço e a noite ia pra escola no Rio Doce, tinha de ir a pé porque era mais longe, o que era mais gostoso (D. C. A., 23 anos, noiva).

Mesma coisa que faço aqui, fazia lá, lá eu ia pra escola normal e ficava a toa o dia inteiro, eu num trabalho até hoje e fico à toa o dia inteiro. Lá num tinha assim muuuita coisa não, quem trabalhava lá, trabalhava na roça, lá num tinha muito serviço, tinha de trabalha na roça ou tinha de sair pra fora pra trabalhá. Minha vida lá é igual aqui, só que parece que *melhorô*, a vida aqui é melhor (R. S., 23 anos, solteira).

Como destacam os depoimentos, os serviços da Antiga Soberbo eram voltados para o uso e aproveitamento do rio e atividades agropecuárias, porém essas atividades eram diferentes para homens e mulheres. Existia uma divisão nas tarefas por sexo. De modo geral, os homens estavam mais envolvidos com o trabalho do campo, com a plantação. As mulheres estavam diretamente relacionadas com os serviços na esfera doméstica, sejam aquelas desenvolvidas dentro da casa quanto a dos seus arredores. Os filhos, homens ou mulheres, ajudavam seus pais nos seus respectivos afazeres, e à noite iam para a escola na cidade de Rio Doce. As crianças menores apenas estudavam e ajudavam os pais quando solicitadas.

Por meio dos depoimentos citados anteriormente, é possível ainda notar que no antigo distrito também não existiam postos de trabalho para os mais jovens, como destaca a expressão da entrevistada: “lá ficava à toa o dia inteiro (...) e até hoje eu fico a toa o dia inteiro toa”. Outro ponto que se evidencia são as diferenças significativas nas posições entre pessoas mais novas e os mais velhos. A fala de uma jovem de 20 anos é reveladora neste sentido. Segundo a entrevistada, a vida dela melhorou muito depois da mudança para Nova Soberbo,

(...) parece que depois que veio pra cá tudo *melhorô*, sabe. Agora a gente vai mais em Rio Doce, vai pra festa em Rio Doce, quando a gente morava lá num ia em festa em Rio Doce. Agora *prás* pessoa mais velha que moro lá, num gosta por que perdeu as *fruta*, essas coisa, eu num ligava pra isso, pra mim *melhorô*. Ó eu ganhei casa boa, um ano de salário e de cesta básica. Olha pra mim foi bom só que *prás* pessoa velha deve te sido ruim mesmo (D. E. F., 20 anos, solteira).

Nota-se que o acesso às novas conquistas é um ponto positivo para os jovens. As novas possibilidades oferecidas, ou, neste caso, apenas prometidas, se tornam características desafiadoras para esses jovens que não as viam na Antiga Soberbo. Anteriormente à barragem, a atração pelo urbano era uma das razões pelas quais os jovens optavam por deixar o meio rural. Ainda que no meio rural as atividades deles estivessem diretamente relacionadas com a ajuda que oferecem aos pais e o estudo, muitos preferiam migrar para a cidade, em busca de melhores condições de vida. Embora essa não fosse decisão de todos, havia também aqueles que optavam por ficar e, ou experienciar as possibilidades oferecidas por aquele lugar, ou ainda viver sem maiores expectativas,

Lá vivia do *mermo* jeito que aqui (Nova Soberbo). Se fala que não *trabaiava*, era a mesma distancia que aqui, 2 km, 3 km, né. O mesmo serviço que tinha lá tem aqui também. *Ficô* mesma coisa. Uns *reclama* que não tem serviço mais, aí o *pobrema* é outro, mais sério, é porque já não tinha mesmo né. Mas tem gente aí que se você pergunta vai *reclamá*, porque o que eles querem *mermo* é a indústria. (Sr. G., 60 anos, casado)

Vivia do mesmo jeito que aqui, ninguém fazia nada, uns *poco* que *trabaiava*. Aqui eu vejo uma deficiência muito grande em serviço, porque eles nem tem opção de trabalho. Lá no Soberbo Velho tinha mais jovem que aqui, ih, muito mais jovens mesmo. Eu tenho uma menina que (...) foi embora pra procura serviço (Sr. P. A. F., 53 anos, casado).

O trabalho árduo da lavoura, muitas vezes, leva o jovem a almejar uma vida melhor, que acredita encontrar nos centros urbanos. A migração, portanto, não se apresenta somente pela impossibilidade de garantia de subsistência no lugar, mas como a busca pela aventura do desconhecido, do moderno. Os jovens, diferentemente dos idosos, viram no desconhecido a possibilidade de realização de seus projetos de vida ou mesmo de concretização de novos projetos. Nesse sentido, os resultados aqui apresentados não diferem dos coletados por José César Medeiros em sua dissertação de mestrado sobre os jovens de Casa Nova, possíveis atingidos pela UHE Pilar⁴⁷,

⁴⁷ A construção da UHE Pilar consolida mais uma disputa de poder entre os empreendedores do projeto e as famílias atingidas. Desde a metade dos anos 90, quando se iniciaram os estudos para implantação do projeto, as comunidades atingidas, entre elas a de Casa Nova, resistiram e resistem à implantação do empreendimento.

localizada em Guaraciaba, Zona da Mata/ MG. Medeiros (2004) destaca que os motivos que atraem os jovens para o meio urbano estão orientados pelas possibilidades oferecidas pelo moderno - acesso ao ensino superior, melhores oportunidades de emprego e independência financeira se destacam em oposição às possibilidades oferecidas pelo meio rural: trabalho árduo e pesado, atividades desenvolvidas nas terras dos pais e, junto destes, a pouca escolaridade.

Embora muitos moradores tenham citado a falta de emprego como um dos maiores problemas, outras falas vêm contestar este argumento,

Meu pai tem 70 anos, trabalhava lá no Soberbo Velho quando ele mudou pra cá, até hoje ele não ficou sem serviço, pelo contrário o pessoal vive aqui atrás dele. É que os *novo* aqui não gosta de *trabalhá* (C. C. S., 30 anos, casada).

Por exemplo *i* nós aqui precisava de uma pessoa pra tirar leite, *têve* de buscar no Viçosa, pra tirar leite, mexer com lenha, essas coisa de serviço de *home* na roça. É que aqui eles num *foro* acostumado a *trabaiá*, sabe! (Sra. B. A., 75 anos, casada)

Pelos depoimentos acima mencionados, percebe-se que os postos de trabalho oferecidos pelo antigo lugar dizem respeito ao trabalho agropecuário. Essas atividades estão diretamente relacionadas às atividades da unidade familiar, bem como à manutenção das necessidades do mesmo. O trabalho no campo, diante destas considerações, não se apresenta aos jovens como possibilidades de autonomia e dependência. A permanência destes jovens no campo fica então comprometida devido a não-adequação destas atividades aos projetos de vida dos mesmos. Diante disso, muitos jovens fazem à opção em deixá-lo. Para essa categoria, o assentamento, se apresenta como possibilidade de uma vida mais urbanizada, sem a necessidade de migrar, porém, o mesmo não se compara aos projetos de vida dos mais velhos, que vêm no assentamento dificuldades de adaptação, pelas diferenças apresentadas no seu espaço.

A localização do novo local não se distancia tanto daquele ocupado pela Antiga Soberbo, o que faz com que alguns sitiantes possam ainda trabalhar em suas áreas de terra. Todavia, é importante ressaltar que, com o enchimento do lago, boa parte de área fértil ficou submersa; além disso, muitos fazendeiros também deixaram de existir, desfazendo assim um elo de trabalho importante para a região, seja por meio dos serviços pautados no arrendamento da terra ou por meeiação.

De modo geral, a vida dessas famílias ainda se encontra marcada pela luta pela sobrevivência. Na Antiga Soberbo, as dificuldades do dia-a-dia estavam relacionadas

com o trabalho no campo, pelo uso de técnicas tradicionais de trabalho e pelas casas antigas e em condições precárias. Essas características sinalizavam um modo de produção e reprodução, material e social. No novo local, a vida cotidiana dessas famílias assumiu uma nova estrutura, uma vez que a comunidade é marcada pelas casas novas, pelo conforto que a “cidade”⁴⁸ pode proporcionar – ônibus urbano diário, asfalto, mas também por conflitos recorrentes de todo o processo vivido. Além disso, é possível perceber que as famílias já não mantêm os mesmos laços de vizinhança. Um dos motivos foi a alteração da localização dos moradores entre si. Os relatos a seguir são reveladores nesse sentido,

Os meus *vizinho* não são os *mesmo*. Lá era diferente, meus *vizinho* de lá mora tudo longe hoje. Aqui é muito difícil *achá* um vizinho que era igual lá. Mais pra mim mudou, mais continua a mesma coisa. É mesma coisa de quando eu morava lá, pra mim não mudou nada. Agora tem gente que tem dificuldade, que mora com vizinho e não combina e *ai* reclama que no Soberbo Velho era melhor (D. E. F., 20 anos, solteira).

Com os *vizim* é mesma coisa, a gente vive, mas os *vizinho* são diferente. Porque os *vizim* pra mim hoje é pra falar “oi” e “oi” só! Meu *negoco* é do serviço pra casa, eu tenho muita amizade, tem dia que eu tenho de dar volta pra chegar em casa porque senão eu chego muito tarde em casa, mas tem gente que reclama demais (H. A. F., 37 anos, casada).

Aqui *atrapaió* tudo, meus *vizinho* *ficô* tudo longe um do outro, ué, minha vizinha que morava do meu lado lá, aqui fico tudo longe, e tem muita gente de fora também. Lá, só tinha duas *fazenda* uma pra rua de cima e outra pra rua de baixo, aqui tem gente que nem sei onde que mora até hoje, uns pro alto do morro, outros pra *baxo*! (Dona A. T. A., 88 anos, viúva).

Todos os meus vizinhos são diferentes hoje, todos mudaram, moram aqui, mais não perto de mim mais (D. C. A., 23 anos, noiva).

Como atestam os relatos dos moradores, as relações sociais da comunidade hoje não são mais como na Antiga Soberbo. Antes, todo mundo se conhecia e se relacionava diariamente. Hoje, as pessoas vivem reservadamente em seus lares, inteirando-se apenas com parentes ou vizinhos mais próximos. De fato, pode-se perceber durante o trabalho de campo que as ruas são sempre vazias, desde o amanhecer até o anoitecer. Os moradores do novo distrito pouco se relacionam e passam boa parte do dia assistindo televisão. Com a chegada da barragem, a comunidade ficou dividida entre aqueles que a desejavam e aqueles que não a queriam. Acredita-se que as relações foram abaladas

⁴⁸ O termo cidade aqui é usado para se fazer referência a um lugar com características urbanizadas.

pelo conflituoso processo de negociação, bem como pela diferente disposição espacial das famílias, assim “se passa mais de mês sem ver o antigo vizinho”, como mostram as falas a seguir,

A porta lá de casa eu gostava muito, porque todo mundo ia pra lá. Tinha um monte de *banquin* na frente lá de casa. A gente fazia muitas coisas lá, pipoca, brigadeiro. A porta daqui de casa hoje, não tem tanta história mais. Os *vizinho* que a gente tem hoje aqui, não são os mesmos. Aqui *tá* todo mundo longe e lá era mais fácil de você *encontrá* todo mundo (D. C. A., 23 anos, feminino, noiva).

Parece que todo mundo aqui ficou doente. Eu não entendo. Aqui é completamente diferente, você *saía* lá do lado de fora, todo mundo *saía* também, um batia papo, outro passava. Aqui não, fica todo mundo só dentro de casa. Aqui chega oito e oito e meia da noite você pode *saí* pelado que ninguém te vê. Num tem ninguém, você chega do lado de fora e num tem ninguém. Fica todo mundo só dentro de casa. Lá ainda *saía* (R. G., 45 anos, feminino, solteira).

Era um pequeno arraial, mas acho que todo mundo era feliz. Lá todo mundo sentava na porta. A gente não se sentia como a gente se sente aqui, às vezes com medo, por que toda hora passa carro, passa caminhão. Lá não, dormia com a janela aberta. Eu lembro que eu e minhas amigas nós ficávamos até três da manhã conversando. Hoje a gente não faz isso aqui (C. S., 28 anos, feminino, solteira).

Como se observa, as relações sociais que se estabeleciam na vida cotidiana das famílias na Antiga Soberbo não são mais praticadas, ficam apenas nas lembranças. A utilização dos espaços enquanto espaços de sociabilidade também se perdeu. Um exemplo marcante é a rua e a praça, que antigamente eram lugares de encontro e que hoje já não cumprem mais esse papel. Assim como a sociabilidade do dia-a-dia, as festas típicas realizadas no passado presente foram interrompidas. Festas religiosas, como a coroação do mês de maio e a festa do padroeiro do local, não mais aconteceram, e os moradores alegam que o motivo é a dificuldade de acesso à igreja católica, que impede uma participação efetiva dos fiéis. Outro exemplo de comemoração não mais realizada pela comunidade é a festa junina, eleita por eles uma das melhores da região.

Aqui num tem muita festa não, não teve a festa junina este ano, falaram que ia ter a cavalgada com festa junina mas num *tevé* é nada. O povo daqui sempre foi desanimado, mas sempre teve a festa junina no Soberbo Velho. Parece que agora *quetô*, *desanimô de fazê* festa, de *mexê* com essas *coisa*, *acomodô* e procura festa fora, prefere ir *prá* fora. Eu acho que devia *te*, por que todo lugar tem. Igual a última festa que teve o consórcio *ajudô*, foi três dias de festa junina, foi boa demais. Igual quando a gente veio pra *qui* (em Nova Soberbo), o consórcio *ajudô* com uma mixaria e aí fez uma festa mixaria, “chucrinha” *acabô* que não *ficô* boa nada, e este ano, um cara *aí* pegou pra *fazê* e depois as meninas *falô* que ia *ajuda*, e ai o cara desistiu e acabo não *teno* nada (D. E. F., 20 anos, solteira).

Outro depoimento mostra relações que se perderam,

Lá no Soberbo Velho todo mundo que morava na rua de Sá Chica ia pra porta dela de tarde, pra descascar alho, penteava cabelo, tudo que você *pensá* eles *fazia* naquela porta. Igual a gente sentava na pracinha, tipo assim dia de domingo, até dia de sábado também, todo mundo fazia o que tinha de *fazê* dentro de casa e ficava um tempão lá. Aqui não, você sai dia de sábado e num tem nada na rua, abre o barzinho de noite um *poquinho*, mas não tem movimento porque todo mundo vai pra fora (R. S., 23 anos, solteira).

Como se percebe, a entrevistada mostra a vida social que marcava a porta das casas e a rua no antigo distrito, mas também evidencia mudanças no comportamento social dos moradores em Nova Soberbo. A entrevistada utiliza a expressão “todo mundo vai pra fora” para mostrar os novos interesses despertados. A presença do asfalto e a localização do distrito, em relação às outras cidades, proporcionam uma prática diferente da vivida no antigo lugar. O Antigo Soberbo, localizado próximo a Santana do Deserto, a 15 km da rodovia, era de estradas de terra, o que dificultava a saída do lugar para “festas fora”. Hoje, o asfalto e os meios de transporte facilitam o deslocamento.

O novo local se apresenta, por uma lógica cidadina, diferente da cultura e história dos atingidos. A ausência de árvores em todo o distrito e a disposição das casas e dos pontos de referência da comunidade diferem da estrutura vivenciada pelos moradores no antigo local, assim como de toda pequena localidade mineira, onde a praça e a rua ainda representam símbolos de sociabilidade e, portanto, de relações sociais.

Uma moradora nos relatou,

Na verdade eu sinto muita falta do Soberbo Velho, a praça então! Era uma praça muito grande, de frente tinha a igreja e muitas árvores. O espaço era muito grande, muito bom! Aqui ninguém vai na praça. Lá não, na praça você via todo mundo, era uma rua só e todos *passava* lá. Aqui não, eu fico um tempão sem ver as outras pessoas! E a praça fica sempre assim vazia. Lá tinha muitas árvores. Nossa! Há quantos anos eu não sento debaixo de uma árvore. (...) Outro dia eu fui a Ponte Nova com uma amiga e peguei carona ate Viana (localidade próxima do distrito), lá tivemos de ficar esperando passar outra carona para cá, *aí* sentamos debaixo de uma árvore. Assim que sentei, senti uma saudade do Soberbo Velho e ficamos lembrando de como era bom isso, porque lá no Soberbo Velho a gente tinha muitas árvores e hoje elas *faz* muita falta (N. S., 21 anos, solteira).

A narrativa anterior é um convite para reviver junto com a entrevistada as lembranças do antigo *lugar*. A fala relembra São Sebastião Soberbo com algumas de suas particularidades, ao fazê-la a entrevistada reflete as (im) possibilidades do novo local.

Digamos assim, por mais que falem que a Nova Soberbo é mais moderna, mais tem coisas que tinha em Soberbo Velho que nós nunca vamos poder ter aqui: as nossas árvores, que pra muita gente não tem valor, pra nós tem um valor muito grande. O ar aqui é muito quente e muito frio, muito pernilongo, cobra, rato, lá nós não tínhamos isso. Como eu fui feliz no Soberbo Velho. Se eu pudesse, na minha opinião, se eu pudesse escolher, você pode até falar, nossa você ta falando besteira pelas coisas que você tem hoje, mais se eu pudesse escolher eu queria viver naquele lugar até hoje, do jeito que era, com as casinhas simples, antigas, com uma história, sabe, com o fogãozinho de lenha funcionando direitinho, broa de fubá assada na panela com brasa em cima, bolo de arroz. (...) (H. A. F., 37 anos, casada).

Percebe-se que “a vida já não é mais a mesma”, “a gente tenta se acostumar, mais vai fazer o que”. Essas são narrativas que fazem parte dos depoimentos dos atingidos. Ao falar da Antiga Soberbo, observa-se um distanciamento característico, pois esse lugar foi submerso, fazendo parte apenas da memória individual e coletiva. Ainda assim, narrativas do tipo “eu acho que se secasse a água, todo mundo aqui, ou pelo menos um monte de gente, voltava pra lá” são possíveis de ser encontradas. Nesse sentido, a saída do *lugar* de origem e a vida no reassentamento revelam contradições pertinentes com as questões inicialmente colocadas neste trabalho – um caso típico de um projeto de desenvolvimento, que chega a uma população que até então se encontrava à margem de todo o processo de crescimento proposto para o país. A sua chegada impõe a desterritorialização das pessoas e o desafio da reterritorialização em um novo local: desconhecido, planejado, homogêneo, a-histórico, destruído de relações sociais. Com certeza, a construção de significados e sentidos nesse espaço, de forma a transformá-lo em lugar/território, ainda levará muito tempo.

Será um processo em que somente o viver e a vida cotidiana, permeada por relações sociais, serão capazes de imprimir-lhe significados identitários. Como mostra Ana Fani, a identidade habitante-lugar só acontece pelas relações sociais que nele se estabelecem, “o lugar é produto das relações humanas, entre o homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida” (CARLOS, 1996, p. 57). Nesse sentido, a reterritorialização não é garantida pela simples apropriação física do espaço, já que um território pressupõe, num sentido amplo, também apropriação simbólica.

Diante dessas reflexões, expressões como “eu acho que se eles tivessem asfaltado a Soberbo Velho ia ficar do mesmo jeito” e “aqui só melhorou a casa e o asfalto!”, utilizadas por alguns entrevistados, são emblemáticas. De fato, se por um lado o espaço

mudou, se existe melhor estrutura física, se o asfalto chegou lá, por outro, nesse mesmo espaço, os moradores não conseguem ainda se reproduzir economicamente de forma mais favorável que no passado. A vida no novo local impõe um novo estilo de vida; fragmentaram-se as relações e, pelo menos por hora, aquele espaço não se revela enquanto espaço vivido. As famílias foram realocadas na Nova Soberbo e receberam indenizações, moradias, equipamentos urbanos. Como se viu, muitos, sobretudo os jovens, a vêem como símbolo de progresso. Contudo, não é possível garantir que estes sejam, de fato, beneficiados pela modernidade, da qual a barragem é um símbolo. Na arena entre incluídos e incluídos/excluídos, historicamente, ganham aqueles que já partilham das benesses propiciadas pelo capital. Nesse contexto, é bem provável que os atingidos continuem como antes da implantação da barragem, ou seja, à margem do processo acelerado de modernidade capitalista, nesse sistema hegemônico que impera no planeta.

5.2 E AGORA? Realidades e perspectivas

Nos últimos capítulos procurou-se mostrar as transformações ocorridas após o deslocamento das famílias atingidas pela implantação da UHE Candonga. Várias são as evidências que mostram que migrar não era pensado pelos aspectos negativos que poderia trazer. Ao contrário, a migração, mesmo que compulsória, era vista como uma possibilidade “de melhorar de vida” frente ao processo de desenvolvimento do país, que naquele momento parecia “privilegiá-los”. Foi com essa perspectiva que muitos viram na barragem um sinal de esperança no novo e desconhecido, que se apresentava como algo que viria redimi-los do atraso⁴⁹.

Recomeçar a nova vida implicou para os entrevistados perdas com relação aos modos e condições de vida do passado. A mudança para Nova Soberbo se deu sob um processo de negociação para uns e de “expulsão” para outros, que, com pendências com o consórcio, resistiram e foram retirados sob força policial. Como já se procurou mostrar, recomeçar implicou se refazer espacial, social e economicamente. Contudo, na percepção de alguns moradores do município, a implantação da UHE colocou aquela população em uma condição de privilegiados pelo progresso. O depoimento de uma jovem, já citado anteriormente, exemplifica as expectativas: “todo mundo ficava

⁴⁹ LINS RIBEIRO, *op. cit.*

desconfiado, por que tipo assim, da onde que esse povo vai tirá de fazê barragem aqui, naquele fim de mundo. Mas é isso que eles ia querê mesmo né. Tirá as pessoa do fim do mundo e “colocá num lugar melhor”. Como se percebe, a barragem se apresentava como uma possibilidade de redenção, uma oportunidade ímpar para mudar de vida, ao acreditar nas promessas feitas pelos representantes do consórcio. O antigo lugar, com suas deficiências de infra-estrutura, é muitas vezes lembrado como “aquele lugar que era horroroso de feio”, “fim de mundo”. Apesar disso, no antigo distrito havia, de certa forma, algumas possibilidades de trabalho que já não existem mais. Ao mesmo tempo, as relações sociais pautadas nas redes de vizinhança, sociabilidade e reciprocidade foram enfatizadas pelos antigos moradores, o que mostra que aquele era um espaço socialmente construído e vivido, com significativos e sentidos, um *lugar*. Longe está de se pensar que naquele espaço/lugar não existam conflitos. O deslocamento, como se viu, mexeu com antigos valores e, de certo modo, desestruturou relações,

Com a chegada da barragem houve uma bagunça muito grande nos valores de todos, seria popularmente falando, todos achando que estavam com o "rei na Barriga", gente que muitas vezes não tinham o que comer, se encontravam com a oportunidade de ter tudo aquilo que sonhavam, se esquecendo do futuro e principalmente cada qual se achando melhor que os outros (B. B., 24 anos, masculino, solteiro).

Diante desse contexto, fica evidenciado o desconhecimento da população em relação à realidade à qual estavam sendo apresentados. O empreendedor tinha grande poder na informação, e a população, desinformada e iludida, acatava e acreditava. A preocupação com o futuro não se fazia necessária diante de todas as promessas. Percebe-se que o que se esperava era uma vida “diferente” daquela vivida na Antiga Soberbo, que Nova Soberbo se mostraria muito “diferente” da realidade dos municípios da microrregião.

Durante o trabalho de campo muito se ouviu falar da beleza citadina da Nova Soberbo, das disposições dos equipamentos urbanos, que, se comparados ao município-sede e região, seriam superiores. Narrativas como: “Nova Soberbo *divia virá* a sede do município” e “aqui é muito melhor que lá em Santa Cruz, é mais bonito, é mais chique”, chamaram a atenção. Em um programa de relacionamento da internet, orkut, é possível acessar a página do distrito de São Sebastião do Soberbo e visualizar um tópico de discussão em que o tema é: SOBERBO, um dia será município? Irá se EMANCIPAR?⁵⁰.

⁵⁰ Dos dados retirados da página: 15 dos 129 integrantes da comunidade já votaram. As opções são: sim, com 46% dos votos; não, com 20%; e talvez ,com 33%. Dos comentários deixados sobre a pesquisa, percebe-se que a maioria dos votantes tem menos de 30 anos e todos deixam um “grito” de emancipação.

A população parece ter tomado para si o nome do lugar, “soberbo”. Contudo, as perspectivas dos reassentados é sombria; sem condições de alavancarem suas economias, vivem na dependência do consórcio, que, no próximo ano, passará a responsabilidade do distrito para a prefeitura. Diante dessa situação, qual a perspectiva de futuro para essas famílias?

Embora possam ter havido ganhos, as perdas também caminham junto nesta contabilidade. Para algumas pessoas, terem saído do lugar onde viveram tantos anos significa ter deixado para trás toda uma história de vida construída. Entretanto, o que se percebe com a finalização deste trabalho é que, apesar da insatisfação com a mudança, esta foi facilitada pela aceitação inicial do empreendimento e das propostas e pela possibilidade que este apresentava. Ainda que esta seja uma realidade, muitas divergências permearam esse processo; muitos moradores desejaram o empreendimento, enquanto outros resistiram à mudança. Das perdas citadas pelos moradores, há aquelas de cunho material e sentimental, como também outras que podem ter sido reflexo do descontentamento gerado – os idosos que vieram a falecer durante o processo de implantação da barragem. Porém, a idade avançada dos mesmos deve ser considerada como um fator importante e causador do falecimento. Como se vê no depoimento de Dona M. M.

*As pessoa depois que veio pra cá adoeceu muito, muita gente morreu, Sá Chica ela tinha mais de cem anos e morreu de repente, ninguém sabe explicá. Dizem que foi *diabeti*, mas eu acho que foi é tristeza. Eu dei derrame, a barragem só trouxe desgraça! Aqui ninguém tá acostumado com esse clima aqui não, todo mundo é acostumado com o clima de lá. Aqui é muito quente e de noite é muito frio, porque não tem árvore. E lá era bonito, tinha praça, muita árvore, lá era de chão e tinha muita poeira, mas era bom (Dona M. M., 80 anos, viúva).*

O depoimento anterior evidencia um discurso de vitimização permeado pelo descontentamento com a Nova Soberbo, esse tipo de manifestação se observa predominantemente nos depoimentos dos mais velhos. Estes vêm no novo local a necessidade de se adaptarem a novas formas de viver, de produzir e reproduzir, muito diferente do vivido durante muitos anos no antigo lugar. Os jovens embora tivessem ressaltado as vantagens da Nova Soberbo, ainda manifestaram ligações afetivas com o antigo lugar,

Eu lembro que lá tinha um morrinho que agente brincava de descer correndo, eu gostava de lá. Eu adorava lá(N. D. J., 20 anos, solteira).

Aquela infância boa. De chegar dia de domingo você almoçar e pensá assim: oh! Vou jogar queimada hoje. Aí era mais de 20 meninos. A juventude que cresceu comigo pensava assim: óh mãe, festa junina faz minhas tranças, remenda meu vestido que eu quero o vestido mais bonito. Nós éramos felizes com as coisas mais simples do mundo! (C. S., 28 anos, solteira).

De modo geral, os jovens continuam como antes, sem ocupação. Por isso, continuam a falar em migrar para a cidade em busca de emprego, como se fazia no antigo lugar.

O povo do Soberbo não tem como *ficá* aqui, exceto uns poucos, a maioria com o tempo vai ir embora, de uma maneira ou de outra. Quando as condições de vida se tornarem mais severas, fatalmente os mais humildes irão de desfazer de suas casas e irão para outras localidades, provavelmente parecido com Soberbo velho (...) e aos jovens num resta outra opção a não ser ir embora (J. F., 28 anos, casado).

Outro depoimento contempla o mesmo argumento, porém revela que a mudança causou expectativas diferentes nos jovens, os quais, em São Sebastião do Soberbo, tinham suas atividades direcionadas para o trabalho no campo, nos casos dos rapazes, e para as atividades domésticas, no caso das moças.

Lá eu vivia do mesmo jeito que aqui. Só que eu não vivia *stressada*, tentando. Deixa eu te *explicá*, se não tivesse tido a barragem eu não ia ta assim preocupada de esperar algo melhor acontecer. Porque a gente veio pra cá achando que ia *tê* emprego. A gente tinha uma vida muito mais simples, muito mais feliz, e acho que a gente não tem aqui. Aqui ninguém tem o prazer de ficar aqui, tem é de sair fazer a vida e voltar (D. C. A., 23 anos, noiva).

Nesse sentido, as expectativas em relação a Nova Soberbo se colocam ainda mais distantes de serem concretizadas. A ausência do Programa de Reativação Econômica, como prometido, a falta de serviço para aqueles que viviam da terra e a falta de terra para aqueles que dela desejassem viver são problemas advindos de um processo de deslocamento, que parece não ter levado em consideração as perspectivas futuras para aquelas famílias.

Sempre alguma pessoa jovem vai *ficá* por aí, que não quer nada da vida, que não vai querê estudá, que não vai querê nada, esse jovem vão *ficano* por aí, os *velhu* vão *morreno* e isso aqui vai *virá* uma merda. Tipo assim, os *velhu* vão fica aqui, só gente velha, os *novo* que vão *ficá* aí, vão *ficá passano* aperto, por que não vai ter serviço nenhum, vai *ficá* aí *precisano* de dinheiro e num *teno*. E a gente vai embora, sabe eu acho que no final, que daqui uns anos isso daqui vai ser um nada. Daqui uns anos? Ninguém vai nem *lembrá*. As memórias boas, aquelas mulheres vividas⁵¹, fortes, tudo vai apagá, pra quem conhece vai ser uma lembrança boa e só (D. E. F., 20 anos, solteira).

⁵¹ O respeito pelos mais velhos foi bem demarcado pelos entrevistados. Sá Chica e Sô Raimundo, já falecidos, em vários momentos foram lembrados pelos entrevistados como sinônimo de lembrança da Antiga Soberbo e perda por causa da barragem.

O presente mostra as contradições do processo de modernização do país, em que o moderno se impõe sobre o tradicional, transformando o atrasado em atual, o antigo em novo, mas não sendo capaz de incluir aqueles que já são excluídos da modernidade. Nova Soberbo é falada a partir das lembranças da Antiga Soberbo, pelos seus modos e condições de vida e pelo que foi perdido no decorrer do processo. Pelas falas dos moradores, parece haver um caráter idílico, romântico, quando estes se remetem à antiga localidade de residência. Esse fato é evidente, visto que eles remetem a um lugar importante para suas vidas e que não existe mais. O processo de deslocamento/assentamento vivido marca, nos termos de Martins (1991), a chegada do estranho, do novo, que, almejado pela comunidade, impôs a desterritorialização e a reterritorialização. Um dos desafios é fazer com que a memória e a vida dessas pessoas dêem conta de preencher os espaços de significados sociais perdidos a partir desse processo vivido. Do antigo lugar ficaram apenas as lembranças quando o mesmo foi submerso.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, não se tem a pretensão de encaminhar conclusões acerca do processo de implantação de usinas hidrelétricas, tampouco do caso estudado, que atualmente ainda se encontra em andamento⁵². O compromisso do estudo foi o de evidenciar as contradições que emergiram do processo de deslocamento/assentamento vivido pelas famílias atingidas, antigas moradoras do distrito de São Sebastião do Soberbo. Nesse contexto, buscou-se estabelecer comparações entre a Antiga e a Nova Soberbo, a partir das percepções das famílias atingidas, com relação às mudanças econômica, social e cultural ocorridas em suas vidas.

A pesquisa foi conduzida por meio de um delineamento qualitativo, com a utilização de entrevistas semi-estruturadas e questionários, aliados à observação direta e aos dados provenientes de fontes documentais e fotográficas.

O processo de construção da UHE Candonga deslocou 86 famílias, distribuídas nas áreas urbana e rural do município de Santa Cruz do Escalvado. A área urbana, representada pela vila de São Sebastião do Soberbo, reunia 68 famílias e uma população de 234 pessoas, que foram deslocadas e reassentadas no novo distrito de Nova Soberbo.

No estudo desenvolvido, pode-se perceber que a implantação da Hidrelétrica Candonga evidencia a lógica da racionalidade capitalista, pautada na busca do “desenvolvimento e progresso”. No contexto da modernidade e da necessidade cada vez

⁵² No dia 13 de maio de 2008, aconteceu uma audiência pública no município de Santa Cruz do Escalvado, na qual se discutiu o funcionamento da hidrelétrica e as pendências relacionadas ao processo de deslocamento/reassentamento das famílias atingidas.

maior de energia para manter e acelerar o crescimento do país, esses empreendimentos são impostos às comunidades ribeirinhas, que compulsoriamente são retiradas de suas terras e realocadas em outro espaço. O deslocamento, desejado ou não, rompe costumes, práticas sociais e identidades, além de desestruturar modos de vida.

Como o ocorrido com os atingidos pela UHE Candonga, o deslocamento, embora mascarado pelo desejo de uma vida melhor, não foi capaz de reproduzir os modos e condições de vida das famílias, como na Antiga Soberbo. A migração, que em algum momento pode ter representado possibilidades de novas oportunidades para aqueles que se deslocaram para fora do distrito, posteriormente passou a se apresentar como a única alternativa para as famílias, obrigadas a sair de suas terras para dar lugar ao lago da barragem.

Das entrevistas realizadas, foi possível perceber que aqueles que a princípio desejaram a barragem tinham a expectativa de sair do antigo distrito, “daquele lugar feio, horroroso”, do lugar que “parecia uma roça”. Outros, apesar de instigados com as novas oportunidades oferecidas, ficavam inseguros quanto ao futuro, o que geraria inclusive disputas por interesses entre os próprios atingidos. O novo distrito prometido viria a representar um distrito industrial, com condições de trazer melhores condições de vida e trabalhistas para o município e região (BARROS E SYLVESTRE, 2004). No entanto, aos poucos uma outra realidade foi sendo percebida pela comunidade. Muitas das promessas feitas não foram cumpridas, fazendo com que o processo de negociação se tornasse tenso e conflituoso. Projetos como o da construção de barragens, muitas vezes colocam as famílias em situações de risco, pois criam a sensação de insegurança, tendo em vista que o novo é desconhecido pelos moradores, gerando assim conflitos por interesses diversos.

A desinformação da população atingida não foi apenas com relação ao futuro, mas também em relação a todo o processo de construção e operação do empreendimento. A incapacidade de perceber as ameaças deve-se à forma como os *sistemas peritos*⁵³ agiram. Apoiados no conhecimento e na experiência sobre o assunto, apoderaram-se da ausência desse conhecimento por parte da população, sobrepondo

⁵³ Aqui os sistemas peritos são descritos pelos engenheiros, doutores e estudiosos que trabalham na empresa construtora do empreendimento. Nos termos de Giddens (*op. cit*), estes sistemas peritos representam aquelas pessoas dotadas de competência profissional que, por meio da informação técnica, ganham a confiança dos envolvidos no processo, os atingidos.

momentos e conquistando as licenças necessárias para a implantação do empreendimento.

Por terem construído suas vidas naquele lugar, os moradores falam do passado com emoção, apreendendo aspectos que vão muito além da paisagem e remetem às relações e ao estilo de vida que tinham antes da barragem. Anteriormente, a reprodução econômico-social das famílias se fazia por meio do trabalho na terra, da vida no campo, do garimpo e da pesca. Embora reconheçam as dificuldades existentes em tais atividades, estas lhes proporcionavam uma vida simples, porém com menor dependência externa, uma vez que a subsistência era garantida por aquilo que era plantado e colhido.

Nova Soberbo se apresentou como a possibilidade de uma vida mais cidadina, com elementos que marcam a vida urbana e proporcionam conforto e “melhor padrão de vida”. Na fala de alguns atingidos percebe-se a recusa do rural, que muitas vezes é relacionado às dificuldades vividas, à poeira das estradas de chão, ao barro nos tempos de chuva, às casas simples sem perspectivas de melhorias, que caracterizavam a espacialidade do antigo lugar. Essas características revestem de significados negativos ao tornar-se um meio de comparação com Nova Soberbo. Elementos peculiares da espacialidade de Nova Soberbo conferem significados positivos ao novo local: as moradias, o asfalto, os equipamentos urbanos, a facilidade do deslocamento, entre outros. Contudo, os seus moradores ainda fazem questão de falar sobre o processo de deslocamento. Conforme se procurou mostrar, o processo de deslocamento foi permeado por conflitos, representados por interesses antagônicos: de um lado, os empreendedores, interessados no uso e apropriação do espaço para fins particulares, e, de outro, os atingidos, que, acreditando nas promessas feitas, desejaram o projeto, o qual por ora ainda não trouxe os resultados esperados. Como observa Martins (2000), é a modernidade que anuncia possível, embora não o realize, colocando uma comunidade inteira incluída de modo excludente no contexto modernizante da economia capitalista.

Dependendo do observador, os atingidos são caracterizados como beneficiários do processo, em vez de serem considerados “atingidos”. A nova vida proporcionada pela empresa se apresenta como um mérito concedido a essas famílias, que anteriormente ao empreendimento viviam em condições espaciais consideradas inferiores. O espaço, construído para abrigar os atingidos pela barragem, possibilita uma vida artificialmente planejada, diferente de tudo que se vivia no antigo lugar. Neste contexto,

é a racionalidade da ordem global que impõe a todos uma forma única de viver, e que diante disso é desterritorializadora.

Nestes três anos de implantação do empreendimento, os atingidos foram alimentados de promessas e ilusões. A realidade hoje na comunidade muito difere da vida anterior à barragem e mostra que um salto na qualidade de vida destes moradores é algo ainda remoto, principalmente para os jovens, que, sem maiores perspectivas no local, continuam reproduzindo a vida da Antiga Soberbo – migrando para os centros urbanos. A ausência do Plano de Reativação Econômica, como proposto, e as dificuldades das famílias de conseguirem se produzir e reproduzir econômica, social e culturalmente inviabilizam a adaptação dos moradores, que após esses anos ainda vivem em total dependência do consórcio. Este, por sua vez, entregará o distrito brevemente para o município, insentando-se de toda e qualquer responsabilidade com essas famílias.

Muito do que se espera do futuro pode ser captado na fala dos atingidos, que sem esperança, não remetem a um futuro próspero. “Eu acho que daqui uns anos isso aqui não vai ser nada, só gente velha!” e “daqui uns 5 a 10 anos, essas casas vão estar tudo caindo, muita gente passando necessidade, como já tem hoje” são falas que apresentam uma futura deterioração do que hoje é considerado um distrito bonito e com características mais urbanizadas. O futuro aqui projetado não se diferencia muito da realidade que existia na Antiga Soberbo antes da chegada do empreendimento: um distrito marginalizado e deteriorado pela ação do tempo e pela falta de recursos dos seus moradores em preservar as antigas construções existentes, muitas delas herdadas de parentes já falecidos.

O resultado desta pesquisa torna visível que a implantação de um projeto hidrelétrico gera conseqüências muito maiores do que aquelas previstas nos seus estudos de impactos. Esses projetos rompem com costumes, práticas sociais e modos de vida em função do uso e da apropriação do espaço para fins particulares. Assim, acreditando na complexidade desse tema e na atual repercussão sobre os novos preceitos do governo brasileiro em acelerar o crescimento do país, fica aqui a reflexão sobre os resultados colhidos e um convite a repensar as formas como esses empreendimentos são implantados. Sem pretender anular a sua importância, percebe-se que as conseqüências destes processos são provenientes da busca pelo lucro, que impede maiores preocupações com o futuro daqueles que são atingidos. Repensar tais formas significa mais custos ao empreendedor, que parece ainda não ter sensibilidade para compreender a complexidade que envolve um processo deslocamento/reassentamento.

Ainda que o trabalho tenha analisado um caso específico, este evidencia a necessidade e importância de que seus resultados, assim como de outros já realizados, extrapolem a academia e passem a constituir objeto de consulta para os projetos de desenvolvimento que pressuponham o deslocamento de famílias e/ou comunidades. Esses resultados poderiam ser utilizados nos estudos de viabilidade ambiental, EIA/RIMA, elaborados quando da submissão de projetos de barragens à projeção de alternativas no sentido de minimizar os impactos e seus efeitos.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, H. Apresentação. In: ZHOURI, A. et al. (Eds.) **A insustentável leveza da política ambiental** – desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo horizonte: Autêntica, 2005. p. 7-10.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS – BDMG. **Zona da Mata:** Diagnóstico e Indicações de ações Prioritárias para seu Desenvolvimento. Beol Horizonte: Governo de Minas Gerais, 2000.

BARROS, J. N.; SYLVESTRE, Marie-Eve (orgs.). **Atingidos e barrados:** as violações e direitos humanos na hidrelétrica Candonga. Rio de Janeiro: Justiça Global; Ponte Nova: MAB, 2004. 112 p.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido se desmancha no ar:** a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERMANN, C. Os atingidos por barragens e a privatização. **Informativo do MAB**, São Paulo, v. 12, n. 6-7, 1995.

BORTOLETO, E. M. A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discursos e impactos. **Revista Geografares**, Vitória, v. 2, 2001.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARNEIRO, M. J. **Ruralidade:** novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura, 11, outubro, 1998. p. 53-75.

CERNEA, M. M. Involuntary resettlement: social research, policy and planning. In: CERNEA, M. M. (Ed.). **Putting people first:** sociological variables in rural development. 2.ed. New York: Oxford University Press for the World Bank, 1991. p. 188-215.

COSTA, R. G. Reprodução e gênero: paternidades, masculinidades e teorias da concepção. **Revista de Estudos Feministas**, São Paulo, v. 2, p. 339-356, 2002..

DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO EMANCIPADOR (DRPE) DA COMUNIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO SOBERBO, MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO/ MG (Relatório). Viçosa: ABCDE – Ambiente Brasil Centro de Estudos, 2004. 84 p.

DIAS, A. L. F. **Terra, trabalho, parentela e fé: uma abordagem sobre o espaço social e a herança afro-descendente na comunidade rural de Nogueira, Ponte Nova/ MG**. 2007. 145 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2007.

DIAS, C. **Grupo focal: técnicas de coleta de dados em pesquisas qualitativas**. 1999. 16 p.

GIDEENS, A. **Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. 156 p.

_____. **Entrevista com Anthony Giddens. Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995, p. 291-305.

_____. **As contradições da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991. 177 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDSMITH, E.; HILDYARD, N. **The social and environmental effects of large dams**. San Francisco: Sierra Club Books, 1984. 403 p.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., São Paulo-SP, **Anais ...** São Paulo: 2005.

LINS RIBEIRO, G. S. Proyectos de gran escala: hacia um marco conceptual para el análisis de una forma de producción temporária. In: BARTOLOMÉ, L. I. (Ed.). **Relocalizados: antropologia social de las poblaciones desplazadas**. Buenos Aires: Ediciones DEL IDE, n.3, 1985.

LUDKE, M., ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. p. 25-44.

LUDWIG, M. P. Para além da paisagem: a modernidade que ameaça submergir o lugar. In: ROTHMAN, F. (Ed.), **Vidas alagadas: conflitos socioambientais licenciamento e barragens**. Viçosa-MG: UFV, 2008. p. 235-253.

_____. **Descortinando a paisagem – a construção social do espaço e o sentido de lugar: uma comunidade rural da Zona da Mata de Minas Gerais nos umbrais do Século XXI**. 2003. 239 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2003.

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas. 1999. 260 p.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na sociedade anômala**. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hutitec, 1993.

_____. Caminhada no chão da noite. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1986. 102 p.

McCULLY, P. **Rios silenciados: sociologia y politica de las grandes represas**. London: Zed books, 2001. 359 p.

MEDEIROS, J. C. **Juventude e modernidade em Casa Nova: reflexões a propósito de um projeto de barragem em Minas Gerais**. 2002. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2002.

MEDEIROS, R. M. V. Re-territorialização e identidade. o significado dos assentamentos para a economia dos municípios: os casos de Hulha Negra, Aceguá e Candiota na campanha gaúcha (RS). In: IX COLOQUIO INTERNACIONAL DE NEOCRÍTICA. **Los problemas del mundo actual. Soluciones y alternativas desde la geografía y las ciencias sociales**. Porto Alegre: UFRS, 2007.

MIELNIK, O.; NEVES, C. C. Características da estrutura de produção de energia hidrelétrica no Brasil. In: ROSA, L. P.; SIGAUD, L.; MIELNIK, O. (Org.). **Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais**. São Paulo: Marco Zero, 1988. p. 17-38.

MINAYO, M. C. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

LOURÃO, A. R. T.; CAVALCANTE, S. O processo de construção do lugar e da identidade dos moradores de uma cidade reinventada. In: **Estudos de Psicologia**, 2006, v. 11, n. 2, 143-151.

PENIDO, M. O. O planejado e as (im)possibilidades de realização do lugar: o caso da UHE de Candonga/MG. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2., Salvador-BA. **Anais ...** Salvador-BA: 2007.

PINTO, V. F. S.; PEREIRA, D. B. Resistência contra a soberba: conflitos socioambientais na hidrelétrica de Candonga. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, Rio de Janeiro-RJ. **Anais ...** Rio de Janeiro-RJ: 2005.

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL/ USINA HIDRELÉTRICA CANDONGA. Energia Elétrica, Promoção e Participações LTDA; THEMAG Engenharia e Gerenciamento LTDA. Dezembro 1997.

REZENDE, L. P. **Dano moral & licenciamento ambiental de barragens hidrelétricas**. Curitiba: Juruá, 2002. 138 p.

ROTHMAN, F. D. **Mobilização, resistência e participação das comunidades atingidas por barragens: o projeto de assessoria e o movimento dos atingidos por barragens em Minas Gerais, Brasil**. Disponível em: <<http://www.unizar.es/fnca/america/docu/1711.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2008.

_____. Conflitos socioambientais, licenciamento de barragens e resistência. In: ROTHMAN, F. (Org.). **Vidas alagadas: conflitos socioambientais licenciamento e barragens**. Viçosa-MG: UFV, 2008. p. 19-32.

_____. A construção de rede transnacional de advocacia e defesa de direitos humanos: o caso da hidrelétrica Candonga em Minas Gerais. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 19., Caxambu-MG. **Anais...** Caxambu-MG: 2005.

_____. Política ambiental e lutas de resistência a barragens em Minas Gerais: um estudo de caso. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 1, p.45-52, 2002.

_____. A emergência do movimento dos atingidos pelas barragens da bacia do rio Uruguai 1979-1983. In: NAVARRO, Z. N.. **Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, M. O retorno do território. In. SANTOS, M; SOUZA, M. A; SILVEIRA, M. L. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994.

_____. **A natureza do espaço: espaço e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____; et al. **Território, globalização e fragmentação**, São Paulo: Hucitec, 2002.

SCHERER-WARREN, I.; REIS, M. J. BLOEMER, N. M. Alto Uruguai: migração forçada e reatualização da identidade camponesa. **Travessia Revista do Migrante**, v. 2, n.6, janeiro/abril, 1990.

_____. A implantação das barragens na bacia do Rio Uruguai e suas implicações sociais: o movimento das barragens e os camponeses da região de Lages (SC). **Relatório final**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. 1988.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo-SP, v. 18 n. 5, p. 99-192, 2003.

_____. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro-RJ, v. 16, p. 164-184, 2001.

SIGAUD, L. M. Implicações políticas e sociais de grandes projetos hidrelétricos sobre as populações indígenas e camponesas. Instituto de Estudos Avançados USP, 1994. (Col. Documentos, Série Ciências Ambientais, 16).

_____. Efeitos de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. In: ROSA, L. P.; SIGAUD, L.; MIELNIK, O. (Org.). **Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais**. São Paulo: Marco Zero, 1988. p. 83-166.

SOUZA, M. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. et al. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade**. Elia Ferreira Edel (Trad.). Petrópolis-RJ: Vozes, 1994. 390 p.

VAINER, C. B.; ARAÚJO. Águas para vida não para a morte. Notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil. ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Orgs.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 185-215.

_____. Águas para vida. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 4 abril 2000.

_____; FREDERICO G. B. **Implantação de grandes hidrelétricas** - estratégias do setor elétrico, estratégias das populações atingidas. Rio de Janeiro: Travessia, 1990. 203 p.

VALVERDE, O. Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 20, n. 1, janeiro-março, 1958.

VEIGA, J. E. **Cidade imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas-SP: Ed. Autores Associados, 2002.

ZALUAR, A. **Objetivo, método e alcance desta pesquisa**. Desvendando máscaras sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p. 122-174.

ZHOURI, A. et al. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, A., et al. (Orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental** - desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.

_____; OLIVEIRA, R. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In: ZHOURI, A., et al. (Orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental** - desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005. p. 49-64.

_____; ROTHMAN, F. Assessoria aos Atingidos por Barragens em Minas Gerais: Desafios, limites e Potenciais. In: ROTHMAN, F. **Vidas alagadas**: conflitos socioambientais licenciamento e barragens. Viçosa-MG: UFV, 2008. p. 122-168.

WORLD COMMISSION ON DAMS – WCD. **Barragens e desenvolvimento**: um novo modelo para tomada de decisões. Relatório da comissão mundial de barragens. London: Earthscan Publications, 2000.

ANEXOS

ANEXO A

05-02-03 11:31

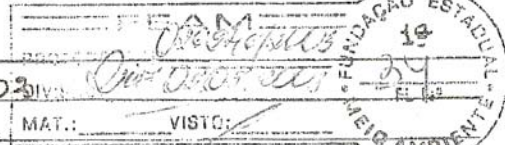
DE: ATINGIDOS ++

38811019

PARA: 0313132986462

PAG: 01

19/09/2003



30 De abril de 2003

FEAM, hoje mais uma vez, tive que ouvir negociador da empresa Candonga Ricardo me dizer dentro da minha casa, se eu não aceitar a oferta dele vai me mandar para a justiça.

Oferta que só me vai dar prejuízo, o negociador anterior havia feito uma oferta melhor do que a dele, eu disse isso a ele, mas ele me disse que eu não tinha documento que o outro havia me feito essa oferta, então pedi para ele deixar um documento da proposta que ele estava fazendo, e ele recusou.

O negociador me cobrou que eu não tinha um documento que comprova a proposta do outro negociador, mas por que ele recusou também a deixar o documento com a sua proposta? Tenho provas que fui ameaçada dentro da minha casa a aceitar o que ele propôs, ou então iria para o judiciário.

Propostas que só me darão prejuízo. São duas pequenas propriedades, tem uma que eles não fizeram a oferta até hoje, todas as duas são atingidas pela barragem, é nessas duas propriedades que sobrevivo com planta

coas e com a renda do leite.

A melhor parte do terreno vai ficar debaixo da água, vou ficar só com a área montanhosa e Capoeira.

Eles dizem que fiquei para o final das negociações, mas a culpa não é minha, procurei o território de negociação várias vezes, e eles me diziam que iria deixar a minha negociação por último, porque era a mais complicada.

Agora me acusam de ficar por último. Acho que era apenas um jogo deles me deixar para o final das negociações.

Eu peço a FEAM mais uma vez que me ajude, porque, eu não posso deixar que o consórcio candonga, tire os recursos da minha sobrevivência.

Eu sempre sobrevivi da terra, e a proposta do consórcio diminuirá minha renda, que demorei uma vida para conseguir, certamente me fará passar dificuldades futuramente.

Eu só não quero perder o que tenho.

Acho que eles estão aproveitando da minha situação, porque meu esposo ZIZO Papa Martins é doente mental, não tem condições de negociar, e está cada dia pior com essa situação. Eu fico desesperada com esses negociadores me ameaçando a aceitá-los que eles

Querem.

Eu não quero me enriquecer com o dinheiro do Consórcio, quero o que é justo, não preciso esconder isso de ninguém.

Será que os donos do Consórcio têm conhecimento da minha vida? Acho que não, para matar os negociadores me propôr propostas inferior ao que tenha.

Peço a FEAM que me ajude, e aos órgãos competentes que me ajude, porque estou sendo ameaçada.

Eu sempre sobrevivi do meu trabalho, enquanto me restar um segundo de vida eu vou defender o meu sustento. Sou justo e sei que Deus sempre me ajudará.

Ass: Maria Joana Martins.

FEAM
 PROCESSO: 20.14/2003
 DIVISÃO: DINC 14/12/2003
 MAT.: Maria Tereza
 FUNDADAÇÃO ES
 483
 FL Nº
 PÁG.: 000
 AMBIENTE

04.12.03. Querida amiga Maria Tereza primeira vez que te mando esta carta porque eu já cansei de tanta falta de honestidade dos negociadores do consórcio condonga. Hoje me encontro em situação crítica por mentira e falsidade, a Gluza que é negociadora do consórcio é uma mentiroza e falça e acredita em pessoas mentiroza e falças como ela. Hoje eu sou uma pessoa com dois filhos de menor de idade, vivo aqui quase 20 anos e não fui reconhecida em nenhum direito o que eu gostaria de receber é o meu trabalho e não é direito devido. Tenho uma casa construída no terreno do meu ex-sogro aqui dentro do sítio e essa casa foi construída com meu trabalho e trabalho do meu ex-marido. Quero que os negociadores sejam honestos comigo como eles foram com os outros. Todas as pessoas que fizeram esse mesmo trabalho construindo no ~~quarta~~ terreno de família os negociadores pagaram o valor da construção e deu uma nova casa. Esse direito eu fui a única que não recebi porque a Gluza não acredita em quem fala a verdade e todas as vezes que tento falar conversar com ela, ela finge que não entende minha situação porque ela faz tanta coisa errada que se sente envolvida.

Maria Tereza eu tenho onze anos que trabalho nas áreas atingidas onde ganhava o sustento para meus filhos. Hoje hoje estou uma pessoa sem onde trabalhar, já conversei várias vezes sobre isso e ela nunca deu importância.

Diana

Eu tenho informações que ela passa pra Fream
que está tudo e to com a comunidade mais
no fundo é tudo mentira, ela aceita sim, em
algumas pessoas e muito bem e inclusive todas
as pessoas que mudou está super feliz com ela,
mas tem muitas pessoas ainda que ela não aceita
nada. Eu não avedo o pé daqui enquanto
ela não me der a minha casa e o meu direito
ela pode agir do jeito que ela quiser mas
quando for encher o lago eu vou fazer o
inferno com ela.

Maria Terza quer que você entre em contato
com ela sobre meu problema porque, se não eu
vou está sempre em contato com você para
passar o meu problema. Aqui ~~este~~ todo mundo
está disposto a mudar mas, com todos direitos
reconhecidos.

Obrigado

Jos. Fernando da Cruz de Lima

São Sebastião do Soborbo URG

sítio do Boraco 15 de Fevereiro 2004

A FERM

FERM	
PROTÓCOLO Nº 0230/23/brv	564
DIVISÃO: Dir. 25/2/2004	FLNº
MAT: -	VISTO: 0

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

ATT: Maria Fereza e todos ligados a este órgão.

Prezados senhores:

Vimos por meio dessa dizer que recebemos o comunicado da FERM dizendo que foi passado para o Consórcio Landonga as nossas reivindicações, mas estamos sem entender porque vocês falam que as reivindicações foram feitas por Maria Aparecida Pinto, não conhecemos aqui, nem no soborbo ninguém com esse nome.

Ficamos muito gratos a vocês por nos ter dado essa atenção. Há muito tempo estamos tentando falar com alguém do Consórcio, mas, a cada dia que passa fica mais difícil. O escritório do soborbo encontra-se praticamente fechado e a funcionaria diz não ter autoridade para receber nenhum documento ou seja não tem como adiantar nada... no início de janeiro de 2004 encontrei

libre

Dize

Com a Gleuca ela disse que iria a
minha casa, já faz mais de anos que
hoje não a vi mais.

— Questão do telefone:

foi nos oferecido pelo Consórcio Candonga
um telefone, mas como o celular
dependente de uma residência e uma
pessoa da comunidade para se respensabi-
lizar pelo uso, não aceitamos, gostari-
mos que cada família recebesse uma
indenicação referente ao valor desse
telefone, pois não temos condições
para mantê-lo em nossa comunidade.

— Gostaríamos também de sermos
realmente reconhecidos pelo Consórcio
Candonga como atingidos da barragem.
Pois com a mudança do soborbo ficamos
isolados, a nova soborbo fica a
4Kmts da nossa localidade, aqui nenhuma
família tem carro, temos crianças e
idosos que precisam de posto médico
sempre. Achamos que o Consórcio Candon-
ga deveria ser mais humanos, analisar
nossa situação em relação a tudo
que estão arrancando de nós.

A essa distância nos impedirá de
continuarmos realizando atividades muito
importantes, não estão levando em conta
o nosso convívio social, atividades religiosas



comércio, posto de saúde, nada, a perda de tudo isso é como se parassem nossas vidas.

Por isso gostaríamos muito que algo fosse feito por nós, se estamos sendo prejudicados, se estão arrancando tudo isso de nós é mais que justo sermos indenizados pelo consórcio Landonga.

Embora não sejamos um nº grande de pessoas merecemos respeito e consideração, coisa que não tivemos até hoje por parte do consórcio.

Esperamos que vocês possam ser mais vez intermediários nosso para fazerem chegar ao consórcio esses relatos.

Um grande abraço a todos.

nosso muito obrigado.

atenciosamente:

Elizabete Cristina de Souza
representante do moradores
da comunidade Sítio do Buraco.

ANEXO B

Número de famílias entrevistadas, idade, sexo, estado civil e algumas informações adicionais a respeito da ligação do entrevistado com o antigo distrito de São Sebastião do Soberbo

<i>Família</i>	<i>Entrevistados</i>	<i>Idade</i>	<i>Sexo</i>	<i>Estado Civil</i>	<i>Informações Adicionais dos entrevistados</i>
F1	Dona N.	60	Feminino	viúva	Antigo morador.
F2	D. C. A.	25	Feminino	noiva	Nasceu e cresceu na Antiga Soberbo. Sempre morou com os pais.
	D. E. F.	20	Feminino	solteira	Nasceu e cresceu na Antiga Soberbo. Sempre morou com os pais.
F3	Senhor C.	86	Masculino	casado	Antigo morador
	Dona G	65	Feminino	casada	Antigo morador
F4	Dona C.	78	Masculino	viúva	Nasceu e cresceu na Antiga Soberbo.
	C. S.	32	Feminino	solteira	Nasceu e cresceu na Antiga Soberbo.
F5	Sr. G.	65	Masculino	casado	Nasceu e cresceu na Antiga Soberbo.
F6	Dona M.	65	Feminino	viúva	Mora sozinha, vive de pensão.
F7	H. A. F.	37	Masculino	casada	Nasceu e cresceu na Antiga Soberbo.
F8	Dona A. T. A.	88	Feminino	viúva	Antigo morador.
F9	R. G.-	38	Feminino	solteira	Mora com a mãe, sempre morou na Antiga Soberbo.
	Dona A	68	Feminino	viúva	Nasceu e cresceu na Antiga Soberbo.
F10	J. B.	48	Masculino	divorciado	Nasceu e cresceu na Antiga Soberbo.
F11	Dona M. M.	80	Feminino	viúva	Nasceu e cresceu na Antiga Soberbo.
	R. S	23	Feminino	solteira	Nasceu e cresceu na Antiga Soberbo.
F12	C. C. S.	30	Feminino	casada	Antigo morador.
F13	Sr. B.	70	Masculino	casado	Nasceu e cresceu na Antiga Soberbo.
F14	N. D. J.	20	Feminino	solteira	Nasceu e cresceu na Antiga Soberbo. Sempre morou com os pais.
	B. B.	24	Masculino	solteiro	Nasceu e cresceu na Antiga Soberbo. Sempre morou com os pais.
F15	J. F.	28	Masculino	casado	Nasceu e cresceu na Antiga Soberbo.
F16	N. S	21	Feminino	solteira	Nasceu e cresceu na Antiga Soberbo. Sempre morou com os pais..
	M. N. S.	50	Feminino	viúva	Nasceu e cresceu na antiga Soberbo, vive de pensão.
F17	Sr. P. A. F.	53	Masculino	casado	Nasceu e cresceu na Antiga Soberbo, comerciante.

Fonte: Dados da pesquisa.

ANEXO C

QUESTIONÁRIO PARA CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

Data da entrevista: ____/____/____

Entrevistador: _____

1. Composição familiar, ocupação e residência

Nº de ordem	1.0 Posição na família	1.1. Sexo (masc. = 1; fem. = 2)	1.2. Idade	1.4. Estado civil	1.5. Residência (ver códigos)	1.6. Ocupação principal dos residentes	1.7. Ocupação secundária dos residentes

1.0. Pai/ Padrasto, Mãe ou madrasta, filho, filha.

1.3. Escolaridade (1 = analfabeto; 2 = 1ª a 4ª série do 1º grau; 3 = 1º grau incompleto; 4 = 1º grau completo; 5 = 2º grau; 6 = superior; 7 = idade incompleta; 8 = outros (especificar).

1.5. Residência (1 = junto com a família; 2 = residente em outra casa na mesma comunidade; 3 = não residente na comunidade. Especificar onde mora).

1.6. Ocupação principal (1 = dentro de casa, 2 = fora de casa, 3 = dentro de casa e fora de casa, 4 = nenhuma)

1.7. Ocupação secundária (1 = aposentado. 2 = trabalho agropecuário (Especificar: 2.1 = sitiante, 2.2 = parceiro, 2.3 = Outros/ Especificar); 3 = comerciante; 4 = outros/especificar).

2. Outros residentes na casa

Nº de ordem	2.1. Posição na família (ver códigos)	2.2. Idade	2.3. Ocupação principal	2.4. Ocupação secundária

2.1. Posição na família (1 = pai ou mãe de um dos cônjuges; 3 = genro/nora; 4 = neto/neta; 5 = agregado; 6 = outros (especificar: _____).

2.3. Ocupação principal (1 = dentro de casa, 2 = fora de casa, 3 = dentro de casa e fora de casa, 4 = nenhuma)

2.4. Ocupação secundária (1 = aposentado. 2 = trabalho agropecuário (Especificar: 2.1 = sitiante, 2.2 = parceiro); 3 = comerciante; 4 = outros (especificar: _____).

3. Escolaridade

Nº de ordem	3.1 Idade	3.3 Última série concluída com aprovação

4. Aspectos Relativos ao emprego (Membros que recebem renda)

Nº de ordem	4.1 Idade	4.2 Ocupação	4.3 Fixo ou Eventual	4.4 Onde exerce o trabalho	4.5 Nº de horas trab/dia	4.6 Cart. de trabalho	4.7 Remuneração	4.8 Forma de pagamento	4.9 Aplicação da remuneração

4.1. Idade do trabalhador

4.2. Ocupação (1. Empregado, 2. Conta própria, 3. Empregador)

4.3. 1. Fixo, 2. Eventual

4.4. 1. Agricultura, 2. Comércio, 3. Serviço informal, 4. Indústria, 5. Ad. Pública, 6. outros

4.5. 1. sim, 2. não

4.6. Em salários mínimos

4.7. 1. Hora, 2. dia, 3. semana, 4. quinzena, 5. mês, 6. outros

5. Se trabalha com a agricultura :

Nº de ordem	5.1 Produto	5.2 Tipo	5.3 Área plantada	5.4 Quantidade colhida	5.5 Destino da produção	5.6 Valor da produção

5.2. Temporária ou permanente

5.6. Especificar se o plantio é para subsistência ou quanto em dinheiro vai para o orçamento familiar.

6. Como é a sua casa:

6.1. Tipologia: _____ **Área (m²):** _____ **Nº de cômodos:** _____

Cômodo	Quantidade	Tamanho	Função
Quarto			
Sala			
Cozinha			
Banheiro			
Varanda			
Quintal			
Outros			

6.2. Passou por reformas e, ou, acréscimos?

Sim = 1 Não = 2

Quais? _____

Por quê? _____

6.3. Quem as fez?

Consórcio

Próprio morador

ANEXO D



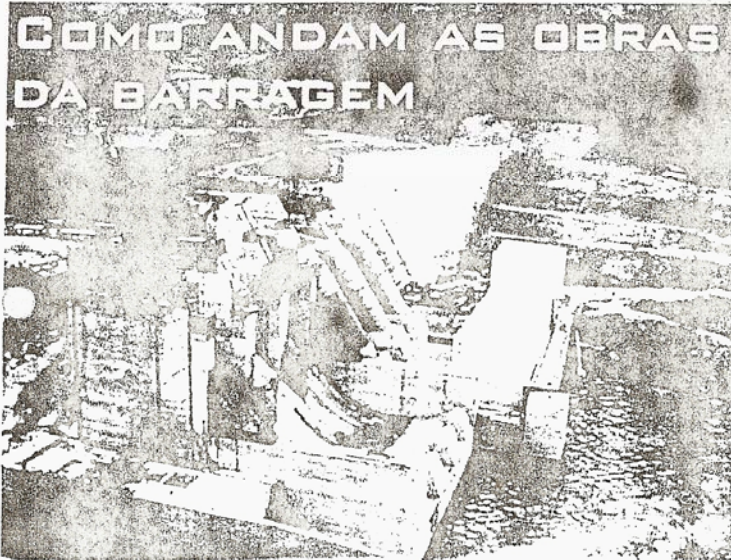
Companhia
Vale do Rio Doce



Ano 1 - Número 4 - Julho de 2003

Informativo Mensal do Consórcio Candonga

Informativo



COMO ANDAM AS OBRAS DA BARRAGEM

Até o mês de abril, as obras de construção da barragem encontravam-se com um avanço percentual de 72,80%, dentro do prazo previsto no cronograma de execução. 859 pessoas trabalham na parte civil enquanto 96 trabalhadores atuam na montagem eletromecânica. As obras de construção do novo distrito de São Sebastião do Soberbo estão em ritmo acelerado e hoje contam com um contingente de 443 trabalhadores.

PROGRAMA DE REATIVAÇÃO ECONÔMICA: O QUE É ISSO?



O Programa de Reativação Econômica tem por objetivo propor ações de organização da população atingida pela UHE Candonga, visando a retomada de atividades econômicas interrompidas e, mesmo, a identificação e criação de novas atividades econômicas e o apoio a sua estruturação e consolidação.

A metodologia de ação do Programa de Reativação Econômica é participativa, isto é, as propostas a serem ativadas no programa deverão ser oriundas da comunidade de atingidos e esta deverá estar apta a administrar os empreendimentos.

A primeira atividade do programa que está em curso é a elaboração do

"Plano de Desenvolvimento do novo distrito de São Sebastião do Soberbo" que deverá conter as iniciativas econômicas a serem empreendidas na comunidade, nas perspectivas de curto, médio e longo prazos. As atividades a serem consideradas nesse plano de desenvolvimento deverão contemplar desde atividades de cunho coletivo ou comunitário, e também os setores de prestação de serviços, de comércio, de transformação ou beneficiamento de produtos até atividades de produção, seja no meio agrícola ou em ambiente industrial.

OBRAS DA BARRAGEM RECEBERAM VISITAS

No mês de abril, a equipe de agentes de saúde da Policlínica de Rio Doce, acompanhada por técnicos do Consórcio, visitou as obras de construção da Usina de Candonga.

Ainda em abril, representantes da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, acompanhados por políticos e outras autoridades, visitaram as obras de construção da barragem, assistiram ao vídeo sobre o novo Soberbo e participaram de reunião na qual foram esclarecidas diversas dúvidas. A comitiva terminou sua visita conhecendo de perto a nova sede de São Sebastião do Soberbo.

A Universidade Federal de Ouro Preto também visitou as obras de construção da barragem.

CONSORCIO CANDONGA
RECEBIDO EM 13/04/04

19/03/2004 16:31 - 034764F200